

Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política
Coordenação de Pós-Graduação
Curso de Mestrado em Ciência Política

**Criar poder popular:
As relações entre o MTST e o Estado no Distrito Federal**

Gabriel Santos Elias

Brasília,
Junho, 2014

Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política
Coordenação de Pós-Graduação
Curso de Mestrado em Ciência Política

Criar poder popular:

As relações entre o MTST e o Estado no Distrito Federal

Gabriel Santos Elias

Orientadora: Dra. Rebecca Abers

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília.

Banca examinadora:

Dra. Rebecca Abers (Ipol/UnB - Presidente)

Dra. Antonádia Borges (DAN/UnB)

Dra. Marisa Von Bülow (Ipol/UnB)

Suplente:

Dra. Debora Rezende de Almeida (Ipol/UnB)

Brasília, Junho, 2014

Para meu pai, minha mãe e minha irmã.
Para meus companheiros e minhas companheiras de militância.

Sem vocês este trabalho não seria possível.

Agradecimentos

O processo de construção dessa pesquisa e deste trabalho final certamente envolveu ideias, teorias, conversas, apoio, momentos de alegria e comemoração, momentos de agústia e companheirismo. Quero aproveitar o momento de apresentação deste trabalho para agradecer a cada uma e cada um que participou disso comigo.

Antes de tudo, quero agradecer à minha orientadora, Professora Rebecca Abers, por ter acreditado neste projeto junto comigo. A professora Rebecca é, para mim, exemplo e inspiração, como professora e como intelectual, por sua excelência e cuidado em tudo o que faz. Em um dos momentos mais difíceis para a realização deste trabalho, quando eu sofria a perseguição pela participação em um protesto junto ao MTST, a professora Rebecca foi mais do que uma orientadora e soube me confortar e apoiar no momento em que mais precisava. Pela paciência e pela dedicação, agradeço enormemente.

Este trabalho é fruto de um interesse acadêmico que se iniciou ainda na graduação, quando fazia parte do Programa de Educação Tutorial em Ciência Política (PET-POL) da Universidade de Brasília. O trabalho da nossa tutora, professora Marisa Von Bülow, e dos meus colegas petianos, Jean, Isadora, Neto, Pri, Ju, Zé, Catarina, João, entre outros, foi muito importante para minha formação e para finalmente chegar até aqui.

Aos membros do grupo de estudos sobre Direito à Cidade, que em tão pouco tempo de existência marcou profundamente minhas reflexões sobre nossa sociedade. Agradeço especialmente ao João Telésforo, ao Luis Eduardo e à Lais.

Meu trabalho acadêmico e a minha militância política sempre me tomaram muito tempo energia. Entrar neste programa de mestrado para realizar essa pesquisa não teria sido possível sem o apoio e o companheirismo da Camila.

Sempre, em todo momento, pude contar com o apoio da minha família. Ao meu pai, agradeço pelas necessárias cobranças e pelo incentivo, à minha mãe, agradeço pela confiança e pelo carinho, à minha irmã agradeço pela energia positiva e pela solidariedade. Ao longos dos últimos anos vocês fizeram parte de grandes mudanças que ocorreram na minha vida, acreditaram em meus sonhos e apostaram neles junto comigo. Em grande medida mudaram também

junto comigo. Aos meus avôs e avós, tios e tias, primos e primas, meu agradecimento pela confiança e alegria partilhadas. É um imenso orgulho fazer parte dessa família.

Agradeço à Thaissa pelo apoio e paciência, especialmente nos momentos em que passei pelas maiores dificuldades ao longo do meu trabalho de campo. Quando mais precisei, tive a confiança e companheirismo que me ajudaram a seguir em frente na minha pesquisa.

Aos meus amigos e amigas, companheiros e companheiras do grupo Brasil e Desenvolvimento, hoje rebatizado como Esquerda Libertária Anticapitalista, sem vocês este trabalho não seria possível. Ao longo deste texto estão incorporadas várias análises, posicionamentos e reflexões compartilhados com meus companheiros e minhas companheiras de militância ao longo de muitos dias intensos de trabalho e disputa política. Agradeço especialmente ao João Telésforo, Edemilson Paraná, Mayra, Gustavo Capela, Érika, Fábio, Rafa e Octávio por todo companheirismo. Ao longo de tantos anos, essa organização é o que dá suporte e anima meu trabalho intelectual e político.

Aos camaradas da Casa 14, Paraná, Telésforo, Capela, Dannel Gobbi, Laercio, Marcos Toscano, Lobo, Careca, entre outros que já passaram por essa casa criativa, instigante e alegre, meu muito obrigado pelas conversas até a madrugada, pela solidariedade nos momentos difíceis e pela companhia nos momentos de festa.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender o sentido que o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) constrói sobre seu próprio poder na relação com o Governo no Distrito Federal. O MTST é um movimento que age com autonomia em relação ao Governo local e para atingir seus objetivos e obter conquistas para as famílias que o compõem utiliza de ações transgressivas para forçar condições favoráveis de diálogo para negociação. O caso estudado nos ajuda a compreender a teoria do confronto político (Tarrow, 2009; Tilly, 1978; McAdam et al, 2001) e as possibilidades das estratégias dos movimentos sociais. As ações transgressivas que desafiam os poderosos (Tarrow, 2009) podem retornar através de ações repressivas do Estado. Neste trabalho também é apresentado um relato de perseguição pública sofrida devido à participação em um protesto do MTST. Com base nesse relato são analisados os efeitos da perseguição e da repressão para a atuação política dos movimentos sociais.

Palavras-chave: Movimentos sociais, conflito político, relações entre estado e sociedade civil, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.

Índice

Introdução	11
Capítulo 1 - Etnografia	15
O uso da etnografia na ciência política	16
Etnografia, reflexividade e ativismo.....	20
Sobre o espaço e o tempo etnográficos.....	23
Capítulo 2 - Teorias dos Movimentos Sociais	28
Movimentos sociais e o conflito político	31
Capítulo 3 - O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto	40
O espaço na estratégia de ação do MTST.....	48
O Distrito Federal	51
O MTST no Distrito Federal.....	55
Capítulo 4 - A ocupação de Taguatinga	67
A atividade dos apoiadores.....	74
Assessoria Jurídica.....	76
Articulação política.....	83
Ação direta e negociação.....	89
Capítulo 5 - Protesto da copa confederações. Um relato pessoal.....	103
Conclusão	121
Bibliografia	126

Introdução

No dia 14 de fevereiro de 2013 o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) ocupava há cinquenta dias um prédio abandonado em Taguatinga, cidade satélite de Brasília. O movimento reivindicava moradia para as famílias que faziam parte do movimento, contrariando a política de lista única para destinação de moradias utilizada pelo Governo do Distrito Federal (GDF). No final da tarde daquele dia, uma advogada da Assessoria Jurídica Universitária Popular (AJUP), que assessorava o movimento, ligou para Pedro, coordenador do movimento, para informar que a Juíza da 3ª vara cível de Taguatinga ordenara a reintegração de posse do imóvel em um prazo de dois dias. Após uma longa batalha jurídica, não havia mais o que fazer. Em todo esse tempo, o GDF evitou negociar com o movimento afirmando que, como o prédio ocupado era uma propriedade privada, não caberia a eles intervir.

Naquele momento, Pedro¹, Bernardo e os demais coordenadores do movimento decidiram: “é hora de ir pra rua”. Convocaram uma assembleia com todas as famílias que estavam na ocupação e informou para elas a situação. Depois de tanto tempo acampadas em condições precárias, elas queriam a garantia de alguma conquista. Como o Governo não queria ceder, nem marcar uma reunião de negociação, seria preciso “forçar a reunião” e “arrancar conquistas”, como freqüentemente é dito pelo movimento. Foi aí que decidiram travar o Pistão Sul, uma avenida importante e de alto fluxo de veículos da cidade, colocando fogo em pneus. A fumaça negra dos pneus queimados fez parecer que o dia escureceu mais rápido. As famílias, pulando sobre o asfalto gritavam “Criar, criar, poder popular!”. Nesse momento, Pedro recebeu uma ligação de assessores do GDF para marcar uma reunião. O movimento tinha, enfim, a oportunidade que buscava há cinquenta dias: negociar com o Governo uma desocupação pacífica que garantisse conquistas para seus membros.

O MTST é um movimento que existe desde 1997. Surgido sob influência do MST na região de Campinas, chegou ao Distrito Federal em um processo de nacionalização que se iniciou em 2009, após a criação do programa federal Minha Casa Minha Vida, e hoje conta com mais de 1500 famílias entre seus membros só no DF. Tendo realizado quatro ocupações nas regiões de Brazlândia e Ceilândia, no dia 5 de janeiro de 2013 o MTST ocupou um edifício

¹ Para preservar a identidade das pessoas envolvidas nos relatos deste trabalho, optei por substituir seus nomes, exceto quando se trata de autoridades ou figuras públicas.

abandonado em Taguatinga para forçar o Governo do Distrito Federal a retomar um acordo realizado na ocupação anterior. Como apoiador do movimento, participei, ao longo de todo o período da ocupação, dos esforços para que os coordenadores do movimento conseguissem negociar uma solução pacífica com o GDF que garantisse conquistas para sua base de famílias sem teto. Apesar dos esforços para articular um acordo envolvendo outras instituições, somente após uma série de protestos e de anunciar resistência a uma reintegração de posse ordenada pela justiça os militantes do MTST atingiram seus objetivos.

O objetivo deste trabalho é compreender o sentido que o movimento constrói sobre seu próprio poder em relação com o Estado. Minhas investigações identificaram a centralidade do conflito político como estratégia utilizada pelo MTST, através de ações transgressivas, para obter suas conquistas na negociação com o governo local. A literatura dos movimentos sociais tem uma vasta produção sobre a relação dos movimentos sociais com o Estado, o conflito político que os envolve e as estratégias de protestos (Tarrow, 2009; Tilly, 1978; McAdam et al, 2001) que contribuem para o entendimento das relações entre o MTST e o Governo do Distrito Federal. Para além de visões da teoria dos movimentos sociais que enquadram o conflito político como algo inerente à relação entre movimentos sociais com o Estado, este trabalho visa adentrar as complexidades dessa relação de forma profunda para compreender suas dinâmicas. A pergunta que me move nessa pesquisa é de onde vem esse "poder popular" que o MTST clama "criar" e como ele o utiliza na relação com o Estado.

Ao longo da minha pesquisa, descobri que o MTST utiliza como estratégia na relação com o GDF ações coletivas transgressivas como meio de obter condições de diálogo com o Estado para obter conquistas para sua base. Ações transgressivas, como conceituado no livro *Dynamics of Contention* de McAdam et al (2001:5) são ações coletivas contenciosas em que pelo menos alguns atores são novos e, em parte, utilizam meios de ação coletiva inovadores ou proibidos. Nesse aspecto, o conflito político não é apenas resultado da relação entre Estado e Movimento, mas também um meio de ação política, é a forma como o movimento cria poder popular. A visão de poder popular baseado nas ações transgressivas se assemelha à visão de Tarrow sobre a política contenciosa, quando afirma que “[os movimentos sociais] têm

poder porque desafiam os detentores de poder" (Tarrow, 2009: 19-20). Para o movimento, da mesma forma, poder popular é o poder que se "cria" ao desafiar os detentores do poder institucional ou hegemônico.

Militantes do movimento falam em "fazer reforma urbana com as próprias mãos" ao tratar da sua estratégia (Boulos, 2014:67). No entanto, fazer com as próprias mãos, aqui, não exclui a importância das instituições na sua estratégia política. Pelo contrário, o movimento utiliza as ações transgressivas para, através do conflito político, "criar poder popular" e pressionar as instituições em um processo de negociação para utilizarem seu poder institucional para atingir os objetivos do movimento, no caso do MTST, fazer a reforma urbana.

No entanto, o desafio à ordem e aos detentores do poder envolve riscos. Participando de um ato do MTST e do Comitê Popular da Copa na véspera da abertura da copa das confederações em junho de 2013, em Brasília, fui apontado pelo Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, em uma coletiva de imprensa, como financiador e, portanto, co-responsável pela queima de pneus que ocorreu no protesto. Essa declaração desencadeou uma perseguição político-midiática que estampou minha foto e meus dados pessoais à tela do Jornal Nacional no dia 17 de junho de 2013, entre uma matéria e outra sobre manifestações que ocorriam em todo o país, quando havia cem mil pessoas nas ruas do Rio de Janeiro e a plataforma superior do Congresso Nacional, em Brasília, foi ocupada por milhares de manifestantes.

Com base no relato dessa experiência pessoal, analiso as repercussões para minha visão sobre a pesquisa com o MTST, os limites e potencialidades da observação participante na pesquisa sobre o conflito político e as relações dos movimentos sociais com o Estado. A sensação do "peso do Estado" quando ameaçado por ele, desafia o comprometimento político com a causa e a capacidade de liderança para passar confiança aos outros membros do movimento. Ao mesmo tempo que os laços de solidariedade se expõem e os privilégios de classe garantem tratamento diferenciado das instituições estatais, a sensação de estar sendo perseguido e monitorado leva a um estado de desconfiança generalizado que pode desagregar a ação coletiva, o que, ainda que momentaneamente, enfraquece o movimento, uma vez que o poder popular é necessariamente coletivo.

Este trabalho foi realizado com base em uma etnografia do MTST no Distrito Federal. Na condição de apoiador do movimento, participei, junto ao

grupo Brasil e Desenvolvimento, grupo político do qual faço parte, de duas ocupações do movimento (um terreno público e um prédio privado), de protestos de rua, de reuniões de coordenação e de assembleias do movimento, de reuniões do movimento com parlamentares e autoridades do Governo do Distrito Federal. Utilizei centenas de páginas de documentos de processos judiciais, relatos e atas de reuniões que consegui com o Poder Judiciário, com o Governo do Distrito Federal e com o próprio movimento. E, por fim, realizei 17 entrevistas semi-estruturadas com cinco militantes da coordenação local do movimento no DF, dois militantes da coordenação nacional do movimento, um assessor do Governo do Distrito Federal envolvido nas negociações com o MTST e o Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal.

No primeiro capítulo deste trabalho introduzirei teorias sobre o método etnográfico e suas aplicações em trabalhos na área da ciência política. Falarei sobre a pesquisa e a etnografia militante, ou engajada, e o papel do pesquisador no estudo de movimentos sociais.

No capítulo 2, farei uma revisão bibliográfica das teorias dos movimentos sociais. Tratarei da Teoria do Conflito Político e dos estudos sobre a relação entre Estado e movimentos sociais.

No capítulo 3, apresentarei o MTST, sua história desde quando foi criado, a partir de uma marcha do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, em 1997. Tratarei do processo de nacionalização, a decisão do movimento de enviar militantes para estabelecer o movimento em Brasília, o processo de consolidação do movimento no Distrito Federal.

No capítulo 4, apresentarei o relato etnográfico da ocupação do MTST em Taguatinga, a atividade dos apoiadores, a defesa jurídica da ocupação, as tentativas de conseguir organizar uma reunião do movimento com o GDF, e o momento de "ir pra rua" do movimento, que culmina com a reunião de negociação e o acordo para desocupação pacífica.

O capítulo 5 é um relato da perseguição sofrida por mim depois de participar do ato de protesto do MTST junto ao Comitê Popular da Copa no dia anterior à abertura da copa das confederações, em Brasília no ano de 2013. Com base nesse relato, faço uma análise sobre a posição do movimento social ao desafiar os detentores do poder institucional e os riscos do uso das ações transgressivas como forma de pressão ao Governo.

Capítulo 1 - Etnografia

A Etnografia articula a observação e a participação do pesquisador no momento e no local em que os fatos observados ocorrem (Lichterman, 2012: 1). Mais que uma metodologia ou uma prática de pesquisa, a etnografia é uma forma de fazer, mas também **viver a teoria**. De acordo com Mariza Peirano, "no fazer etnográfico, a teoria está, assim, de maneira óbvia, em ação, emaranhada nas evidências empíricas e nos nossos dados" (2008: 3). Esse envolvimento etnográfico, de viver e fazer teoria, não se deu por achar que a partir dela será possível encontrar a resposta mais completa ou definitivamente correta ou ainda conclusiva para o problema ao qual busco respostas. Mas sim por achar que assim é possível complementar o que a disciplina de ciência política e movimentos sociais tem produzido sobre as dinâmicas do conflito na relação entre Estado e Sociedade Civil.

Minha formação não é em Antropologia e tive pouco contato com matérias dessa disciplina ao longo da minha formação acadêmica. Apesar de seu uso ter se ampliado em outras disciplinas recentemente, o fato de usar uma metodologia própria dessa área em uma pesquisa da ciência política, que ainda é uma disciplina hegemônica pela utilização de métodos quantitativos mais próximos das chamadas "ciências duras", me gerou uma preocupação no momento da realização da minha pesquisa. No trabalho de campo, ao participar da ação ao mesmo momento que observa, o pesquisador está sujeito aos acontecimentos, como todo ator ali envolvido. No decorrer da minha participação nos eventos estudados fui afetado pela minha participação nas atividades do movimento e do conflito político com o estado de forma muito intensa, o que chegou a prejudicar minha inserção no campo e até mesmo minha percepção dos processos observados de forma tão intrínseca. Esse fato específico ocorrido será tratado de forma mais aprofundada adiante por considerar que ela traz repercussões importantes ao uso da etnografia no estudo das relações dos movimentos sociais com o Estado.

Há na literatura da área uma constante referência à importância de um "talento" etnográfico e uma habilidade essencialmente artística tanto de percepção multi-sensorial quanto de expressão escrita. Nas palavras de Clifford Geertz (1989), a etnografia é entendida não apenas como um conjunto de métodos de pesquisa, como observação participante e entrevistas

qualitativas, mas também como um modo de análise e escrita, que permite captar a sensação, o sentimento e o tom subjetivos desses eventos. As descrições etnográficas promovem uma sensação viva de realmente “estar lá”, no momento dos eventos estudados. Dúvidas sobre a habilidade descritiva surgiram, especialmente no momento da escrita final do trabalho. Para completar o cenário das preocupações, descobri a existência de uma chamada “síndrome do impostor” (Clance e Imes, 1978), que pode ser descrita de forma simplificada como um "sentimento de não ser bom o suficiente", de ser "uma fraude prestes a ser descoberta" que aparentemente acomete uma grande quantidade de pesquisadores, especialmente no momento de finalização dos resultados de pesquisa produzindo altos níveis de ansiedade.

Para lidar com essa ansiedade e as inseguranças a respeito do uso da etnografia na pesquisa, busquei me apoiar em fontes com as quais a disciplina da ciência política já está mais familiarizada. Utilizei anotações do trabalho de campo realizadas sistematicamente em uma profunda observação participante que pude realizar em duas ocupações do movimento (um terreno público e um prédio privado), de protestos de rua, das reuniões de coordenação e das assembleias do movimento, de reuniões do movimento com parlamentares e autoridades do Governo do Distrito Federal. Utilizei centenas de páginas de documentos de processos judiciais, relatos e atas de reuniões que consegui com o Poder Judiciário, com o Governo do Distrito Federal e com o próprio movimento para compôr os resultados oficiais dos processos políticos internos às instituições. E, por fim, me baseei também em 17 transcrições de entrevistas semi-estruturadas realizadas com militantes da coordenação local do movimento no DF, dois militantes da coordenação nacional do movimento, servidores do Governo do Distrito Federal e o Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal.

O uso da etnografia na ciência política

Além de utilizar uma fonte diversificada de informações, busquei situar no campo de estudos da ciência política e, mais especificamente, do estudo dos movimentos sociais, o uso do método etnográfico. Encontrei em diversos outros autores do campo o mesmo interesse que eu tive em utilizar essa metodologia para estudar objetos próprios da nossa área. Fato é que

recentemente tem havido um crescente interesse nas ciências sociais em relação à pesquisa etnográfica (Baiocchi e Connor, 2008; Lichterman, 2012; Uriarte, 2012).

No entanto, como já tinha conhecimento, alguns autores questionam seu uso no estudo da ciência política, acostumada a “estudar o ‘grande mundo’ do poder e das instituições, não o ‘pequeno mundo’ das interações cotidianas entre pessoas comuns” (Lichterman, 2005: 1-2), próprio dos estudos etnográficos. De fato, de acordo com os padrões da ciência positivista, que exerce uma grande influência sobre a ciência política, as etnografias podem apresentar desvantagem em termos de representatividade, confiança e replicabilidade (Burawoy, 1998: 26).

A observação no trabalho de campo, próxima das pessoas e instituições, em tempo real, onde o investigador detecta como e por que os agentes agem e pensam pode oferecer novas ideias para o estudo da política (Wacquant, 2003: 5). Além disso, o método etnográfico pode colocar em questão muitas das concepções tradicionais dos estudos políticos, e isso pode permitir uma busca por uma re teorização significativa (Baiocchi e Connor, 2008).

Na ciência política, estudos etnográficos podem proporcionar o entendimento sobre como ações estatais, nacionais ou globais repercutem em nível local (Burawoy, 2000; Scott: 1986), ou responder a questões sobre como e porque as pessoas não se envolvem na política, procurando entender como indivíduos negociam suas ações referentes a questões políticas em sua vida cotidiana (Auyero, 2003; Eliasoph, 1998).

Considerando o estudo da política de forma ampla, como o estudo do poder social (sua distribuição, reprodução e transformação) e das estruturas, instituições, movimentos e identidades coletivas que o mantêm e desafiam, Baiocchi e Connor (2008: 140), em uma extensa revisão da literatura da Ciência Política, apresentam uma sistematização dos estudos que utilizam a etnografia entre:

1. *Etnografias de atores políticos e instituições.* É o estudo sobre a política, definida como eventos, instituições ou atores que são normalmente considerados políticos (como movimentos sociais ou os estados), mas em um meio etnográfico, ou seja, em uma escala menor e no momento em que os fatos ocorrem. Essa modalidade é a que inclui estudos sobre movimentos sociais, revoluções, organizações da sociedade civil, ainda que

“sob o microscópio”, detalhando experiências e processos ocorrendo nessas instituições ou entre os atores em questão (Auyero: 2006, apud Baiocchi e Connor 2008: 141). Essa é a versão que nos parece mais comum como etnografia política, mas os autores argumentam que as outras que seguem também são importantes.

2. *Encontros com a política formal.* Estudos sobre encontros rotineiros entre pessoas e essas instituições e atores, encontros normalmente invisíveis em meios não etnográficos. Essa versão já se afasta dos atores políticos e instituições reconhecidos como tal em direção a suas fronteiras. Essas etnografias incluem estudos sobre encontros com estados e burocracias estatais bem como o estudo de fronteiras confusas entre instituições e atores políticos formais e práticas políticas informais, por exemplo, o encontro entre um movimento social organizado e não participantes; ou encontros com burocracias estatais ou agências de bem estar social.
3. *Experiência vivida do que é político.* Estudo sobre outros tipos de eventos, instituições ou atores que, enquanto invisíveis aos métodos não etnográficos, têm consequências para a política de alguma maneira. Essa versão se baseia na definição mais ampla de política. Entre seus objetos de estudos estão a apatia política, ao invés do engajamento, ou conversas em lugares comumente vistos como não políticos. Mas nesses casos é o etnógrafo quem faz a ligação analítica com a cultura política, a nação, ou outro processo político relevante.

Os autores ressaltam que muitas etnografias não se limitam exclusivamente a uma ou outra categoria; pelo contrário, essas categorias são um instrumento heurístico.

Na teoria dos movimentos sociais, os precursores do uso de elementos da etnografia na metodologia são autores que demonstraram bastante atenção a atores individuais e o processo de formação de significados, preocupação própria da etnografia, especialmente sob o guarda-chuva da teoria da análise de enquadramentos (*frames analysis*) (Gamson et al. 1982; Snow e Benford, 1988). Entre trabalhos emblemáticos, está o de McAdam sobre o “*Freedom Summer*” (1988), que explorou as raízes biográficas dos ativistas em profundidade e se baseia em grande parte no entendimento que os participantes fazem dos eventos. Estudos como esse, apesar de não ser propriamente etnográfico, foram importantes para a etnografia política por se

focar na formação de significados por parte dos indivíduos.

Uma primeira preocupação dos etnógrafos políticos foi o estudo sobre o significado de ações coletivas, dialogando com teorias sobre cultura e poder. Segundo Lichterman (1996), esses pesquisadores argumentam que a etnografia nos permite responder a uma série de questões simplesmente inacessíveis por outros meios. Essas etnografias tratam de “formas de fazer política”, práticas e performances que requerem um tanto de observação dos fatos *enquanto ocorrem e onde eles ocorrem*. O fator cultural nos estudos etnográficos reflete uma atenção tanto a códigos culturais, como a elementos não falados, performáticos. São os fatores extralinguísticos. Como, por exemplo, regras implícitas a respeito de quem pode ou não pode falar e quem determina as regras sobre o jeito correto de se falar e estratégias de apresentação política (Eliasoph, 1998).

Para Charles Tilly (2006, 410), a “etnografia política permite um acesso privilegiado aos processos, causas e efeitos de processos políticos mais amplos”. Baiocchi e Connor (2008: 141) por sua vez, constatarem que boa parte das vantagens da etnografia política levam à ideia das experiências vividas do que é político. Enquanto estudos anteriores sobre a política utilizavam traços amplos para pintar as cenas da vida política, a etnografia política permite ao pesquisador trazer detalhes mundanos que afetam a política, trazendo a “descrição densa” onde estava faltando.

Para Jeffrey Juris, no entanto, a etnografia deve ir além da “descrição densa”. Análises e relatos etnográficos, especialmente quando são politicamente engajadas e realizadas por dentro e não por fora dos movimentos de base por mudanças sociais, são capazes de descobrir importantes questões empíricas e gerar novas ideias teóricas que simplesmente não são acessíveis através dos métodos tradicionais que buscam ser mais objetivos. Para etnógrafo, o objetivo não se limita a revelar conflitos internos e tensões, mas produzir conhecimentos críticos que possam ajudar os ativistas a desenvolver estratégias para superar esses obstáculos e barreiras à organização. A etnografia tem também um caráter de atitude e perspectiva e uma forma de “encontro epistemológico” (Kelty, 2008 apud Juris, 2013) que envolve uma ética de abertura e flexibilidade e uma boa vontade ao permitir ser transformado ao longo do processo de pesquisa. A etnografia, pois, afeta a comunidade estudada, ao mesmo tempo em que o pesquisador se deixa afetar

e modificar suas próprias teorias com base na experiência etnográfica. É com base nessa perspectiva que trabalhei ao longo da pesquisa.

Etnografia, reflexividade e ativismo

Através da etnografia engajada, com a participação ativa do pesquisador enquanto militante político, é possível ter acesso a perspectivas densas e profundas das relações políticas. No estudo sobre a relação entre Estado e Sociedade Civil deste trabalho, acompanhar reuniões, compartilhar reflexões, assumir a responsabilidade por decisões foi importante para compreender o processo de formação do pensamento político do MTST sobre o conflito político com o Estado e sua ideia de “poder popular”. A etnografia engajada, no entanto, envolve também seus riscos, tanto metodológicos, referentes aos resultados de pesquisa, quanto éticos e pessoais. No presente capítulo, farei uma revisão de literatura sobre a etnografia militante e posteriormente um relato pessoal sobre um aspecto do processo de pesquisa porque passei ao longo do trabalho com o MTST que jogam luz tanto sobre o tema da relação entre Estado e Movimentos Sociais, quanto sobre o uso da etnografia no estudo de Movimentos sociais sob uma perspectiva engajada.

Em meados da década de 1980 a etnografia passou por uma reformulação voltada para a posição do pesquisador nas relações existentes no âmbito da etnografia. (Clifford e Marcus, 1986). De acordo com Shannon Speed (2008), o reconhecimento, a partir das décadas de 1970 e 1980, da relação histórica da etnografia com o colonialismo, juntamente ao reconhecimento da posição diferenciada do etnógrafo e as consequências potencialmente negativas da forma de descrever a partir desse posicionamento específico, deram espaço a duas reações da academia. Parte dos antropólogos responderam através de críticas culturais auto-reflexivas, focando nas limitações da sua posição em relação ao outro no trabalho campo e contornando-as com experimentações teóricas e textuais. Outros se engajaram em aproximações mais colaborativas e ativistas, se comprometendo publicamente com a defesa dos direitos humanos e com as lutas de seus interlocutores como uma forma de criar condições mais equânimes no trabalho de campo, na pesquisa, produção e apreensão de conhecimento.

De acordo com Charles Hale (2006), enquanto pesquisadores alinhados à crítica cultural expressam alinhamento político através do conteúdo do

conhecimento produzido, pesquisadores ativistas estabelecem suas relações com grupos e movimentos politicamente organizados. Assim, pesquisadores ativistas tem lealdades duplas - à academia e a uma luta social mais ampla - enquanto propositores da crítica cultural colapsam ambas as lealdades em uma só.

Essa divisão entre etnografia reflexiva e ativista, no entanto, não me parece muito adequada. Concordando com o próprio Jeffrey Juris (2008, 2013), a auto-reflexividade é essencial em qualquer espaço de atuação política, tanto para militantes quanto para pesquisadores que atuam nesses espaços. Essa atitude é especialmente importante quando se lida com movimentos de tradições e classes sociais distintas do pesquisador ou pesquisadora. Ao invés de elaborar diretivas estratégicas para os movimentos sociais, o conhecimento etnográfico produzido colaborativamente busca facilitar a própria auto-reflexão ativista já existente nos movimentos sociais a respeito de seus objetivos, táticas, estratégias e formas de organização.

De fato, muitos movimentos sociais já trazem essa tradição de auto-reflexividade, o que torna a pesquisa um processo de ação coletiva, colaborativa e exploratória, que divaga sem medo de admitir que a forma de se avançar é sempre incerta, difícil e nunca resolvida em respostas fáceis e estáticas, como David Graeber descreve a atuação do movimento altermundialista (2007: 11). Nesse sentido, tal qual a linha etnográfica da crítica cultural, a pesquisa ativista também refuta conclusões analíticas totalizantes, pois ao mesmo tempo que precisam fazer conclusões parciais para tomar decisões, precisam constantemente abrir espaço para novas reflexões e novas tomadas de decisão.

Há uma série de iniciativas de pesquisas etnográficas que buscam se inserir mais no cotidiano das comunidades estudadas e adotar uma forma colaborativa de produção de conhecimento. Essas iniciativas partem do pressuposto de que há alguns objetos e problemas de pesquisa só podem ser respondidos através do envolvimento ativo do pesquisador. A etnografia militante, ou ativista, busca superar as divisões entre pesquisa e prática e entre pesquisador e objeto.

Antonádia Borges, em publicação recente (2009), trata da etnografia popular, um modo de fazer etnográfico que foca no aspecto colaborativo da produção de conhecimento, presente também na etnografia ativista. Em seu

relato etnográfico junto ao *Landless Peoples Movement*, da África do Sul, ela conta que estava apresentando para o movimento os problemas de pesquisa e as primeiras discussões que estavam fazendo a respeito do tema, ao que uma liderança do movimento afirmou: “os seus problemas nos interessam”, o que, para a pesquisadora, inverteu “a fórmula canônica do trabalho de campo etnográfico, em que os “nativos” não são considerados interessantes preponderantemente por sua estatura intelectual”(Borges, 2009: 39). Para a autora, a etnografia popular “diz respeito, basicamente, a uma atuação etnográfica que busca fazer pesquisa junto/com as pessoas que nos recebem em campo, as quais compartilham conosco seu cotidiano de investigação constante” (idem, ibid: 24). Assim, “devemos estar atentos também para o como e o quanto pesquisam nossos anfitriões” (Idem, ibid.: 39-40).

Não só na antropologia, mas na sociologia também há um movimento de reduzir a distância entre pesquisa e prática. Em um debate sobre a sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu, Loic Wacquant identifica um certo “viés intelectual”, em como a posição de observador externo nos incita a construir o mundo como um espetáculo, como um conjunto de significados a serem interpretados ao invés de problemas concretos a serem resolvidos praticamente (1992:32). Essa tendência a se posicionar a uma determinada distância — se colocando em um não-lugar, como definiu Bourdieu (1977:1) — e tratar a vida social como um objeto a ser decodificado, ao invés de entrar no ritmo das interações sociais, limita nossa capacidade de compreender a prática social.

Por outro lado, o engajamento político de pesquisadores não é uma novidade na disciplina da antropologia. De acordo com um importante artigo de Acilda Ramos (1990), a responsabilidade social dos antropólogos seria o traço distintivo da etnologia brasileira em comparação com as de outros países. De acordo com ela, o foco privilegiado da etnologia brasileira nas relações interétnicas está associada a uma atitude de comprometimento político à defesa dos direitos dos povos estudados. Embora essa não seja propriamente a etnografia ativista de que falamos neste trabalho, revela a importância da política nos estudos etnográficos do nosso país. De fato, ao criticar a abordagem das relações interétnicas na etnologia do Brasil, Eduardo Viveiros de Castro (1999: 67) afirma que esse engajamento político de pesquisadores se deu em grande medida a partir de um discurso feito dentro do Estado, a

partir de sua recorrente atuação profissional nos “aparelhos indigestas de Estado”, e para os ouvidos do Estado. Essa relação levaria, ainda segundo ele, a um paternalismo que emana de tais testemunhos de compromisso. Viveiros de Castro, no entanto, confirma a existência do engajamento político em praticamente todos etnólogos no Brasil, incluindo aí seu próprio trabalho.

A etnografia militante se baseia na diminuição, se não no fim, do espaço entre pesquisador e a comunidade pesquisada, em uma forma colaborativa e mútua de produção de conhecimento, e no compromisso político com a comunidade que é pesquisada. Requer que se torne diretamente envolvido em uma luta política em particular, organizando ações e eventos, facilitando reuniões, colocando sua posição durante debates e até mesmo arriscando o próprio corpo em ações de massas e conflitos políticos. Isso leva a um entendimento cognitivo mais profundo e permite uma percepção mais concreta das emoções geradas pela prática militante. O compromisso ativista e o posicionamento político, na pesquisa ativista, são importantes para ter mais acesso, mas também por proporcionar aos etnógrafos engajados um acúmulo crítico sobre as tensões e questões subjacentes a processos e eventos que podem ajudar a gerar relatos etnográficos posteriores que falam de estratégia política e táticas (Juris, 2013: 4).

Marcus (2009) recentemente nota que tem havido um crescimento significativo do número de estudantes de pós-graduação trabalhando na área da antropologia com projetos baseados no ativismo. Da mesma forma, Neil Sutherland (2012), destaca o crescimento do número de pesquisadores de movimentos sociais que adotam uma metodologia etnográfica ativista (Lagalis, 2010; Graeber, 2009; Maeckelbergh, 2009; Juris, 2009, apud Sutherland, 2012: 2). Ao mesmo tempo, o autor afirma que muitas pesquisas da área ainda focam em métodos desapegados realizados a partir de fora dos movimentos (Klandermans and Staggenborg, 2007; Minkoff, 2003; Oliver and Myers, 2002, apud Sutherland, 2012: 2). Apesar de nenhuma dessas formas de pesquisa poder ser descartada completamente, geralmente elas não tem acesso às fases submersas de atividade do movimento e tem dificuldade em acumular o conhecimento para os próprios ativistas (Sutherland, 2012: 2).

Sobre o espaço e o tempo etnográficos

O primeiro contato que tive com o Movimento dos Trabalhadores Sem

Teto foi no final do ano de 2010, quando ainda era aluno de graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília. Desde o ano anterior, após ondas de denúncias de corrupção e a exibição de um vídeo em que o Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, recebia um grande montante em dinheiro, o movimento estudantil da Universidade Brasília se organizou para exigir sua renúncia e das demais autoridades envolvidas no escândalo. Como na época eu havia sido eleito para o Diretório Central dos Estudantes (DCE/UnB), me envolvi diretamente nas mobilizações da ocupação da Câmara Legislativa do Distrito Federal que ocorreu em dezembro de 2009 (Manifestantes invadem... R7, 02/12/2009) e a ocupação, em abril do ano seguinte, do novo prédio que estava sendo construído para a Câmara (Nova sede da Câmara... Correio Braziliense, 21/04/2010), além de vários protestos de rua que foram violentamente reprimidos (PM reprime protesto em Brasília, Veja, 09/12/2009). Naquela mesma época acontecia uma resistência em defesa de um santuário indígena, que era ameaçado pela construção de um bairro de luxo em região próxima ao centro do Distrito Federal, o Setor Noroeste. Dois anos antes, em 2008, havia ocorrido a ocupação da reitoria da Universidade de Brasília pelo movimento estudantil. O movimento conquistou a renúncia do então reitor Timothy Mulholand, também envolvido em denúncias de corrupção, e teve papel importante na eleição do novo reitor da instituição.

Era um período que me parecia particularmente interessante na história do Distrito Federal. Havia sido convidado para participar do Grupo Brasil e Desenvolvimento (B&D) em outubro de 2009. O grupo havia começado como um grupo de estudos organizado por estudantes de direito, que naquele período já estava se ampliando para uma atuação mais militante junto a movimentos sociais, agregando estudantes de outras áreas para além do curso de direito. A participação nesse grupo me possibilitou uma atuação política para além do ambiente universitário, não mais restrito à política estudantil.

Frente a todos esses acontecimentos, passei a me interessar especialmente pela história de Brasília e pelas teorias do direito à cidade. Refletindo esse interesse, havia realizado uma breve pesquisa em que resgatava a história da então recente aprovação do projeto de passe livre estudantil e a influência das mobilizações do Movimento Passe Livre (Elias e Medeiros Filho, 2010), outro importante movimento no ressurgimento da importância política das lutas urbanas em Brasília.

Fiz o primeiro contato com o MTST quando convidei parte de seus militantes para participar de uma entrevista para uma pesquisa que eu fazia para o Programa de Educação Tutorial em Ciência Política (PET/POL). Meu objetivo era realizar com os militantes do Movimento um grupo focal, passando ao longo de um dia por diversas regiões do Distrito Federal colhendo suas impressões sobre os diferentes espaços e a desigualdade urbana. Na época eu não tinha muito conhecimento sobre o método etnográfico, mas o trabalho era fortemente influenciado pelas ideias de antropólogos urbanos, urbanistas e sociólogos com fortes influências da observação participante e até mesmo da pesquisa colaborativa. O trabalho que foi entregue ao PET acabou não sendo publicado, mas serviu para me introduzir no debate sobre movimentos sociais urbanos que utilizei em minha monografia, em que comparei a organização e a identidade do MTST e do MPL no Distrito Federal (Elias, 2011).

Um dos pontos mais importantes na caracterização do MTST na minha monografia foi a autonomia do movimento em relação aos partidos políticos e candidatos, o que diferenciava esse movimento das cooperativas de habitação reconhecidas pela cooperação da pauta da habitação para fins eleitorais. Apesar disso, foi em uma reunião de apoio a uma campanha eleitoral para um candidato a deputado distrital do Partido Socialismo e Liberdade (PSol) que eu conheci pessoalmente pela primeira vez o Pedro, um dos principais militantes do MTST aqui no Distrito Federal, que se tornou membro da coordenação nacional do movimento, principal liderança local e também meu principal informante na realização do trabalho de campo.

Antes desse momento tudo que sabia do movimento era que haviam realizado uma ocupação no meio do ano em um terreno em Brazlândia que rapidamente havia agregado centenas de famílias e que, depois de um despejo violento, levou à ocupação da TerraCap, empresa pública responsável pela gestão dos terrenos públicos do Distrito Federal. Foi através de Samuel, um militante do PSol que apoiava o MTST, que peguei o contato do Pedro e liguei para marcar a entrevista que planejava fazer naquele final do ano de 2010.

Naquela entrevista, após passar um dia inteiro com Pedro e mais três militantes da coordenação local, fui convidado pelo Pedro a participar das assembleias do movimento. Nesse mesmo período, Matheus, um amigo jornalista que também faz parte do B&D, procurou o movimento para fazer uma matéria sobre as políticas habitacionais do Governo do Distrito Federal e a

luta do MTST para o jornal dos estudantes da Faculdade de Comunicação da Universidade. Passamos, Matheus, eu e outros membros do grupo, a participar eventualmente das assembleias que aconteciam na Praça da Bíblia, em Brazlândia, cidade satélite de Brasília. Quando o movimento organizava alguma ocupação, nossa ajuda era solicitada para contatar advogados para fazer a defesa do movimento nos processos de reintegração de posse e na ocupação. Fazíamos campanhas de arrecadação de alimentos na Universidade, divulgávamos as notícias das ocupações nas redes sociais através de textos na página do grupo na internet e de vídeos que o Matheus fazia. Passamos, ao longo do tempo, a fazer parte de uma rede informal de apoiadores constantes do movimento.

Esse meu contato com o campo se deu de forma similar à caracterização feita por Alcida Ramos sobre a etnografia brasileira. Segundo a autora, “raramente um etnógrafo brasileiro passou um ano inteiro, de forma contínua, no campo” (Ramos, 1990: 11). A prática usual são visitas curtas, distribuídas ao longo de um longo período de tempo. Embora essa característica tenha suas limitações, especialmente na etnologia, pelo fato dos pesquisadores acabarem por não aprender as línguas nativas, a autora afirma que “o envolvimento cumulativo e de longo prazo com o povo estudado e um foco teórico concentrado produziram, não uma fotografia nítida, mas cinema, uma etnografia em movimento” (idem, *ibid.*).

Minha inserção com o campo se deu na condição de *apoiador*, membro de um grupo *aliado*, como os próprios militantes do movimento qualificam. Isso significa que não me inseri no movimento na condição de sem-teto, buscando viver como sem-teto ou entre sem-tetos quotidianamente. Essa escolha se deu por tentar evitar um artificialismo na relação com o movimento. Por mais que deixasse de morar onde moro, deixasse de usar meu automóvel, ou me vestisse de maneira diferente, ainda transpareceria as diferenças culturais, de formação ou mesmo de linguagem e eu não saberia como o movimento reagiria a tal mudança de comportamento, uma vez que eu me envolveria nas disputas internas pela direção do movimento e esse não era, desde o início, o objetivo da minha pesquisa. A inserção feita dessa forma não busca evitar o compromisso político com o movimento ou um distanciamento metodológico. Da mesma maneira, essa inserção produz resultados provavelmente diferentes do que seria se fosse feita de outra forma, mas certamente não menos

importantes. O trabalho de Karina Biondi, sobre o Primeiro Comando da Capital (PCC), nos mostra como é possível obter resultados profundamente ricos sem necessariamente fazer parte "formalmente" do grupo estudado (Biondi, 2009).

Da mesma forma, essa escolha tem um significado político que é de reafirmar a importância da luta dos sem teto por moradia também pelos que não são sem teto, mas vêem nessa luta um importante papel na formação de uma sociedade mais justa. Ao longo de minha participação como apoiador do movimento, como veremos mais profundamente a seguir, minha condição social, econômica e profissional foram utilizadas na tentativa de deslegitimar minha atuação junto ao movimento e deslegitimar o próprio movimento. Se é importante preservar a autonomia do movimento para pensar e formular de forma contra-hegemônica sua participação política, também é importante enfrentar as tentativas de isolamento do movimento, como se a luta por moradia só importasse ao sem teto, a luta por reforma agrária só importasse aos sem terra, a luta pela tarifa zero só importasse aos usuários do sistema de transporte público. Essa estratégia busca particularizar as diferentes lutas que os setores sociais oprimidos e explorados vivem e enfraquecer seu potencial.

O espaço deste trabalho de campo, ao estudar uma relação entre movimentos sociais e o Estado, portanto, não é nem os gabinetes do Governo do Distrito Federal, nem as quadras residenciais de Ceilândia, onde moram os sem teto que formam a base movimento. Os territórios por onde estive foram a escola onde o movimento realiza suas assembleias em Ceilândia e em Brazlândia, o gabinete da Juíza do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, a ocupação do prédio do empresário Abdalla Jarjour, em Taguatinga, a sala de reuniões da Secretaria de Governo do Distrito Federal e sala do Secretario de Segurança Pública do Governo do Distrito Federal, a Universidade de Brasília, onde estudei, as avenidas onde ocorreram protestos, a Presidência da República, onde trabalhei, e até mesmo espaços em movimento, como as caronas que dei para militantes onde aprofundávamos estratégias de negociação antes de reuniões. Essa multiplicidade de espaços, ao mesmo tempo que não é espaço nenhum, de forma específica, me parece ser bem próprio do objeto de estudo, que não é nem o movimento, em si, nem o Governo e sim o que há entre eles. O conflito, o diálogo, a violência, as intenções - explícitas e implícitas -, as ameaças. A relação entre o movimento e o Governo. Obviamente, mais profundamente sob a perspectiva do movimento,

mas colhendo impressões sobre a perspectiva do Governo também - o que o próprio movimento precisa fazer para definir suas estratégias.

Capítulo 2 - Teorias dos Movimentos Sociais

Até os anos sessenta, a literatura sociológica e política dominante considerou os eventos de protestos como distúrbios sociais disfuncionais, irracionais e indesejáveis. Abordagens focadas na psicologia social interpretavam seus participantes como desconectados de associações imediatas que poderiam ligá-los a demandas sociais mais produtivas e menos conflituosas, como seria o caso de Kornhauser (1959, apud Meyer, 2004). Esses estudos, da década de 50, generalizavam análises feitas sobre movimentos fascistas e nazistas e presumiam que movimentos sociais eram alternativas à política, e não expressão da mesma (Meyer, 2004). A grande questão naquele momento era “por que” os movimentos sociais surgiam.

Os movimentos sociais que surgiram na década de 1960 e 1970 foram importantes para a mudança na teoria dos movimentos sociais da ciência política. Esses movimentos, supostamente diferentemente dos movimentos sociais tradicionais – rigidamente estruturados, geralmente de orientação classista e estruturalista – focavam questões identitárias, de justiça cultural e de reconhecimento (Fraser, 2001; Tatagiba, 2007). Os Novos Movimentos Sociais se caracterizariam por sua forma organizativa, com estrutura segmentada, reticular, policéfala, composto por unidades diversificadas e autônomas, onde as lideranças são difusas e limitadas a objetivos específicos (Melucci, 2001).

Ao contrário das prescrições feitas por analistas da década anterior, esses movimentos surgiam em economias desenvolvidas, sociedades de industrialização avançada e consideradas democracias consolidadas. Inovações nas formas de se protestar e na definição de novas pautas políticas, para além das pautas específicas dos trabalhadores, foram objeto de estudo da teoria dos novos movimentos sociais, especialmente nos estados de industrialização avançada (Della Porta, 1995).

Ao mesmo tempo estudos empíricos invalidavam a premissa hegemônica nas décadas anteriores de anomia desconexão política por parte dos

participantes em protestos e movimentos sociais. Keniston (1968, apud Meyer: 2004) descobriu que líderes estudantis eram mais ajustados psicologicamente que seus colegas menos ativos. A análise de Parkin (1968, apud Meyer: 2004) descobriu que os ativistas da campanha britânica pelo desarmamento nuclear eram propensos a participarem de outras organizações sociais e políticas. Posteriormente, analistas de políticas públicas descobriram que a pressão social era capaz de levar a concessões por parte de governos (Button 1978, Piven & Cloward 1977, apud Meyer, 2004). A partir dessa virada, era possível identificar protestos como estratégias racionais utilizadas por pessoas que se viam desfavorecidas para apresentar demandas políticas através dos meios tradicionais (Meyer, 2004: 127). Para aqueles que se encontravam de fora da arena pluralista, protesto era um “recurso político” a ser usado para influenciar as políticas públicas (Lipsky, 1970; McCarty & Zald, 1977, apud Meyer, 2004). Essa virada conhecida como mobilização de recursos foi responsável por mudar a pergunta de pesquisas sobre movimentos sociais de “por que” para “como” os movimentos surgem. Estabelecido o potencial racional dos movimentos sociais, a produção teórica se focou nas estratégias de mobilização baseada na racionalidade econômica e em problemas de ação coletiva, como o problema do carona, teorizado por Mancur Olson (1999). Nas palavras de Debora Goulart, essa corrente “aplicou a sociologia das organizações à análise dos movimentos sociais, que por analogia seria movido e organizado tal como uma empresa, o que levou à priorização da racionalidade, em detrimento das ideologias e valores como elementos válidos para mobilizar indivíduos em determinadas conjunturas” (Goulart, 2011: 162).

Como objetivos, estratégias e táticas não são traçados em um vácuo, analistas passaram a considerar os aspectos conjunturais em que o movimento se constituía e lidava com seus problemas de mobilização. A teoria do processo político surgiu como uma tentativa de prever variância e periodicidade, contextos e resultados dos esforços dos ativistas através do tempo e através de diferentes contextos institucionais. De acordo com essa teoria, a sabedoria, a criatividade e os resultados das escolhas dos ativistas - sua agência - só pode ser entendida e avaliada de acordo com o contexto político e as regras do jogo em que as escolhas são feitas - a estrutura (Meyer, 2004).

Os novos movimentos sociais, por sua vez, são caracterizados por Alonso

(2009: 67) como frutos de

"uma mudança macrossocial [que] teria gerado uma nova forma de dominação, eminentemente cultural (por meio da tecnologia e da ciência) e borrado as distinções entre público e privado, acarretando mudanças nas subjetividades e uma nova zona de conflito. As reivindicações teriam se deslocado dos itens redistributivos, do mundo do trabalho, para a vida cotidiana, demandando a democratização de suas estruturas e afirmando novas identidades e valores. Estaria em curso uma politização da vida privada. Os movimentos de classe dariam lugar, assim, a novos movimentos expressivos, simbólicos, identitários, caso do feminismo, do pacifismo, do ambientalismo, do movimento estudantil. Isto é, os movimentos mais em evidência no momento em que escreviam" (Alonso, 2009: 67).

Ao longo de pelo menos três décadas predominou um conceito comum na literatura sobre movimentos sociais, tanto por parte dos estudiosos da linha dos "novos movimentos sociais", como Touraine (1981) e Melluci (1989), quanto pelos estudiosos da abordagem do "processo político" (Tarrow, 2009). De acordo com esse conceito, movimentos sociais são uma forma de ação coletiva sustentada, a partir da qual atores que compartilham identidades ou solidariedades enfrentam estruturas sociais ou práticas culturais dominantes (Abers e Von Bülow, 2011).

Em publicação recente, Marisa Von Bülow e Rebecca Abers (2011) identificam dois movimentos teóricos que visam, desde a virada do século, a ampliar as fronteiras da unidade de análise e o diálogo da disciplina de estudo dos movimentos sociais com outras disciplinas e temáticas. Um desses movimentos, originado especialmente da teoria dos novos movimentos sociais, foi fortemente influenciada pelo pensamento habermasiano, responsável pela substituição do conceito de movimentos sociais pelo conceito de sociedade civil (Cohen e Arato, 1992, apud Abers e Von Bülow, 2011: 55). Essa literatura enfoca a arena política existente fora do estado e fora do mercado, onde existiriam ou deveriam existir teias interligadas de grupos e associações engajadas em práticas comunicativas caracterizadas pelo respeito mútuo e

pela solidariedade. A teoria deixa, assim, "de associar as inovações em um ator, os movimentos sociais, para atrelá-la a um *lócus*, a sociedade civil" (Alonso, 2009: 75, apud Abers e Von Bülow, 2011: 56). Esse *lócus* inovador deveria permitir a comunicação livre sem interferência de desigualdades nem hierarquias, onde prevaleceria apenas o poder do melhor argumento (Habermas, 1984). Nessa perspectiva, para preservar a liberdade da comunicação e o respeito mútuo em que se baseia, ou deve se basear, a sociedade civil a autonomia da esfera pública é fundamental. Mecanismos de influência entre esfera pública e o estado devem existir, mas devem ocorrer à distância, através da participação eleitoral dos cidadãos e da atividade dos partidos políticos (Habermas, 2003: 101), mas a autonomia da esfera pública deve ser preservada. Outro movimento de ampliação do estudo dos movimentos sociais é através da construção do conceito de conflito político.

Movimentos sociais e o conflito político

Esse conceito não era novo. Desde o trabalho seminal de McAdam sobre a teoria do processo político e o trabalho de Charles Tilly, *From Mobilization to Revolution* (1978), o caráter conflituoso da relação entre Movimentos Sociais e o Estado já estava presente. Segundo McAdam, "o modelo do processo político é baseado na noção de que a ação política de membros estabelecidos do sistema político reflete um conservadorismo persistente. Eles trabalham contra a admissão no sistema de grupos cujos interesses contrariem significativamente seus próprios interesses" (McAdam, 1982, p. 38).

Tarrow localizou o poder dos movimentos sociais no desafio aos opositores, elites e autoridades. Segundo ele, "as formas contenciosas de ação coletiva são diferentes das relações de mercado, dos grupos de pressão ou da política representativa porque põem pessoas comuns em confronto com opositores, elites ou autoridades. Ela tem poder porque desafiam os detentores de poder, produzem solidariedade e fazem sentido para grupos específicos da população, situações e culturas nacionais" (Tarrow, 2009: 19-20). Seguindo linha semelhante, mas através de uma perspectiva mais próxima da teoria dos novos movimentos sociais do que da abordagem do processo político, Manuel Castells, ao analisar os movimentos sociais urbanos da década de 1970 já os definia como "sistemas de práticas sociais contraditórias que põem em causa a

ordem estabelecida, a partir das contradições específicas da problemática urbana” (Castells, 1976, p. 10). Assim, movimentos sociais já são vistos como uma afronta a essa ordem.

Para Tarrow, uma série de fatores poderiam ser percebidos como oportunidades ou restrições à ação política dos movimentos sociais. De acordo com ele,

“o conflito é muito mais relacionado a oportunidades de ação coletiva - e limitado por restrições a ela - do que por fatores sociais e econômicos persistentes experimentados pelas pessoas. O conflito aumenta quando as pessoas obtêm recursos externos para escapar da submissão e encontra oportunidades para usá-los. Ele também aumenta quando as pessoas se sentem ameaçadas por custos que não podem arcar ou que ofendem o seu senso de justiça. Os desafiantes encontram oportunidades de apresentar suas reivindicações quando se abre o acesso institucional, quando surgem divisões nas elites, quando os aliados se tornam disponíveis e quando declina a capacidade de repressão do Estado. Quando isso se combina com a percepção do alto custo da inação, as oportunidades produzem episódios de confronto político” (Tarrow, 2009: 99)

Essa visão, no entanto, ao ressaltar a importância das oportunidades políticas, parece sugerir que os movimentos sociais podem ser explicados em função delas, reduzindo a agência dos próprios movimentos sociais sobre as oportunidades.

Tarrow (2009: 124) sistematiza três aspectos do conflito publicamente organizado: (1) o choque violento, (2) a demonstração pública organizada e (3) a ruptura criativa. Essa sistematização busca dar maior dinamização da estrutura de oportunidades políticas, aumentando a importância do ator, que vai culminar na elaboração feita juntamente a McAdam e Tilly em *Dynamics of Contention* (2001) que veremos posteriormente.

Para Tarrow, a violência "é o traço mais visível da ação coletiva, tanto em relação à atual cobertura das notícias como no registro histórico. Isso não é surpresa, porque a violência é notícia e preocupa aqueles cujo trabalho é

manter a ordem. A violência é também uma atração mórbida para muitas pessoas que ao mesmo tempo que a repudiam, sentem-se atraídas por ela. Finalmente, a violência é o tipo mais fácil de ação coletiva para pequenos grupos começarem sem ter de arcar com grandes custos de coordenação e controle” (Idem,125-126). Além disso, a ameaça da violência é um grande poder dos movimentos, mas deve ser usada com cuidado, pois, segundo o autor, a violência tem um aspecto polarizador, em que as pessoas são forçadas a escolher lados e "torna-se uma desvantagem quando aliados potenciais ficam com medo, as elites se reagrupam em nome da paz social e as forças da ordem aprendem a reagir a ela” (Ibid, 127).

A demonstração pública organizada trata, por exemplo, de greves e passeatas, repertórios de ação que, por exigirem relativamente pouco compromisso e envolverem baixo risco, atraem grande número de participantes e se consolidaram como práticas correntes dos movimentos sociais. Tal qual a greve, esses repertórios começaram como ação direta disruptiva e, por fim, foram institucionalizadas (Ibid, 131).

A ruptura criativa, por sua vez, segundo Tarrow, é a expressão arquetípica de grupos desafiantes. Nas suas formas mais diretas não precisam ameaçar a ordem pública, não são mais do que uma ameaça de violência. No entanto, o que poderia não ser uma ruptura para um conjunto de arranjos sociais pode significar uma enorme ruptura para outro. Para o autor,

“a ruptura tem uma lógica mais indireta nas formas contemporâneas de confronto. Primeiro é a realização concreta da determinação de um movimento. Sentando, permanecendo em pé ou se movendo em conjunto de forma agressiva em espaço público, os participantes das demonstrações afirmam sua identidade e reforçam sua solidariedade. Ao mesmo tempo, a ruptura impede as atividades rotineiras de seus oponentes, espectadores casuais ou autoridades, forçando-os a atender às reivindicações dos que protestam. Finalmente, a ruptura amplia o círculo de conflito. Bloqueando trânsito ou interrompendo negócios públicos, os participantes incomodam os transeuntes, põem em risco a lei e a ordem e colocam as autoridades num conflito

privado.”(Ibidem, 128)

Apesar de ser considerada a arma mais forte dos movimentos sociais, por espalhar incertezas e dar poder a atores fracos contra oponentes poderosos, Tarrow (2009: 130) identifica um paradoxo ao perceber que essas não são as formas mais comuns de ação coletiva. Isso acontece porque sustentar a ruptura depende de um alto nível de compromisso, de manter as autoridades em desequilíbrio e de resistir à atração tanto da violência quanto da convencionalização.

A ideia de conflito político, ou política contenciosa, existente na teoria do processo político estabelecia um esquema clássico - oportunidades, ameaças, estruturas de mobilização, repertórios e framing (McAdam et al, 1996). Em uma tentativa de romper com compartimentalização dos estudos sobre movimentos sociais e outros objetos de estudo - como greves, revoluções e até guerras - um grupo de autores identificados com a abordagem do processo político buscaram ampliar a teoria dos movimentos sociais apostando em uma abordagem mais dinâmica. De acordo com essa abordagem, expressa especialmente no livro *Dynamics of Contention*, o conflito político é definido como:

"Interações episódicas, públicas e coletivas entre reivindicadores e receptores dessas reivindicações quando (a) pelo menos um governo é reivindicador, objeto da reivindicação ou parte na reivindicação e (b) as reivindicações, se conquistadas, afetariam os interesses de pelo menos um dos reivindicadores" (McAdam et al 2001:5)

Nesse livro, os autores elaboram definições importantes dentro do conceito de conflito político. As definições são divididas entre interações conflituosas “contidas”, quando todos os participantes são atores estabelecidos, que empregam meios amplamente conhecidos para apresentar suas demandas, ou “transgressores”, quando pelo menos alguns atores são novos e, em parte, utilizam meios de ação coletiva inovadores ou proibidos (Idem). Sob outra perspectiva, porém tratando do mesmo tema, Ana Dinerstein (1997: 9) ressalta a importância de ações transgressivas, pois "elas questionam a ordem estabelecida através da ação coletiva. Nesses momentos o aqui e o agora se unificam, pois a ação política se torna *liberdade* como

necessidade".

Percebe-se que além dos "meios" de ação - proibidos, inovadores ou conhecidos - o tipo de "ator" - estabelecido ou novo - que promove ou participa da ação é crucial para a definição da política contenciosa. Ator, para os autores, "consiste em conjunto de pessoas e relações entre pessoas das quais organizações internas e relações com outros atores políticos mantêm continuidade substancial no espaço e no tempo" (McAdam et al 2001:12).

De acordo com Euzenéia Nascimento (2012: 40), o modelo conflituoso restringe a compreensão dos movimentos sociais por três razões. Primeiramente porque esse modelo ignora demandas que não são direcionadas ao estado, que remetem ao significado cultural e simbólico dos movimentos sociais. Em segundo lugar, o modelo restringe a política dos movimentos sociais ao espaço institucionalizado, limitando a compreensão da proliferação espaços politizados na sociedade civil. Por fim, "sob essa perspectiva, as possibilidades de relações dos movimentos com o Estado são reduzidas e circunscritas às interações de poder conflituosas, desprivilegiando aquelas interações cooperativas ou colaborativas entre atores societários e institucionais em torno da produção de políticas públicas ou de alianças com partidos políticos" (Nascimento, 2012:40).

A emergência dos movimentos sociais nas sociedades de industrialização avançada nas décadas de 60 e 70, como vimos anteriormente, foi importante para uma virada no campo de estudo dos movimentos sociais. No entanto, o enfoque dado na "novidade" tornou importante negar as relações entre movimentos sociais e formas tradicionais da política, especialmente as relações dos movimentos sociais com a política institucional. No Brasil, o contexto ditatorial em que o país viveu a maior parte desse período fortaleceu a ideia e a força da defesa da autonomia dos movimentos sociais e separação entre a ação da sociedade e do estado.

Além da limitação da Teoria do Conflito Político à compreensão das relações entre Estado e sociedade civil apresentado por Euzenéia Nascimento, a literatura dos Novos Movimentos Sociais também traz suas limitações. No esforço de chamar atenção para a noção de que "novos" sujeitos políticos haviam engajado em "novas" formas de ação política, a literatura enfatizou dicotomias entre novos e velhos movimentos sociais, entre elas, foi enfatizada a mudança na relação com o Estado (Abers e Tatagiba, no prelo). Isso resultou

no que Hellman (1992: apud Abers e Tatagiba, no prelo) chamou de “fetichismo da autonomia”: qualquer forma de proximidade entre movimento e o estado ou partidos era igualado a cooperação ou subordinação. Na ampliação do conceito de Novos Movimentos Sociais para a ideia de sociedade civil, a defesa do ponto de vista em que a proximidade entre sociedade civil e a burocracia estatal limitaria a capacidade de transformação da sociedade, a sociedade civil autolimitada (Cohen e Arato, 1992), contribuiu para essa perspectiva.

Muitos estudos presumem que qualquer forma de alinhamento entre movimento e objetivos de governos implicariam em desmobilização, burocratização e contenção da radicalização (Piven e Cloward, 1977, apud Abers e Tatagiba, no prelo). Para Tarrow, a relação dos movimentos sociais com o estado seria um momento posterior ao processo de mobilização. Para ele “o padrão de institucionalização é quase o mesmo em todo lugar: à medida que acaba o entusiasmo da fase disruptiva de um movimento e a política se torna mais hábil em exercer o controle, os movimentos institucionalizam suas táticas e tentam obter benefícios concretos para seus apoiadores através de negociação e acordo – um caminho que frequentemente é bem-sucedido ao custo de transformar o movimento em um partido ou grupo de interesse” (Tarrow, 2009:134). Ele ainda completa apontando a institucionalização das demandas do movimento como uma das razões-chave para o fim dos ciclos de protestos (Tarrow, 1994: 153-169, apud Abers e Tatagiba, no prelo). Há uma visão etapista nessa análise, que, de fato, dá conta de uma lógica linear de desenvolvimento dos movimentos sociais, com início no confronto e fim na institucionalização. Mas essa visão não dá conta de estratégias de movimentos sociais que combinem o enfrentamento e a negociação institucional sucessivamente, reservando o caráter autônomo do movimento, circunscrito na sociedade civil, mas sem negar a relevância do papel das instituições para suas conquistas.

Ainda assim, para Tarrow, tanto grupos de pressão passaram a se utilizar do conflito político para atingir seus objetivos, como “os líderes de movimentos se tornaram hábeis em combinar o protesto com a participação em instituições” (Tarrow, 2009: 22). Guigny e Passy, afirmam que as vezes movimentos ganham acesso a esses processos decisórios de tal forma que “certos movimentos tendem a se tornar parte integrada nas fases decisórias

regulatórias e de implementação do processo político” (Guigny e Passy, 1998:82 apud Abers e Tatagiba, no prelo).

No Brasil, mesmo antes do fim da ditadura militar, chamava a atenção dos pesquisadores o engajamento de militantes de Movimentos Sociais no Estado, ao invés de sua rejeição. Ainda em 1983, Ruth Cardoso defendeu uma análise mais dinâmica da relação entre movimentos e atores institucionais ao perceber que os movimentos sociais combinam diferentes estratégias (Cardoso apud Abers e Tatagiba: no prelo). Como Alvarez apontou, com a criação de órgãos governamentais voltados para as pautas específicas de alguns movimentos sociais, muitos ativistas passaram a trabalhar no Estado, como ocorreu com o movimento feminista (Alvarez, 1998 apud Abers e Tatagiba, no prelo). Ao longo dos anos 90, passada a transição democrática, houve um declínio no estudo de movimentos sociais que só viria a ser retomado em 2000 (Silva, 2010). Nesse intervalo a agenda de estudos sobre a relação entre movimentos sociais e Estado foi reduzida a "um estreito foco na participação em arenas formais, como o orçamento participativo e conselhos de políticas públicas, em detrimento de uma exploração mais ampla de relações entre movimentos e o Estado fora desses espaços” (Abers e Tatagiba, no prelo).

Acredito que a ressalva de Tarrow, no entanto, se encaixa bem no caso estudado neste trabalho. Ressaltando a característica desafiadora e conflituosa da relação do movimento social com o Estado, ele afirma que

"apesar de sua crescente capacidade de fazer pressão, desafiar de forma legal e agir na área de relações públicas, as ações mais características dos movimentos sociais continuam a ser os desafios contenciosos. Isso não se deve a que os líderes sejam psicologicamente inclinados à violência, mas sim à falta de recursos estáveis - dinheiro, organização, acesso ao Estado - controlados pelos grupos de interesse e pelos partidos" (Tarrow, 2009:22).

O fato de ações mais características dos movimentos sociais continuarem a ser os desafios contenciosos não pode ser confundido com uma tendência natural, como ressalta Tarrow. Ao contrário, isso se deve ao recurso político que o movimento social dispõe para a disputa, que é o desafio aos poderosos (Tarrow, 2009: 19-20). Corroborando com a análise da dificuldade de acesso a

recursos estáveis que o autor menciona, alguns estudos sugerem que a influência dos movimentos sociais de fora do sistema político tende a ser limitada a audiências públicas ou conselhos ou conferências de políticas públicas, enquanto permanecem excluídas do processo de elaboração de políticas públicas que ocorrem atrás das portas fechadas da burocracia (Ingram e Ingram, 2005 apud Abers e Tatagiba, no prelo).

O fato de desafios contenciosos serem características principais de movimentos sociais e o desafio aos poderosos ser seu recurso político preferencial não impede que eles identifiquem no sistema político aliados com quem possam contar estrategicamente. A teoria da oportunidade política identificou aliados dentro das instituições políticas que teriam a capacidade de diminuir custos da ação coletiva, revelar potenciais aliados e mostrar onde as elites e autoridades estão vulneráveis. Para Tarrow, “os desafiantes são encorajados à ação coletiva quando têm aliados que podem atuar como amigos nos tribunais, como garantias perante a repressão ou como negociadores aceitáveis em seu favor” (Tarrow, 2009: 109). Entre os aliados possíveis para os desafiantes, Tarrow destaca os partidos políticos, que poderiam tirar vantagens políticas das oportunidades políticas criadas pelos movimentos sociais quando um sistema for desafiado por uma série de movimentos e não quando organizações de um movimento singular apresentam desafios que podem ser facilmente reprimidos ou isolados. Segundo ele, “isso significa que é mais provável obter resultados reformistas quando as oportunidades políticas produzem confrontos gerais entre os desafiantes, as elites e as autoridades (Tarrow, 2009: 120). A teoria da oportunidade política identificou também “patrocinadores”, como analisados por Jenkins and Perrow (1977 apud Abers e Tatagiba, no prelo), que protegem os movimentos sociais de opositores e promovem os objetivos dos movimentos.

Estudos recentes sugerem que movimentos sociais normalmente combinam estratégias baseadas em protesto com tentativas de influenciar as instituições estatais se envolvendo em política partidária, candidaturas, e o desenho de políticas públicas (Abers e Tatagiba, no prelo).

Em uma avaliação e busca de uma agenda de pesquisa para os movimentos sociais atualmente no Brasil, Marcelo Kunrath considera promissor o projeto da política do conflito para “construir uma abordagem que incorpore e, especialmente, articule conceitos que possibilitem apreender analiticamente a

complexidade da constituição e atuação dos atores coletivos (no caso, contestadores)” (2010: 5). Além disso, ele aponta a relação entre atores sociais e o campo político-institucional como particularmente relevante. Nesse ponto ele indica a noção de autonomia e as relações entre diferentes repertórios de ação como algo a ser melhor trabalhado. Para ele, "apesar dessa ênfase na autonomia, esta não chega, em geral, a ser definida de forma mais precisa nem analisada com maior profundidade. Identifica-se, antes, uma afirmação normativa da sua importância” (Idem). Compartilhando do diagnóstico de Rebecca Abers e Marisa Von Bülow (2011) apresentado anteriormente, Silva afirma que os autores brasileiros recentemente parecem oscilar entre a "concepção de autonomia como ausência de relação e uma concepção de autonomia como uma relação marcada fundamentalmente pela interação conflitiva” (ibidem).

A partir desse diagnóstico, no entanto, para romper com dicotomias pré-estabelecidas e incorporar uma maior diversidade de casos no estudo dos movimentos sociais, Rebecca Abers e Marisa Von Bulow defendem a ampliação do conceito de movimentos sociais para “redes de ativistas”. Com base nessa definição, autoras e autores questionam a delimitação prévia das fronteiras dos estudos dos movimentos sociais, permitindo, assim, a adaptação da teoria a diversas formas de participação ativista, até mesmo quando ativistas atuam dentro do estado, como explorado por Rebecca Abers e Luciana Tatagiba (no prelo).

Marisa Von Bulow e Rebecca Abers utilizam a definição de Mario Diani, (1992) para quem o conceito de movimentos sociais segue três premissas básicas: eles são (1) uma rede de interações informais entre indivíduos e organizações que (2) se orientam de forma conflituosa em relação a um adversário definido e (3) têm uma identidade compartilhada. Essa definição tem o mérito de ressaltar a característica essencialmente conflituosa de movimentos sociais, porém sem pré-estabelecer o estado como componente fundamental desse conflito, que muitas vezes ocorre por fora das instituições políticas e atores institucionais ou mesmo os tem como aliados e até partícipes nos repertórios de ação. Usando as redes como meio de análise do movimento social se evita delimitar de antemão as fronteiras das relações dos movimentos sociais com outras organizações, especialmente o estado evitar prescrever sua impermeabilidade às estratégias de movimentos sociais. Por fim, o

compartilhamento de uma identidade comum é o desafio de compreender o que conecta essa rede e os faz engajar no conflito político. Identificar esses três elementos é um dos objetivos específicos desta pesquisa na análise do objeto estudado.

Há uma relação constante entre movimentos sociais, partidos, e governos e essa relação é importante para o estudo dos movimentos sociais. Compreender teoricamente essa relação de forma ampla e diversa é importante para que o campo de estudo dos movimentos seja capaz de analisar os variados tipos de movimentos e como formulam suas identidades, objetivos e estratégias. Neste trabalho situarei a relação do MTST com o Governo do Distrito Federal nesse debate acadêmico.

Capítulo 3 - O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

No dia 22 de maio de 2014 o MTST fez uma assembleia com 15 mil pessoas sobre a Ponte Estaiada, um dos pontos mais simbólicos da cidade mais populosa da América do Sul, São Paulo. A estimativa do número de participantes é da Polícia Militar, mas o movimento afirma que chegou a 20 mil. Na reportagem que leio pelo computador, Guilherme Boulos, coordenador nacional do movimento, afirma: “Hoje quem era dono da bola e entrou em campo foi o povo”, em referência à realização da Copa do Mundo no país, que se iniciou em 12 de junho deste ano e foi objeto de grandes mobilizações desde a Copa das Confederações, evento que antecede a realização do mundial e ocorreu entre junho e julho do ano de 2013 no Brasil (Sem Teto prometem junho vermelho..., Folha de São Paulo, 22/05/2014). Nas semanas anteriores à realização do mundial, o movimento realizou passeatas e ocupações que tiveram grande repercussão política e midiática. No dia 03 deste mês o movimento ocupou um terreno localizado há menos de quatro quilômetros do Itaquera, estádio onde ocorrerá o evento de abertura da copa, e em poucos dias acumulou 4 mil famílias, de acordo com estimativas do próprio movimento (Cerca de 1500 famílias..., Agência Brasil, 05/05/2014). No dia 8 de maio, junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, ocupou a sede de três das maiores empreiteiras do país, a OAS, a Odebrecht e a Andrade Gutierrez, como uma forma de criticar que essas tenham sido as maiores beneficiadas da realização da copa no país (Movimentos sociais

ocupam sedes..., Agência Brasil, 08/05/2014). Para que o movimento desocupasse os edifícios e por causa da visibilidade das ações, que chegaram a ter repercussão internacional, o movimento foi recebido pela Presidenta da República, Dilma Rousseff para apresentar suas demandas pela desapropriação da área ocupada e alocação das famílias em uma construção do Programa Minha Casa Minha Vida no local (Após protesto, Dilma recebe..., Portal Terra, 08/05/2014). Cerca de um mês depois, o Movimento anunciou que havia chegado a um acordo com o Governo, que se comprometia em adquirir o terreno ocupado e construir 2 mil unidades habitacionais para as famílias do movimento, além de fazer mudanças no Programa Minha Casa Minha Vida que favorecesse a construção de moradias por movimentos populares. Em contrapartida o movimento deixaria de convocar atos de protesto em dias de copa próximo aos estádios (Governo Federal cede..., O Globo, 09/06/2014). Ainda assim, o Movimento convocou protestos para pressionar pela votação de um novo Plano Diretor para a cidade e ocupou novo terreno na Zona Sul de São Paulo, mostrando que não pretende sair das ruas por causa do acordo (MTST ocupa terreno..., Portal G1, 21/06/2014).

Guilherme Boulos é jovem, aparenta ter por volta de trinta e poucos anos. A uma primeira vista passa uma impressão de seriedade. Quando não está liderando uma assembleia nem participando de argumentações intensas com governos tem uma fala tranquila, quase monótona. Fala pausadamente e com tranquilidade sobre os diversos assuntos do movimento. Na entrevista que fiz com ele, em um quiosque perto do Ministério das Cidades, onde tinha acabado de participar de uma reunião, ele parecia ter muita clareza sobre a estratégia do movimento. De todos os entrevistados e informantes da minha pesquisa, foi o único de quem não senti insegurança em nenhum momento ao falar sobre o movimento. Em São Paulo, é a figura que mais dá entrevistas, pelo que pude acompanhar através da mídia. Denominado como líder do movimento, o coordenador nacional do movimento é qualificado ainda como psicanalista e professor pela mídia. Há uma semana ele deu uma longa entrevista ao programa do jornalista Mário Sergio Conti, em um canal pago das organizações Globo. Além do interesse pela história do movimento, a mídia parece ter um interesse particular pela história do estudante, filho de um médico famoso da capital do estado de São Paulo, que abandonou seu conforto do lar para morar em uma ocupação do movimento em 2002 e se tornou liderança desse

movimento popular que, às vésperas da copa, mais ameaçava sua realização. Sobre isso, Boulos reclama, mal humorado, que a mídia gosta mais de fazer fofoca do que discutir os reais problemas do país. Na entrevista que leio hoje, Boulos afirma que o movimento fará manifestações semanalmente até que as suas demandas sejam atendidas. Mas história do movimento começou muito antes.

Em 1997, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) organizou uma marcha que sairia de diversos lugares do Brasil rumo à Brasília. A chegada à capital estava planejada para se dar no dia 17 de abril, aniversário do massacre de Eldorado dos Carajás, em que dezenove militantes do movimento foram assassinados por policiais militares do Estado do Pará. O propósito da marcha era apresentar reivindicações do movimento ao Governo Federal. Nessa marcha, passando por diversas cidades ao longo dos diversos dias de caminhada, o movimento já discutia a importância da luta também dentro das cidades, em uma sociedade que se urbanizava rapidamente e em cidades que se “favelizavam”, fruto da intensa desigualdade social do país. A partir dessa marcha, o MST decidiu organizar a criação de um movimento que lutasse por trabalho e moradia digna nas cidades (Goulart, 2012; Lima, 2004).

Há controvérsias sobre qual foi o papel que o MST cumpriu na formação do MTST e qual foi o momento exato do seu surgimento. Uma versão seria de que o Movimento surgiu a partir de uma ação deliberada do MST na expansão para as cidades, outra vê a mobilização do MST, especialmente a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça de 1997, apenas como um locus e momento de aproximação de militantes do movimento com a luta urbana, que posteriormente levaria à sua criação. Guilherme Boulos, no entanto, afirma que “o MTST, incondicionalmente, tem, dentro de si, o código genético do MST” (Boulos apud Benoit, 2002). Na cartilha do militante, documento distribuído a todos os membros do movimento e que é a base da formação política de seus militantes, a gênese do movimento está descrita da seguinte maneira:

O MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, é um movimento conhecido por todos nós por sua luta árdua por uma vida digna para quem mora no campo. É um movimento sério que sabe que a maioria do povo pobre vive na cidade e não nas áreas rurais. Com isto,

percebeu a necessidade de ajudar os trabalhadores urbanos a se organizarem para lutar também por melhores condições de vida. Foi assim que, na marcha nacional que o MST realiza todos os anos, no ano de 1997 este movimento resolveu liberar militantes comprometidos com a transformação da sociedade para criar um movimento urbano. Estes militantes começaram a estudar os problemas que os trabalhadores viviam com mais dificuldade e perceberam que, naquele momento, dois eram os mais preocupantes: Moradia e Trabalho. (Cartilha do militante, 2005).

O interesse do MST na pauta urbana decorre da conjuntura específica vivida pelo movimento em uma região específica de atuação no estado de São Paulo, o Pontal do Paranapanema, e de avaliação mais geral sobre uma mudança na composição social de sua base. Nas palavras de um militante do movimento, “A gente começa a perceber que começa a mudar o perfil das ocupações de terra no estado de São Paulo, não tem mais só camponês [...] então a gente começa a perceber que são famílias que queriam lutar, mas não queriam sair da cidade. E precisavam também de alguma forma de luta para que pudesse sobreviver na cidade; que não iam para o campo por ter vivido algum tempo na vida urbana e se readaptar a rural de novo é difícil. Então a gente começa a ter a ideia de liberar militantes do MST para trabalhar a questão urbana” (Cassab, 2004, 110). Tendo passado por um período intenso de ocupações de terras na região do Pontal do Paranapanema, o movimento havia realizado um acordo com o Governo de São Paulo para que, em troca da destinação de uma grande porção de terras à reforma agrária, o movimento deixasse de ocupar novas áreas na região, o que forçou também o movimento a buscar novas áreas de atuação, inclusive nas cidades (Lima, 2004) -.

Nesse contexto, a aproximação entre MST e trabalhadores urbanos em luta por moradia começou antes mesmo da marcha nacional, na região de Campinas. De acordo com Helena, ex-militante do MTST, “tem uma primeira ocupação que o MST fez em 1995, isso pouca gente fala, que era o Parque Oziel. [...] O MST faz essa ocupação urbana. Na verdade são alguns acampamentos que são assentados numa gleba gigantesca de terra em

Campinas, e ficou com o nome de Parque Oziel que é um bairro hoje em Campinas (Helana, apud Goulart, 2012: 17). Segundo um dos coordenadores do movimento, a aproximação do MST e a criação do MTST na cidade se deu pela "proximidade com um grande centro urbano; carência habitacional da população; existência de terras desocupadas; pequeno número de movimentos populares e do fato de que, na época, estavam acontecendo, na cidade, lutas desarticuladas por moradia, através da ocupação de terrenos" (Oliveira, 2001 *apud* Lima, 2004: 142). Na época Campinas vivia uma série de ocupações espontâneas de terra urbana, as chamadas invasões. Nesse período a imprensa local noticiou a existência de 86 ocupações, sendo que as que tiveram participação do MTST eram as que mais se destacavam (Prefeitura..., 1997: 1). Por um tempo a relação entre MTST e MST é meio confusa, pois não há uma centralização das ações do MTST enquanto movimento e há dúvidas sobre sua existência de fato ou da sua existência simplesmente como um braço do MST. Essa situação passa a mudar quando, a partir da marcha do MST em 1997 a atuação do MTST especialmente no Parque Oziel ganha contornos "oficiais", mantendo o apoio do MST, mas com organização própria.

A diferença de atuação no movimento rural e no movimento urbano, porém, trouxe dificuldades para os militantes do MST que haviam se engajado na construção do MTST. Isso porque, de acordo com Guilherme Boulos, as famílias em uma ocupação urbana tem contato com atores sociais e políticos mais diversos que no campo. Enquanto no campo "você vai disputar com jagunço, proprietário, eventualmente com a polícia. Mas a pessoa para chegar num outro lugar, ela tem que andar 10 quilômetros. A escola é dentro da ocupação, as pessoas constroem a vida em torno da ocupação. Isso dá ao movimento, no caso ao MST, um nível de controle sobre a ocupação, sobre aquele território da ocupação, que é inconcebível na cidade." (Boulos, 2014). A ocupação urbana envolve outros riscos e uma estratégia de disputa territorial diferente. O aprendizado a esse respeito custou importantes derrotas. No trabalho de Miagusko há um depoimento de um militante que diz "[...] num primeiro momento – e isso nós avaliamos como um erro – talvez um erro necessário, mas que não pode ser reproduzido, o MTST buscou ser o MST urbano, buscou reproduzir as formas de luta e de organização do MST no espaço urbano. Deu errado" (2008, p. 184). Segundo Boulos, "teve ocupações, como o Parque Oziel, perdidas para o tráfico, perdidas para vereadores,

perdidas para uma série de outros poderes locais que estavam presentes naquele território” (Boulos, 2014).

O movimento passa então a construir uma lógica de disputa de hegemonia territorial e não de controle. Na cidade "não dá para você trabalhar com o conceito de controle territorial. Você vai trabalhar com o conceito de hegemonia territorial. A ocupação urbana é uma ocupação que busca construir referência e hegemonia. Ela não tem condições de construir controle territorial” (Idem). A disputa de hegemonia territorial significa dialogar com outros atores sociais em defesa de seu projeto político, como o padre, o pastor, o traficante, o enganador vendedor de lote. Essa estratégia, no entanto, de acordo com o coordenador do movimento, levou o movimento a ser taxado como aliado de traficantes por pessoas mal intencionadas. No entanto, o diálogo com esses setores está baseado também na própria composição social da base do movimento.

Debora Goulart (2012) define a composição social do MTST como uma massa de subproletariados. Os sem-teto, como categoria social, existem de maneira concreta e empírica representados no déficit habitacional, que no ano de 2012 era de 5.244.525 domicílios. No entanto, como categoria política os sem-teto só "existem a partir de sua ação organizada, tornando possível sua análise como movimento coletivo, dotado de identidade, objetivos, métodos de ação, etc., e portanto, como resultado das relações sociais em uma determinada formação social” (Goulart, 2012: 161). Para a autora, o surgimento e o rápido crescimento do MTST se explica pela aposta na organização desses trabalhadores em condição de subproletarização para uma luta anticapitalista. De fato, minhas impressões sobre a base social do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto aqui no Distrito Federal corrobora essa análise de Debora Goulart, como também o fazem as pesquisas de Cloux, 2007; Lima, 2004; Miagusko, 2008; Oliveira, 2010 e Hirata, 2010.

Alguns anos depois, o MTST viria a se desvincular formalmente do Movimento dos Sem Terra. Isso ocorreu em meio a disputa interna sobre a própria independência do MTST em relação ao MST e à produção de uma análise de conjuntura própria do movimento sobre as mudanças políticas que ocorriam naquele período. Não por acaso, o período do qual estamos falando é em 2003, quando o Partido dos Trabalhadores chega ao poder com a eleição do Presidente Lula. Segundo Guilherme Boulos,

"se criou dois grupos dentro do MTST. Um grupo de militantes mais ligados ao MST, que defendiam que o MTST não tinha que ter uma estratégia própria, o MTST tem que acumular forças para o MST. E nesse sentido não tem o menor sentido você ter uma análise de conjuntura própria. Quer dizer, então se é Lula, é Lula. E tinha o outro grupo de militantes não oriundos do MST, onde eu me enquadrava, e alguns até oriundos do MST, mas que pensavam diferente [...] e decidiu construir a sua estratégia própria e ter autonomia e manter uma posição crítica em relação ao governo petista" (Boulos, 2014).

Um dos motivos apresentados para o desligamento do MST foi a crítica à relação que o movimento tinha com o sistema político institucional, com partidos e com governos. Uma das bandeiras do movimento é a autonomia que mantém em relação ao sistema político institucional, a partidos, políticos e governantes em geral, como apresentam em sua cartilha de formação política (2005):

"nosso princípio é: nunca colocar a luta e o poder político institucional (partidos políticos, eleições, voto, cargos no governo etc.) como parte principal do movimento. Nós só devemos estabelecer alianças e apoios com partidos e políticos que possam colaborar com o avanço da nossa luta, sem nunca perder nem subordinar os nossos objetivos e as nossas formas de luta direta" (Cartilha de formação política, 2005).

Outro fato simbólico dessa cisão entre MTST e MST é o momento da ocupação "Santo Dias", em 2003, que ocorreu em um terreno da montadora de veículos Volkswagen, em São Bernardo do Campo, cidade governada pelo PT, onde morava o então já eleito presidente Lula. Nesse momento, segundo relata Guilherme Boulos, muitos militantes que eram do MST e mantinham uma proximidade política e ideológica com o PT saíram do movimento. Nas palavras dele, "era um grupo importante, expressivo de militantes, enfim, experimentados também. Então você teve o movimento passando por um período muito crítico de 2003, final de 2003 até 2005, até final de 2005. Foi um período que o MTST por pouco não naufragou." (Boulos, 2014). As relações

com o MST depois viriam a melhorar, mas em outros termos garantida a autonomia do MTST enquanto movimento próprio, desvinculado do seu fundador.

Uma das características que o MTST mantém do MST é a perspectiva anticapitalista das suas análises e ações. Boulos afirma que "por ter vindo do MST, pelas referências dos militantes que estavam, [a perspectiva do MTST, desde o início] era uma perspectiva socialista. Pela sua própria natureza enquanto movimento, de enfrentamento à propriedade... Já tinha vários elementos aí." (Boulos, 2014). De fato, o MST buscava articular a luta por terra com a organização do povo para uma transformação mais profunda da sociedade, contra a mercantilização da vida e pela construção de alternativas igualitárias e democráticas (Loureiro, 2005). De acordo com o coordenador do movimento, essa característica anticapitalista, socialista, teria se aprofundado a partir da autonomia em relação ao MST. Nas suas palavras "o MTST teve, eu acho, um mérito nos últimos anos de construir de forma mais clara quais as perspectivas enquanto movimento pra se chegar ao socialismo." (Boulos, 2014) De acordo com Debora Goulart (2011), além da herança anticapitalista do MST, o MTST supera a concepção cidadã de luta dos movimentos sociais muito presente nos anos 90 e se constrói como um movimento social classista ao organizar trabalhadores sob uma perspectiva de luta de classes, ou seja, em enfrentamento ao capital e ao Estado, reconhecidos como agentes da classe burguesa.

Ao contrário dos escritores que definiam o conflito político a partir de reações negativas a processos sociais violentos, Karl Marx considerou o conflito como algo inscrito na estrutura da sociedade. Para Marx, o processo de engajamento em ações coletivas se dá em termos historicamente determinados: as pessoas se engajam em ações coletivas quando sua classe social entra numa contradição totalmente desenvolvida com seus antagonistas. No caso do proletariado isso se daria no momento em que a o capitalismo forçou a produção em larga escala, retirou-lhes a posse sobre suas ferramentas de trabalho, mas desenvolveu os recursos para agir coletivamente: a consciência de classe e os sindicatos. No entanto, ao longo da história foi possível perceber como o capitalismo soube trabalhar as divisões entre os trabalhadores utilizando o que Marx denominou falsa consciência, que evitava que percebessem a verdadeira consciência, a consciência de classe. Era

preciso mais que conflitos de classe para que fossem atingidos os resultados almejados em seu benefício. Era preciso focar a nos aspectos organizativos capazes de transformar a consciência sindical em consciência revolucionária (Marx, 1963).

Essa foi a principal preocupação teórica de Lênin (1929), para quem seria necessária uma vanguarda de revolucionários profissionais agindo em nome dos reais interesses dos trabalhadores. Para Lênin, era importante que esses intelectuais fizessem a articulação entre as reivindicações de cunho econômico dos trabalhadores, como a luta por melhores salários ou redução da jornada, com a luta de cunho político dos trabalhadores, a luta revolucionária. Lênin não acreditava que necessariamente a organização política dos trabalhadores deveria estar a cargo de um seletivo grupo de intelectuais, mas atribuía essa necessidade percebida por ele naquele momento às condições políticas da Rússia da época.

No que toca a organização política dos trabalhadores, Rosa Luxemburgo (2011) defende a organização em conselhos dos próprios movimentos sociais que seria capaz, através da formação política e diálogo entre diferentes perspectivas, de formar a consciência revolucionária dos trabalhadores horizontalmente e a partir de abaixo. Esse diálogo entre os dois intelectuais revolucionários é importante, pois na entrevista que fiz com Guilherme Boulos, perguntei sobre o modelo de organização do MTST, se não poderia ser identificado como uma organização política, ou um partido não eleitoral, por pretender fazer essa conexão leninista entre a disputa econômica, mais específica, como a luta por moradia, e a luta revolucionária, mais geral. Ele me respondeu que o MTST, tal qual o MST, era um movimento de tipo luxemburguista, pois “é um movimento que ao mesmo tempo é reivindicativo e político, não se referencia num partido e não tem seus dirigentes ligados a um partido” (Boulos, 2014). Essa característica autonomista do movimento em relação a partidos e organizações políticas está especificada na cartilha militante que já foi citada anteriormente.

O espaço na estratégia de ação do MTST

Outro ponto importante para a análise do caso estudado neste trabalho é a importância da cidade como espaço de lutas e transformações sociais. No Manifesto Comunista, Marx e Engels ressaltam o aspecto positivo da

industrialização por “substituir o isolamento dos trabalhadores, devido à competição, pela sua união revolucionária, devido à associação”. Da mesma forma, Lênin tinha uma visão muito positiva da industrialização por colocar os oprimidos em contato. Uma atualização dessa especialização da luta revolucionária tem ressaltado a importância da cidade, o ambiente urbano, como ponto de encontro. Nas palavras de Guilherme Boulos (2014)

"o capital no século 19 juntou os trabalhadores na grande indústria, concentrou os trabalhadores, e por isso criou condições pra organização dos trabalhadores, que podem parar a produção fazendo greve. O biscateiro da periferia não pode parar a produção, né? O cara que faz bico, enfim, os trabalhadores do setor de serviços, o grosso da classe trabalhadora hoje, porque menos de 25% da classe trabalhadora hoje tá na indústria, a maior parte tá em setor de serviços, em trabalhos que não são essenciais à reprodução social, o capital também desconcentrou. Só que se concentrou territorialmente das periferias urbanas, analogamente ao que havia feito no século 19 com a grande indústria. E criou condições pra essas novas formas de organização de identidade coletiva, que são os movimentos territoriais, que não a toa pipocam”

O movimento, sem perder a centralidade do trabalhador (no caso, especialmente o subproletariado urbano) na estratégia política, vê o espaço urbano como o espaço contemporâneo de associação dos trabalhadores. Além do aspecto aglutinador, é especialmente o papel estratégico que o território urbano tem para a circulação de capital e, conseqüentemente, também para os trabalhadores em sua estratégia de pressão. A cidade torna-se, assim, um lócus revolucionário em potencial.

A estratégia do movimento, pelo que é possível perceber em seu discurso e na sua prática, se baseia em uma ideia de Direito à Cidade², onde o espaço

² O “direito à cidade” é um conceito que foi pioneiramente concebido como tal por Henri Lefebvre, na obra-manifesto “*Le droit à la ville*”, publicado poucos meses antes de Maio de 1968. Lefebvre repudia a postura determinista e metafísica do urbanismo modernista e repudia o caráter alienante da própria pretensão de tornar os problemas urbanos uma questão meramente administrativa, técnica, científica, pois ela mantém um aspecto fundamental da alienação dos cidadãos: o fato de serem mais objetos do que sujeitos do espaço social, fruto

ganha centralidade na organização dos trabalhadores sob uma perspectiva revolucionária. Essa perspectiva avança numa concepção de cidadania que vai além do direito de voto e expressão verbal: trata-se de uma forma de democracia direta, pelo controle direto das pessoas sobre a forma de habitar a cidade³, produzida como obra humana coletiva em que cada indivíduo e comunidade tem espaço para manifestar sua diferença.

O novo urbanismo idealizado por essa perspectiva é o da utopia experimental, que parte dos problemas de lugares concretos, onde se desenvolvem relações sociais, e os submete à crítica e à imaginação de novas possibilidades. O espaço, no *Direito à Cidade*, é uma plataforma crítica à negação do direitos dos indivíduos e das comunidades ao espaço, sob a especialização abstrata incorporada pelo capitalismo e pelo conhecimento tecnocrático (Shields, 1998: 146). Para Lefebvre (1996) o espaço é produzido em relações recíprocas, diferentemente da concepção estática e finita, é uma síntese dinâmica e fluida que forma e é formada por relações sociais. Assim, espaço é produto e produtor da dialética espacial que é a abstração concreta entre objeto e sujeito (Shields, 1998: 159-160). Lefebvre opera com três tipos diferentes de espaço, que formam uma dialética espacial triangular: são espaços concebidos, percebidos e vividos (Lefebvre, 1991: 36-44). Espaço concebido é a epistemologia do espaço, próprio das ideologias dos políticos, cientistas e planejadores. Espaço percebido é a topologia da vida social. É a apropriação prescrita do espaço deixado por planejadores. É o que cria continuidade entre ideologia e a prática cotidiana. Finalmente, espaço vivido é a contestação da apropriação prescrita do espaço. É o que transforma o espaço físico em simbólico e abre portas para apropriações alternativas do espaço e até conceitualizações alternativas do espaço. É o espaço diferencial. O espaço utópico.

De forma similar, para James Holston, práticas insurgentes cotidianas são consideradas um aspecto da cidadania pois elas negociam o que significa ser

de relações econômicas de dominação e de políticas urbanísticas por meio das quais o Estado ordena e controla a população. Em oposição a essa perspectiva administrativista, Lefebvre politiza a produção social do espaço: assume a ótica dos cidadãos _ (e não a da Administração), assentando o direito à cidade na sua luta pelo direito de criação e plena fruição do espaço social. (Elias e Telésforo Filho, 2010).

³ Em vez da ciência e da técnica, Lefebvre propõe outro ator como protagonista do processo de transformação do espaço urbano: “[a] classe trabalhadora deve ser agente dessa luta. Aqui e ali ela nega e contesta, aqui e ali, a estratégia de classe dirigida contra ela” (Lefebvre, 1996: 158, apud Elias e Telésforo Filho, 2010).

parte do estado moderno (Holston, 1998: 47). Ao contrário de uma concepção de cidadania estática e formalista, que inviabiliza a diferença e deixa de fora o conflito social, para Holston, a cidadania insurgente é encontrada onde se faz e se luta por uma cidadania inclusiva e substantiva. Os locais de insurgência assim são porque introduzem no espaço da cidade novas identidades e práticas que incomodam as histórias já estabelecidas⁴.

A ocupação de terras e prédios públicos ou privados, o interrompimento de rodovias e avenidas em um protesto, todas ações recorrentes do MTST na sua estratégia de negociação com o Governo, são ações que contestam o espaço concebido pelas instituições e a apropriação prescrita por elas. Essa estratégias criam um espaço utópico, como teorizado por Lefebvre, gerando emancipação política e social, através do poder popular.

O Distrito Federal

Brasília, cidade modernista por excelência, tem sua arquitetura e seu urbanismo originados dos manifestos dos *Congrès Internationaux d'Architecture Moderne*. Essa escola, de forte influência desde 1928 até meados da década de 1960, buscava criar uma nova sociedade, que superasse o capitalismo e a sua expressão na vida nas cidades. Analisando o Relatório do Plano Piloto de Brasília, James Holston (1993) aponta que Lúcio Costa não fala em nenhum momento de classes no sentido marxista, de mercado, de propriedade privada, ou de especulação imobiliária. A crítica à cidade capitalista é uma agenda oculta no Projeto de Brasília (Holston, 1993). Mas podemos identificar diversos exemplos dentro do projeto que seguem os ideais da arquitetura modernista e de sua perspectiva crítica.

Primeiramente, o problema da propriedade privada como impedimento à atividade do planejador não existiu em Brasília. O Estado já havia desapropriado o terreno necessário para a construção da nova capital. Lucio Costa teria, portanto, a oportunidade que poucos arquitetos da escola

⁴ John Friedman (2002: 77), trazendo a discussão de Holston sobre cidadania insurgente para uma abordagem mais institucional, define cidadania insurgente como a participação em movimentos sociais que objetivam a defesa de direitos e princípios democráticos existentes, bem como a criação de novos direitos, que uma vez criados levariam a uma expansão dos espaços democráticos, independentemente de onde essas lutas são feitas. Essa defesa de direitos substantivos são para Friedman a possibilidade da prosperidade humana.

modernista tiveram de construir totalmente uma cidade sem os impedimentos típicos das reformas propostas em outras grandes cidades.

O ideal igualitário modernista, por sua vez, de acordo com Holston, está presente no que Lúcio Costa chama de unidade residencial coletiva, que segundo ele deveria ser “concebida e construída não em função do lucro imobiliário, mas em função da vida harmoniosa e melhor do homem e sua família” (Costa 1962: 230). A ideia do Plano Piloto de Brasília era minimizar as desigualdades sociais através da socialização das diferentes classes no mesmo espaço, onde o alto funcionário do governo fosse vizinho do motorista, seus filhos fossem à mesma escola e freqüentassem o mesmo clube.

Seguindo a crítica à propriedade privada, no plano original de Brasília as unidades residenciais seriam todas propriedades do Estado, que disponibilizaria aos trabalhadores de acordo com sua necessidade. Nas palavras do próprio Lúcio Costa: “as diferenças de padrão de uma quadra a outra serão neutralizadas pelo próprio agenciamento urbanístico proposto, e não serão de natureza a afetar o conforto social a que todos têm direito. (...) Neste sentido deve-se impedir a enquistação de favelas tanto na periferia urbana quanto na rural. Cabe à Companhia Urbanizadora prover dentro do esquema proposto acomodações decentes e econômicas para a totalidade da população” (Costa, 1957: art. 17).

Mas se essa era a agenda oculta, qual era o significado do projeto de Lucio Costa para a construção da nova capital? Holston (1993) revela que o arquiteto e urbanista abusou de simbologias para exaltar, através da construção de uma nova capital, a construção de uma nova nação, uma utopia, um mito. Analisando o relatório apresentado por Lucio Costa para a comissão julgadora do concurso Plano Piloto de Brasília, o autor observa que, inicialmente, o autor se exclui do processo de elaboração do projeto da nova capital, como se fosse um ato natural, que aflora inevitavelmente. Logo ressalta a importância da Capital como causa do desenvolvimento nacional, não consequência. Coloca esse momento como fundador de uma nova era, ignorando o passado e o próprio espaço já construído e habitado, “trata-se de um ato deliberado de posse, de um gesto de sentido ainda desbravador, nos moldes da tradição colonial” (Costa, 1957: 1, apud Holston, 1993).

A história de Brasília é de exclusão e extrema desigualdade. No momento de inauguração da capital já havia cem mil pessoas na cidade, eram em sua

quase totalidade trabalhadores que fugiam da seca e do desemprego nas cidades do nordeste, centro-oeste e sudeste do país em busca das oportunidades oferecidas. Muitos também eram convencidos pelas diversas propagandas do Governo a respeito do “dever cívico” de participar desse momento histórico, da construção de uma nova capital para o país.

As condições de trabalho eram terríveis na construção de Brasília. A combinação de cansaço pelo excesso de horas extras trabalhadas e a atenção reduzida aos problemas de segurança levou a índices extremamente altos de acidentes de trabalho (De acordo com os dados do hospital do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos industriários (IAPI) ocorreram 342 acidentes que necessitaram de tratamento médico-hospitalar em 1957 — um para cada 36 pessoas —, 1974 em 1958 — um para quinze — e 10927 em 1959 — um para cada sete habitantes de Brasília (Lins Ribeiro 1980: 92).

A situação jurídica peculiar da região anteriormente à inauguração – que não pertencia oficialmente a lugar nenhum, pois já havia sido desapropriada de Goiás e ainda não tinham instituições para o governo local – impedia que os trabalhadores pudessem se organizar institucionalmente e foi utilizada pelos responsáveis pelas obras como estratégia para explorar ainda mais os serviços dos trabalhadores que tinham seu número aumentado a cada dia.

De acordo com James Holston (1993), é a partir dos próprios trabalhadores que se inicia a resistência ao plano modernista de Brasília. Fruto da organização dos trabalhadores, as cidades satélites são verdadeiros símbolos de resistência a um padrão social determinado de cima para baixo pelo urbanismo modernista, como a eliminação das ruas como conhecidas em outras cidades, e também à própria expulsão imposta aos trabalhadores de Brasília pelos coordenadores da sua construção.

De acordo com o planejamento original de Brasília, as cidades satélites só deveriam ser construídas após a completa construção da capital para evitar a exclusão dos mais pobres. Mas antes mesmo da inauguração de Brasília já havia operários vivendo em ocupações ilegais. Passada a inauguração, muitos deles não foram embora para seus locais de origem como imaginaram os coordenadores do projeto de construção de Brasília (Galvão, 2007). Para resolver o problema, começou um verdadeiro processo de “limpeza” do Plano Piloto, com a retirada dos habitantes dessas ocupações.

Inicialmente foi oferecida a possibilidade de transferências para novas

idades que seriam construídas para aqueles trabalhadores, mas as exigências burocráticas eram muitas para os moradores daqueles espaços, o que invariavelmente limitava esse processo. A construção das cidades satélites, portanto, se deu através da articulação dos ocupantes de terrenos ilegais em associações que conseguiam regularizar suas terras ou pela retirada forçada dos habitantes das ocupações nas regiões centrais que eram alvo da Campanha de Erradicação de Invasões, cuja sigla veio a batizar atual cidade de Ceilândia (Gomes, 2009 :26).

A organização dos trabalhadores através de associações que pressionavam pelo direito à regularização das terras permitiu a legalização de parte desses habitantes no Distrito Federal, mas ao aceitar conseguir a regularização os habitantes dessas novas cidades aceitavam uma incorporação diferenciada ao território do Distrito Federal e se subordinavam politicamente (Holston 1993: 288).

Antes mesmo da inauguração de Brasília, o projeto igualitário de Lucio Costa já se mostrava ineficaz. Dada a insuficiência de unidades habitacionais regularizadas, os apartamentos e casas disponibilizados no Plano Piloto eram direcionados aos trabalhadores que tinham maior influência sobre a administração pública. Para piorar, em 1965 o Governo vendeu a maior parte das residências do Plano Piloto aos seus ocupantes por preço baixos (Holston 1993, 291). Enquanto nas residências funcionais prevalecia a influência política, nas demais passou a prevalecer a riqueza pessoal para de fato privatizar a propriedade, tal qual temiam os modernos urbanistas.

A regularização das ocupações, então transformadas em cidades satélites, e sua urbanização, contaram com a valorização dos imóveis e serviu à especulação de investidores. Como o processo de regularização começou a partir das zonas mais próximas ao Plano Piloto foi criado um crescimento centrífugo na capital delimitado pelo recorte de classes, ou seja, quanto mais pobre, mais distante do centro e dos serviços públicos essenciais a pessoa vive.

Soma-se a esse processo a utilização da migração populacional como objeto de capital político, quando “o próprio governo em determinadas ocasiões nas décadas de 80 e 90 circulou pelas periferias brasileiras promessas de lotes do DF, possivelmente com fins eleitorais” (Santarém, 2009: 6). Portanto, nas décadas seguintes à sua construção, a dinâmica de crescimento do Distrito

Federal foi marcada por irresponsabilidade política e pela especulação imobiliária com a consequente expulsão dos pobres para regiões cada vez mais afastadas do centro e distante de seus Direitos.

Nesse contexto, podemos perceber um viés duplamente excludente no Distrito Federal. Não foi possível desenvolver uma estrutura igualitária de habitação fora da lógica de mercado e da propriedade privada com o controle do Estado, pois este servia ao diversos graus de influência política e, ademais, as unidades habitacionais foram privatizadas. A estrutura de controle estatal sobre o desenvolvimento urbano juntamente com a instituição da lógica de mercado serviu então para a exclusão dos trabalhadores da cidade para a periferia, instituindo uma incorporação diferenciada destes habitantes e preservando o centro urbano burocrático das “ameaças” do povo.

Brasília frustrou as altas expectativas da utopia modernista. O projeto de incentivar a vida coletiva e a socialização igualitária entre pessoas de ocupações e classes sociais diferentes fracassou. O Distrito Federal é hoje a unidade federativa do país onde há maior desigualdade social (PNAD, 2008) que é representada também na segregação espacial, com uma distância enorme entre os universos socioculturais das diferentes classes, distribuídas no espaço urbano de modo intensamente segmentado (Bandeira 2010).

O próprio Niemeyer, um dos pais fundadores da nova capital, chegou a fazer a seguinte avaliação: “Vejo agora que uma arquitetura social sem uma base socialista não leva a nada – que você não pode criar um oásis sem classes em uma sociedade capitalista, e que tentar isso termina sendo, como disse Engels, uma posição paternalista em vez de revolucionária” (Anderson apud Galvão, 2007).

O MTST no Distrito Federal

O MTST, nacionalmente, é dividido em três níveis de coordenação: coordenação nacional, coordenação estadual/distrital e coordenação de acampamento/assentamento, a ocupação. A ocupação do MTST geralmente é dividida basicamente entre os militantes, os acampados e os apoiadores. Os militantes do movimento são os membros da coordenação local ou nacional. Em cidades onde há mais de uma ocupação ou assentamento, há ainda a figura do coordenador de acampamento, que se posiciona abaixo da coordenação local na hierarquia do movimento. Como no DF não há mais de

um acampamento, os coordenadores locais são os coordenadores do acampamento. Os acampados são os membros das famílias que participam da ocupação. Família é a unidade de referência do movimento para a contagem dos participantes da ocupação. Ao mensurar o tamanho de uma ocupação, o movimento o faz com base no número de famílias, uma vez que dois membros de uma mesma família não podem se inscrever na lista do movimento. Essa lista é preenchida após cada assembleia e a participação de cada família nas assembleias é critério de priorização no momento de obter uma “conquista” do Governo, seja o auxílio aluguel ou mesmo uma vaga em uma unidade habitacional construída pelo movimento com recursos públicos, como o movimento demanda do GDF. Assim, os acampados fazem parte das famílias, que participam das ocupações, que são coordenadas pelos militantes do movimento.

A expansão e nacionalização do movimento foi um processo que ocorreu entre idas e vindas. Em um primeiro momento, ainda quando da relação próxima do MTST com o MST, o MST incentivou a formação de movimentos de moradia em diversas cidades do país. Isso ocorreu no Rio de Janeiro ainda em 1997, com a designação de alguns militantes da ocupação do movimento em Campinas para a capital carioca. Em Recife e em Belém foram militantes do próprio MST dessas regiões que formaram o MTST (Goulart, 2011). Pela falta de uma organização bem definida e estruturada, ainda mais sem uma autonomia mais clara em relação ao MST, essas articulações se perderam. A falta de vínculo chegou ao ponto de militantes da coordenação nacional do movimento negociarem atualmente com o movimento que se denomina MTST em Recife mudar seu nome, pois o movimento naquela cidade não faz parte das articulações do movimento nacional e não segue seus princípios (Boulos, 2014).

Depois do encontro estadual do MTST em São Paulo, em 2007, o movimento decidiu fazer três novas ocupações no estado, em Embú das Artes, Campinas e Mauá. Ações combinadas entre as ocupações em diversas cidades através do travamento do fluxo de veículos em rodovias importantes da região, fez com que o Movimento conseguisse adicionar uma esfera de negociação para além dos governos municipais para incluir também o governo estadual (Goulart, 2011). No ano seguinte, a partir da avaliação positiva do rápido processo de estadualização, o movimento optou por da início a um novo

processo de nacionalização, dessa vez mais centralizado e organizado a partir da coordenação nacional e uma carta de princípios. Em 2009, poucos meses depois do lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida, o movimento se acorrenta à porta do edifício onde morava o então presidente Luis Inácio Lula da Silva. Apenas oito dias depois que militantes ficaram acorrentados sem poder comer, dormir ou ir ao banheiro em condições apropriadas foram abertas as negociações para inclusão do movimento como entidade executora da construção de edifícios para moradia (Boulos, 2014; Goulart, 2011). É nesse contexto de tentativa de nacionalização e um foco especial no Governo Federal por causa do Programa Minha Casa Minha Vida que são enviados para Brasília dois militantes com o objetivo de constituir aqui uma base para o movimento (Boulos, 2014; Pedro 2014).

O movimento já havia tentado se inserir em Brasília anteriormente, segundo Guilherme Boulos (2014), mas são poucas ou quase inexistentes as informações sobre como foram essas tentativas anteriores. Nenhum dos atuais aliados ou apoiadores do movimento tem informações, nem os militantes que vieram de São Paulo da última vez e constituíram o movimento. Os motivos para a escolha do distrito federal como prioridade para a atuação do movimento no processo de nacionalização se resumem em basicamente dois: 1) a ausência de movimentos sociais organizados de ocupação de terra urbana com alguma autonomia em relação a partidos e governos, o que abria uma oportunidade para um movimento com essa característica como o MTST; e, principalmente, 2) a proximidade com o Governo Federal, o que permitiria ao movimento nacional reduzir custos da mobilização para pressionar o Governo Federal nas pautas de interesse do movimento nesse nível de negociação. Nas palavras de Guilherme Boulos:

Brasília é um lugar estratégico não por razões econômicas como são as grandes rodovias das grandes cidades, mas por questão política, óbvio. Então Brasília sempre foi um sonho de consumo do MTST. Pra levar 50 pessoas de São Paulo num ônibus pra Brasília custa 8 mil reais. Não dá, o movimento não tem condição de trazer 10 mil pra Brasília, não tem como. Tem que ter base em Brasília. Qualquer movimento que se preze, que queira pressionar o

Governo Federal politicamente, precisa estar enraizado em Brasília. Com base social organizada e mobilizada no entorno. (Boulos, 2014)

Em 2005 Pedro morava em Capão Redondo, periferia de São Paulo. Certo dia apareceram funcionários do Governo afirmando que as famílias que moravam na região onde ele morava deveriam sair, pois era uma área de risco. Com o risco de ter suas casas derrubadas, seu cunhado o chamou pra ir pra uma ocupação que o MTST fazia à época na região do Taboão da Serra, chamada Chico Mendes (Pedro, 2014).

Quando chegou na ocupação, Pedro diz se lembrar de ter se assustado com "aquele negócio imenso", nas palavras dele. Mesmo acostumado com a vida na periferia, não se lembrava de ter visto antes algo parecido àquelas centenas de pessoas morando dentro de barracos de lona. Pedro fez seu barraco e foi percebendo como o movimento funcionava. Ele relata ter achado legal o trabalho que os militantes faziam, ajudando o povo da periferia. Mas diz ter ficado com um pé atrás. "Na sociedade que nós vivemos não dá pra confiar em todo mundo que fala que tá defendendo o pobre, ou o interesse de todos, ou a igualdade pra todo mundo" diz ele, "imagine! Nós via esses cara como se eles tava ali ganhando dinheiro". Como Pedro me relatou em entrevista, na primeira noite no acampamento, Vitor, militante do movimento responsável pela organização da ocupação, foi falar com o Pedro: "Chegou aí, companheiro? Tamo precisando de gente pra ficar na portaria à noite lá". "Ta bom", respondeu Pedro. E ficou conversando na portaria com os militantes do movimento ao longo de toda a noite. Lá ele teve oportunidade de conversar com Guilherme Boulos que foi poucos dias depois à região onde ele morava para conversar com os moradores. Dessa conversa foi organizado um ato em frete ao palácio dos bandeirantes. O movimento foi recebido por servidores do governo e foi adiada a decisão de remover as famílias. Antes do MTST intervir faltavam só cinco dias para o despejo. "Foi aí que eu vi que o movimento tinha uma potência, né?" afirmou Pedro. Apesar de não mais sofrer pessoalmente com a ameaça de despejo, Pedro não voltou para casa. Voltou para o acampamento. Ele se lembra de chegar a ser um dos mais ativos no acampamento. Gostava de ajudar, e mesmo tendo recebido convites para ser da coordenação do movimento, se recusava a aceitar. Apesar disso, gostava de participar dos

atos, travando vias e ocupando prédios públicos. “Para mim aquilo era o máximo”, afirma. Pedro se lembra da primeira vez que entrou em confronto com a guarda municipal de Taboão da Serra. Quando a guarda usou cacetetes, bombas e spray contra o movimento, eles organizaram uma resistência, atacando também a guarda. Segundo Pedro, aquilo tinha um forte significado, pois, nas palavras dele, “tinha apanhado a vida inteira na periferia, e ali eu tava batendo” (Pedro, 2014). O acampamento Chico Mendes acabou perdido para organizações criminosas, que expulsaram os militantes do movimento. O movimento decidiu então fazer uma ocupação na Zona Sul de São Paulo. Quando Pedro foi para essa ocupação decidiu formalmente fazer parte da coordenação do acampamento, participando regularmente das reuniões e contribuindo nas decisões.

Em 2009, o MTST já conversava com o MST sobre a necessidade de enviar militantes para formar base em Brasília. O MST oferecia as dependências da secretaria deles para que os militantes que se dispusessem a vir pudessem ficar enquanto conheciam a região. O problema é que, além da falta de recursos, não havia militantes dispostos a cumprir essa tarefa. Certo dia, Guilherme Boulos encontrou com Pedro no acampamento que ele coordenava e os dois conversaram sobre a importância de levar alguém para Brasília para fazer trabalho de base. Pedro disse que não sabia nada de Brasília, a não ser o fato de ser a capital do país, que era de São Paulo, conhecia tudo e todo mundo lá e que por isso não tinha nenhuma vontade de sair de lá. Mas, depois dessa conversa, lembra de ter ido para a frente do computador e começado a pesquisar na internet sobre Brasília, a ideia de Juscelino de mudar o lugar da capital do país, o projeto de Oscar Niemeyer, a história dos candangos e a formação das cidades satélites. Em uma reunião seguinte, foi acordado que fariam uma experiência, ficariam um mês em Brasília na secretaria do MST e avaliariam se valeria a pena tentar construir uma base na região. De quatro militantes que inicialmente haviam se colocado a disposição para fazer essa experiência, apenas Pedro e Vitor, aquele militante que havia recebido Pedro em seu primeiro contato com o MTST, acabaram vindo (Boulos, 2014). Vitor era um militante experiente, tinha feito parte do MST antes do MTST existir, mas desde o início fazia parte da ala dos militantes que atuavam nas cidades. Sua experiência com a coordenação dos espaços da ocupação, organizando os locais das barracas, da cozinha e dos

banheiros, visando a segurança e melhor aproveitamento do espaço ocupado era reconhecida por diversas pessoas com as quais tive contato ao longo do meu trabalho de campo.

Os dois foram a Brasília buscando contato com movimentos, partidos de esquerda (entre eles, PSOL e PSTU) e sindicatos. O diagnóstico que levaram de volta à São Paulo era de que não havia movimentos populares fortes organizados na região. Segundo eles, o MST tinha um acampamento pequeno que construiu junto com o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e os sindicatos não eram fortes ou não tinham contato com movimentos populares pela falta de autonomia em relação aos governos. No entanto, tinha muitas pessoas morando de aluguel, ocorriam ocupações espontâneas de forma irregular e ocupações organizadas que acabavam instrumentalizadas para fins eleitorais. Pedro e Vitor acordaram que era possível se inserir nessa comunidade com o movimento e levaram o posicionamento para a coordenação nacional.

A coordenação nacional decidiu então enviar novamente e permanentemente os dois militantes, que se instalaram no Céu Azul, no entorno do DF, no estado de Goiás. Pedro trouxe sua companheira, Laura, que se tornou militante reconhecida na base e membra da coordenação nacional do movimento, e seu filho recém nascido. Não ficaram muito tempo lá, no entanto. Segundo Pedro, havia muitos jagunços na região de Céu Azul e por isso as famílias não tinham muita vontade de participar de ocupações. Os dois passaram um tempo em Valparaíso, também sem muito sucesso no diálogo com as famílias.

Até que um militante do MST entrou em contato com eles informando de uma ocupação espontânea que estava ocorrendo na periferia de Brazlândia, cidade satélite de Brasília. Chegando lá, conheceram Mercedes, moradora de Brazlândia, militante do Partido dos Trabalhadores ligada a um deputado distrital, que estava organizando as famílias na ocupação. Segundo Pedro, no entanto, Mercedes não parecia ter muita experiência com ocupações e pediu ajuda para que eles organizassem. Ao falar na assembleia, Pedro disse que as famílias deveriam dormir na ocupação, pois se saíssem para dormir e deixassem só as barracas o acampamento seria despejado logo na manhã seguinte. Pedro diz ter saído da ocupação sob vaias das famílias que participavam. Como previsto, a ocupação não durou mais que um dia depois

desse primeiro contato, mas a partir dessa abertura o MTST começou a fazer trabalho de base e organizar assembleias na Vila São José, região onde moravam grande parte das famílias que participaram daquela ocupação. Segundo Pedro, o trabalho de base era feito da seguinte maneira: o militante batia na porta da casa, tentava olhar nos fundos da casa para identificar se havia mais de uma família morando no mesmo terreno, perguntava se a casa era da própria família ou alugada, e explicava como o movimento trabalhava para conquistar casas para as famílias que lutassem com eles. Pedro diz que de cada cem visitas, quarenta pessoas iam à assembleia para conhecer o movimento (Pedro, 2014).

Mesmo sem acordo ou mesmo conhecimento do MTST, as famílias, incentivadas por Mercedes, fizeram outra ocupação no dia 16 de julho de 2010. Dessa vez, no entanto, Pedro e Vitor já tinham contato com as famílias acampadas e participaram de forma mais ativa do movimento. A ocupação, denominada Ocupação Bela Vista, foi a primeira ocupação que carregou a bandeira do MTST em Brasília. Militantes de São Paulo, como Guilherme Boulos e Gabriel Simões, vieram para ajudar a organizar a mobilização. Vários movimentos, especialmente aqueles envolvidos no Movimento Fora Arruda, mais ligados ao movimento estudantil da Universidade de Brasília, apoiaram a ocupação foram conhecer os militantes do movimento. A ocupação durou três dias, juntou 500 pessoas, de acordo com Pedro, e foi despejada pela polícia. Na época o Governador, Rogério Rosso (PMDB), havia sido eleito indiretamente para ocupar a vaga temporariamente depois da renúncia do Governador José Roberto Arruda e seu Vice Paulo Octávio, por suspeita de corrupção. Depois do despejo, os militantes tentaram ocupar a sede da TerraCap, empresa que administra os terrenos públicos do DF, e novamente foram reprimidos. Por fim, foram ao Ministério das Cidades, onde conseguiram estabelecer negociação com o Governo do Distrito Federal e o Governo Federal. Com as conquistas obtidas nessa mobilização, o movimento agregou uma base consolidada.

Pedro afirma que depois dessas conquistas as assembleias do movimento na Praça da Bíblia passaram a lotar. A coordenação local do movimento passou a contar com cerca de 30 militantes. Boa parte dos militantes que conheço, que fazem parte da coordenação do movimento até hoje, participaram dessa primeira ação do movimento na ocupação Bela Vista.

No dia 23 de setembro do mesmo ano, três meses depois da primeira ocupação, era realizada a ocupação do Ministério das Cidades, como forma de impedir despejos de ocupações da Frente de Resistência Urbana (frente integrada pelo MTST e outros movimentos regionais de moradia) em três estados (Representantes do MTST..., 23/09/2010). Um mês depois, em 21 de outubro, o movimento ocupou o Ministério da Justiça e o Ministério do Planejamento, para pressionar pelo assentamento das ocupações nos diversos estados da Frente (MTST ocupa Ministério..., 21/10/10). O movimento em Brasília parecia cumprir o papel, pensado inicialmente e mencionado em entrevista pelo Pedro e pelo Boulos, de ser base para protestos que envolviam interesses de ocupações do movimento em todo o país.

Uma importante desavença na relação com Mercedes fez o movimento passar por problemas de mobilização. Grande parte da coordenação do movimento, inclusive de Mercedes, que havia feito o primeiro contato dos militantes do MTST com a base dos moradores de Brazlândia, se retirou do movimento. Desse episódio começou uma série de relatos de conflitos violentos, atentados contra a vida do Pedro, denúncias de uso de armas por parte de militantes do MTST para a polícia e até denúncias de mal uso dos recursos arrecadados pelo movimento. Esse período é anterior ao meu contato com o movimento. Os relatos são confusos e aparentemente muito parciais, uma vez que os fatos claramente afetaram de forma muito profunda os militantes. Ao mesmo tempo tive dificuldade de entrar em contato com os militantes que saíram do movimento à época para obter mais informações, coisa que poderia inclusive afetar a confiança do movimento comigo e atrapalharia minha pesquisa mais do que ajudaria. Por isso, apesar de reconhecer a importância do fato ocorrido, prefiro não aprofundar esse caso neste momento.

Foi no ano de 2010 que entrei em contato com o movimento pela primeira vez, como já relatado anteriormente. Comecei a acompanhar as assembleias do movimento sem muita regularidade. O contato com um movimento popular empolgou a mim e aos militantes do B&D. Também fiz entrevistas com militantes para minhas pesquisas o que contribuiu para entender melhor o movimento, Participei de suas mobilizações, mas de forma pouco organizada até a ocupação de Taguatinga, que ocorreu no início de 2013.

O ano de 2011 começou com um novo governo no Distrito Federal. Após

a renúncia em 2010 do Governador Arruda e o governo temporário de Rogério Rosso, a campanha eleitoral ocorreu em poucos meses sob um clima polarizado entre Joaquim Roriz (PSC) e Agnelo Queiroz (PT). Joaquim Roriz (PSC) foi o primeiro governador da história do Distrito Federal, conhecido pela política de distribuição indiscriminada de terrenos públicos para habitação sem qualquer infra-estrutura e muito conhecido e popular entre os mais pobres. Por problemas na justiça e o receio de perder sua candidatura na justiça, ele acabou indicando poucos dias antes da eleição sua esposa, Weslian Roriz, para concorrer no seu lugar. Agnelo Queiroz (PT) é médico e havia sido Ministro dos Esportes do Governo Lula, indicado pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), seu então partido. Agnelo se desfilou do PCdoB, filiou ao PT e articulou apoio de diversos partidos que fizeram parte dos governos anteriores, incluindo seu vice, Tadeu Filipelli, então Deputado Federal pelo PMDB, que havia sido secretário tanto dos governos de Joaquim Roriz como do governo de José Roberto Arruda. Nessa aliança com setores econômicos e políticos que haviam sido derrotados com a renúncia de José Roberto Arruda, Agnelo Queiroz ganhou de Weslian Roriz nas eleições.

Nesse contexto, a coordenação local do movimento começou a fazer trabalho de base em Ceilândia em 2011. Eles consideravam Brazlândia muito longe, pouco populosa e pouco acessível em relação ao centro da cidade. Buscavam outro lugar para atuar e resolveram mobilizar as famílias de Ceilândia, mas continuaram o trabalho de base em Brazlândia.

Seguindo essa trajetória, o movimento realiza em agosto a ocupação Gildo Rocha, nas proximidades da BR 070, em Ceilândia. Nessa ocupação convidei Bernardo, um estudante de Ciência Política que conhecia do movimento estudantil da UnB, para ir até o acampamento para conhecer e também apoiar. Rapidamente Bernardo se envolveu nas atividades de apoio. Como ele tinha seu próprio carro, se dispôs a levar e trazer as coisas de que o movimento precisava na ocupação. Quando ele participou da primeira assembleia coordenada pelo Guilherme Boulos, ele relata ter visto o brilho nos olhos das pessoas ao ouvir que o MTST não poderia prometer que a casa deles seria construída, mas prometia a luta porque acreditavam que era através da luta que conquistariam seus direitos (Bernardo, 2011).

O primeiro choque com o governo Agnelo foi considerado negativo pelos militantes do movimento (Pedro, 2014). O movimento não foi chamado para

negociar e em três dias, cumprindo a ordem judicial, um trator e dois caminhões foram enviados para derrubar as barracas e acabar com a ocupação. Como uma marca do principal opositor de Agnelo Queiroz, Joaquim Roriz, era justamente a ocupação desordenada de terras públicas, Agnelo adotou uma postura intransigente em relação à essa prática.

Um mês antes da ocupação, o Governo do Distrito Federal havia lançado o Programa Morar Bem, programa com recursos do programa federal Minha Casa Minha Vida que instituiu regras novas para o cadastramento para o programa habitacional local. A ideia dessas novas regras era dar mais transparência ao processo e evitar casos de pessoas que “furavam filas” por ter contatos políticos privilegiados. Como me relatou João Carlos, assessor da Secretaria de Governo em entrevista, o MTST e sua estratégia de ocupar terras para conquistar o direito de moradia para as famílias foi percebido por parte do Governo do Distrito Federal como as ações de grilagem de terra que ocorriam com apoio de políticos nos Governos anteriores, com as quais o Governo Agnelo queria romper. Como afirmou Bernardo em entrevista, "eles sempre dizem isso: nós não vamos aceitar, porque nós dissemos aos nossos eleitores que nesse governo, invasão de terra não dá casa, não dá lote" (Bernardo, 2014). Por isso, defendiam que o Governo não deveria sentar para negociar com o movimento. Outro argumento utilizado, era de que a política era nova e por isso não deveria ser modificada ou excepcionalizada para casos específicos como o do MTST, sob pena de dificultar a consolidação da política pública (Lima, 2014). Mas militantes do MTST acreditam que há uma razão de disputa política por trás dessas razões publicadas pelo Governo. Bernardo afirma que "o GDF já tinha uma avaliação que nós éramos, somos ainda, uma das principais forças políticas com base social na sua oposição. Então eles já analisavam isso" (Bernardo, 2014). Boulos, por sua vez, afirma que

"a situação deles [dos governos] é compreensível eles pensam assim sobre o MTST: 'esses caras não fazem parte da nossa política, nós montamos conselho, eles não participam, eles acham que isso não serve pra nada. Nós montamos Minha Casa Minha Vida eles saem dizendo por aí que isso foi feito pras empreiteiras; depois eles vêm aqui bater na minha porta pra participar?' (Boulos, 2014).

Seria, portanto, na visão desses militantes, por uma tentativa de evitar fortalecer o MTST, caracterizado como um grupo crítico e de oposição, que o GDF não aceitaria ceder conquistas ao movimento.

Já ocorrido o despejo, parte dos acampados foi ocupar a frente do Palácio do Buriti, sede do Governo do DF, e outra parte ficou para reconstruir o acampamento. Os coordenadores do movimento e as famílias que haviam ocupado o terreno seguiram depois para o Ministério das Cidades, onde permaneceu ocupado, acorrentando um militante a mais à sua portaria a cada dia para forçar a negociação que nem Ministério das Cidades nem Governo do Distrito Federal demonstravam iniciativa em fazer. Bernardo nesse momento já fazia parte dos protestos, ganhou confiança das famílias e da coordenação do movimento. Chegou até a se acorrentar na porta do Ministério juntos aos outros militantes. Quando conseguiram marcar uma reunião, foi chamado também a participar. Nesse momento, foi chamado pelo Guilherme Boulos para ser militante do movimento, pois viu que ele tinham acordo político e disposição para se dedicar às tarefas. Bernardo passou de apoiador a militante do movimento. Após todo esse processo de ocupação e protestos, o MTST conquistou o auxílio eventual, no valor de 408 reais, para as 404 famílias que participaram da ocupação, além do cadastro das famílias no programa Morar Bem, a versão do Governo do DF para o Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal. Com a visibilidade da ocupação Gildo Rocha, moradoras de uma ocupação espontânea de cerca de 50 famílias em Planaltina, do outro lado do Distrito Federal, foram procurar o movimento para que as ajudasse nas negociações para regularização dos terrenos ocupados (Pedro, 2014). Os militantes incluíram as demandas dessas famílias do então denominado assentamento "Nova Planaltina" nas negociações do movimento com o Governo e as famílias passaram a participar das mobilizações que o movimento convocava.

No dia 21 de abril de 2012, o movimento realiza a ocupação Novo Pinheirinho em um terreno da Terracap em Ceilândia. A ocupação havia sido realizada, como de costume, em uma sexta feira à noite, às vésperas do aniversário da cidade, comemorado no dia 21 de abril. O terreno ocupado se localizava entre as quadras QNQ e QNR de Ceilândia, em um terreno da TerraCap. Era a segunda ocupação que o movimento realizava em Ceilândia e a terceira do movimento no Distrito Federal. Dessa vez o local ocupado era

bem próximo da escola onde o movimento realiza suas assembleias, o que deu um aspecto mais territorial ao movimento, com uma comunidade de famílias menos dispersa. Apesar disso, o movimento não apresenta um perfil comunitário, uma vez que as relações de identidade entre as famílias não são muito fortemente incentivadas pelo movimento, a não ser nos momentos de ocupação, quando a identidade dos ocupantes parece estritamente vinculada à própria ocupação que é vista como uma tática de negociação com o Governo.

Nessa ocupação o Governo Agnelo adotou a postura que tem sido padrão nas ocupações do movimento em terrenos públicos. O governo entra com a reintegração de posse e espera a justiça decidir, evitando fazer o debate político proposto pelo movimento, que é colocado à mercê da decisão jurídica. Na iminência de ser despejado com uma decisão desfavorável da justiça, o movimento chegou a realizar um protesto em frente ao palácio do Governo do Distrito Federal que resultou em uma porta de vidro quebrada e meia dúzia de feridos (Nota do MTST sobre a posição do GDF, 04/05/2012). Para contornar as dificuldades de negociação, o movimento atuou através das relações políticas que um aliado do movimento tinha com um padre que fazia parte do grupo político do então Secretário de Governo, o Deputado Federal Paulo Tadeu. Através desse contato foi agendada uma reunião informal, fora da sede do governo, que desenrolou em uma reunião formal que selou o acordo final. O acordo final chegou a ser celebrado pelo movimento. Os compromissos assumidos pelo Governo relacionavam a inclusão imediata de 600 famílias que estavam em situação de maior vulnerabilidade em auxílio emergencial de R\$408 ao mês por três meses; o envio de Projeto de Lei para a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) para instituir o Programa de Bolsa Aluguel que deveria começar a ser pago assim que acabasse o prazo do auxílio emergencial; e a inclusão da Associação que representa as famílias do MTST no Programa Morar Bem, modalidade entidades, com o compromisso de viabilizar terrenos públicos para a construção de moradias mediante apresentação de projeto pelo Movimento (Novo Pinheirinho conquista importante vitória, 26/05/2012).

A inspiração para essa demanda é o empreendimento João Cândido, construído na região metropolitana de São Paulo, que tem sido propagandeado pelo movimento como um exemplo do uso do Programa Habitacional Popular Entidades Minha Casa Minha Vida - um modelo diferente do Minha Casa Minha

Vida (MCMV) por contratação de empreiteiras. Segundo Guilherme Boulos, utilizando o mesmo recurso por unidade habitacional que as empreiteiras contratadas pelo programa utilizam, o movimento consegue construir, com projeto próprio, apartamentos de 63m², em contraposição aos 39m² de área construída pelas empreiteiras (Boulos, 2014b: 66). Além do diferencial do tamanho dos apartamentos, o movimento construiu creche e escola, além de um teatro de arena. As famílias podem definir detalhes estéticos e funcionais do projeto e empreiteira contrata preferencialmente trabalhadores que participam do movimento e serão futuros moradores. A análise de Luciana Corrêa do Lago (2011) sobre a aplicação do Minha Casa Minha vida na modalidade entidades corrobora as vantagens apresentadas pelo empreendimento João Cândido, do MTST. De fato, o mínimo de área útil exigido pela Caixa no Programa MCMV é 37m², e tem sido o padrão padrão habitacional para as famílias na faixa de zero a três salários (Correa do Lago, 2011). Desde que o movimento conquistou a construção desse empreendimento em 2012, tenta replicar a experiência no Distrito Federal, mas o Governo local sempre colocou entraves à sua realização sob o argumento de preservar sua política habitacional.

Quando o prazo para pagamento do auxílio emergencial acabou, o Governo do Distrito Federal ainda não tinha cadastrado a associação do movimento no Programa Morar Bem e nem sequer enviado o Projeto de Lei referente à Bolsa Aluguel para a CLDF, o que deixou as famílias que dependiam daquele auxílio de R\$ 408,00 por mês para pagar aluguel sem ter como pagar. Em agosto o movimento fez um protesto na área que havia sido ocupada, para pressionar o GDF para retomar o acordo (MTST faz ato..., 26/08/12), mas não obteve resultado. O movimento organizou então outra ocupação, dando continuidade à essa, para retomar o acordo fechado com o Governo. Seu nome seria Novo Pinheirinho 2.

Capítulo 4 - A ocupação de Taguatinga

Na noite do dia quatro de janeiro de 2013, uma sexta-feira, saí da minha casa por volta das 11 horas da noite. No carro, íamos Miguel, militante do grupo Brasil e Desenvolvimento, e Henrique, advogado militante de uma organização política chamada Brigadas Populares. Miguel era estudante de

mestrado em Direito da Universidade e morava comigo em uma república junto a três outros membros do nosso grupo político, onde há semanas conversávamos sobre como planejar nossa ação em apoio ao movimento a partir da ocupação que começaria nesta madrugada. Eu havia convidado Henrique quando estive em Belo Horizonte duas semanas antes, visitando minha família para as festas de fim de ano. A ideia era que ele viesse à Brasília nos ajudar na defesa jurídica da ocupação. Militante e advogado experiente, já havia participado de importantes ocupações na capital mineira, incluindo a ocupação Dandara, que ganhou repercussão internacional em sua resistência às tentativas de desocupação. Íamos em direção a Taguatinga, região administrativa do Distrito Federal distante 20 quilômetros do Plano Piloto de Brasília.

Ao longo de pelo menos um mês o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto do Distrito Federal planejava ocupar naquela madrugada um prédio particular abandonado na região sul da cidade, próxima à Águas Claras. O prédio era uma construção verde, imponente, de três andares com pé direito duplo em um terreno de cerca de 45 quilômetros quadrados. Abandonado havia mais de vinte anos, poucos anos antes se noticiara que seria implodido para dar lugar a outras construções (DF: Governo anuncia..., G1, 17/01/2007). Era conhecido das pessoas que moravam naquela cidade satélite e passavam por lá em direção ao Plano Piloto quando passavam pelo Pistão Sul, uma importante via da cidade que concentra hipermercados, concessionárias de automóveis, o Taguatinga Shopping, faculdades e diversos bares. Era bem localizado, como foi demonstrado na arte elaborada por um apoiador do movimento para divulgar a ocupação nos meios virtuais (Figura 1). Em meio a grandes empreendimentos de construtoras importantes, tanto de condomínios residenciais como prédios comerciais, é uma região que se valorizou e, pelo processo de especulação imobiliária, tem expulsado a população mais pobre para regiões mais distantes, com menos infra-estrutura, equipamentos e serviços públicos e comerciais. O movimento e nós apoiadores estávamos animados com a ideia de fazer uma ocupação em uma região importante do Distrito Federal.

Apesar de ser uma cidade importante no Distrito Federal, eu ainda não havia tido muito contato com o local. Era apenas a segunda vez que eu passava por aquele prédio. A primeira havia sido três semanas antes, quando

em um sábado pela manhã levei uma amiga arquiteta para, junto a um militante do movimento, conhecer o prédio e elaborar um projeto inicial de requalificação para fins de habitação popular. De acordo com os estudos realizados por ela, o prédio poderia oferecer moradia para 600 famílias em apartamentos duplex de 60 a 90 metros quadrados, além de cozinhas comunitárias, espaços de lazer, bibliotecas e áreas para agricultura urbana (Maia, 2013).



Figura 1 - Autoria Renato Moll. Fonte: Divulgação

Naquela noite de sexta-feira, por dificuldades de localização, acabamos perdendo o ponto de encontro onde apoiadores e famílias se encontrariam antes da ocupação e nos direcionamos para o local que seria ocupado. A cidade nos parecia estranhamente cheia de carros de polícia. Passamos por duas blitzes nas proximidades do prédio, o que nos deixou alerta sobre a possibilidade dos planos da ocupação terem sido interceptados pelos órgãos de segurança pública, mesmo tendo enviado usar o celular para trocar informações sensíveis. O momento mais tenso nas ocupações é justamente o momento imediatamente anterior à ocupação, pois todos sabíamos que, se algum policial, o proprietário do imóvel ou seu funcionário der flagrante, ou seja, testemunhar o momento da ocupação, da entrada das pessoas na propriedade, essas pessoas podem ser levadas imediatamente para a

delegacia, detidas sob diversas acusações.

Nos atrasamos e, quando chegamos no local determinado, a grade que passava pela lateral do prédio e dava para um vão em formato de U do edifício, já havia sido aberta. As famílias, os militantes e apoiadores do movimento gritavam, em coro, “Poder para o povo (poder para o povo), pra fazer um mundo novo (pra fazer um mundo novo)”. Era possível ver que diversas pessoas, mesmo que não fizessem parte do cotidiano do movimento, estavam presentes, especialmente militantes de grupos do movimento estudantil da Universidade de Brasília. À noite, do lado de dentro desse espaço que formava um vão, a imponência do prédio ocupado era ressaltada. Do outro lado da rua, o condomínio residencial de luxo em fase final de construção contrastava, muito iluminado e com projetos de jardinagem bem cuidados, enquanto o prédio ocupado pelo movimento estava na escuridão e o mato crescia sem controle, dando uma clara impressão de abandono (ver Figura 2). Cumprimentamos os militantes do movimento que conhecíamos, todos revelando uma intensa satisfação por participar daquele momento através de expressões como “consequimos!”, “estamos aqui!”, “ocupamos o prédio do Jarjour”, diziam em referência ao nome do proprietário do prédio que também é proprietário de diversos postos de gasolina que levam seu nome em todo Distrito Federal. O tamanho do prédio ocupado e a localização privilegiada na cidade pareciam dar aos militantes e às famílias ocupadas uma aparente sensação de realização.

Assim que chegamos, percebemos que Pedro, ao contrário de boa parte dos militantes, não estava com uma postura de comemoração, mas sim com um semblante de preocupação. Principal referência de todo movimento, ele parece carregar o peso da responsabilidade para que as coisas dêem certo, como planejado há tanto tempo. Ele veio até nós para falar que um ônibus foi parado pela polícia vindo de Brazlândia e não podia prosseguir. Era preciso organizar um comboio de carros de apoiadores para trazer as famílias que ficaram paradas na beira da estrada. Henrique, nosso advogado mais experiente em situações de conflito urbano, foi levado para lá na tentativa de negociar a liberação do ônibus para trazer as famílias.

Quando a polícia chegou foi possível perceber um novo momento de tensão. Como já sabia através de relatos de outros movimentos de ocupação e do próprio MTST, a atitude do policial naquele primeiro contato pode definir o

futuro da ocupação. Se toma uma atitude dura pode levar a um conflito de graves proporções, com dezenas de pessoas presas e outras tantas, talvez, feridas. Havia uma tensão a mais no ar entre nós, apoiadores, pois Henrique, quem havíamos trazido justamente para utilizar sua experiência nessas situações de conflito, havia saído para resolver o problema do ônibus. Erika, advogada também do grupo Brasil e Desenvolvimento, era quem cuidaria da situação. Assim que o policial saiu da viatura, pediu para falar com a liderança do movimento. Pedro fala em voz alta, da porta da grade que estava entreaberta, que o movimento não tem liderança e que ele deveria falar com a advogada do movimento. Júlia se apresenta como advogada e diz que o MTST é um movimento pacífico que reivindica moradia para o povo e pede diálogo com o Governo local para resolver o problema. O policial afirma em voz alta, para todos ouvirem, que não vai tomar nenhuma atitude no momento pois o local ocupado é uma propriedade privada e ele precisaria de um mandato judicial de reintegração de posse para desocupar. Mas faz a ressalva, como que para reforçar sua autoridade perante o movimento, que se fosse propriedade pública seria obrigado a retirar todos imediatamente.

Passado o primeiro momento de tensão, todo movimento agora está relaxado. Até Pedro faz piadas e agradece a todos os envolvidos, especialmente à Júlia pela ajuda no momento da ocupação. Apresento para ele nesse momento, junto à Camila, nossa amiga arquiteta, o projeto de requalificação que ela fez a nosso pedido. Ela fica feliz e pede para mostrarmos às famílias para que elas vejam como o prédio pode ficar. Vários apoiadores estão com computadores, já editando vídeos gravados por outros apoiadores para divulgar na internet a ocupação.



Figura 2 - Autoria própria. Fonte: Acervo pessoal.

Pedro fala então para os coordenadores do movimento: "Vamos chamar uma assembleia?" e dois militantes do movimento começam a gritar "Assembléia, Assembléia", reunindo todas as famílias para a primeira assembleia da ocupação. Pedro passa as informações da ocupação, agradece aos apoiadores e encaminha para dividir as tarefas, mas, antes de encerrar, Laura, militante do movimento traz um bolo que fora comprado mais cedo em uma padaria para comemorar o aniversário do nosso amigo Miguel que fazia aniversário naquele dia, 5 de janeiro. O gesto simbólico foi encarado por todos nós do B&D como um reconhecimento de companheirismo por parte do MTST não só com o Miguel, mas com todo o grupo, que já trabalhava junto havia mais de dois anos.

Nas grades da ocupação havia sido instaladas duas faixas. Uma, com os

dizeres “Enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito”, havia sido encomendada e comprada pelo nosso grupo, o B&D, como uma forma de contribuir com o movimento. Nosso objetivo era mais voltado para denunciar o déficit habitacional no Distrito Federal e ressaltar a legalidade da ocupação, dada a situação social a que as famílias eram submetidas. Outra faixa, por sua vez, dizia “Somos família do acampamento Novo Pinheirinho. GDF não cumpre acordo, fomos pra rua! MTST a luta é pra valer!”. Essa segunda faixa, encomendada pelo próprio movimento expressava os motivos mais concretos e imediatos daquela ocupação: forçar uma negociação com o Governo do Distrito Federal.

Já no primeiro dia pude perceber que havia duas agendas na ocupação que se sobrepunham. Uma era a agenda mais pública e política em sentido amplo, que denunciava a especulação imobiliária, o alto déficit habitacional no Distrito Federal, a desigualdade, de forma mais geral, que existe na sociedade. Essa agenda era representada pela demanda pela requalificação do prédio ocupado, a ocupação do espaço abandonado com atividades culturais, que dessem vida ao espaço. Era a agenda que mais mobilizava os apoiadores do Plano Piloto, incluindo nós mesmos do B&D, pelo seu conteúdo político mais amplo e geral. Essa agenda era também a que mais era divulgada nas redes sociais e na mídia em geral. Outra agenda, utilizada na negociação com o Governo de forma mais concreta e como argumento na estratégia jurídica, era a retomada do acordo anterior, especialmente com a destinação de um terreno público para a construção de prédio residencial ou casas com projeto próprio do movimento, como o empreendimento João Cândido, em São Paulo, que já foi mencionado anteriormente. Essa agenda de negociação era a que mais mobilizava as famílias acampadas e com a qual os militantes do movimento buscavam mobilizar a base nas assembleias para que vislumbrassem a conquista concreta que aqueles esforços poderiam trazer.

O local da ocupação era relativamente distante e pouco acessível para os moradores de Ceilândia e Brazlândia, onde o movimento tinha sua base, e outros lugares de onde, pela falta de infra-estrutura e pela própria condição sócio-econômica da população, poderia atrair mais gente para a ocupação. Uma constatação a qual os militantes do movimento chegaram foi que essa ocupação, ao contrário das anteriores não “massificou”. Enquanto a ocupação de Novo Pinheirinho em Ceilândia mobilizou cerca de 1500 famílias, a

ocupação de Taguatinga mobilizou cerca de 300. Nas palavras de Pedro,

"Lá era uma área nobre, longe da periferia, longe da escola, longe muita gente do trabalho deles, e era um negócio muito novo pras famílias também. Muitas famílias não foram, falaram não vou me sentir bem morando ali. Ali eu vou ser discriminado, ali o pessoal vai passar xingando, e tal. Porque é uma área nobre, Taguatinga, né? E era já do lado de Águas Claras. Então a dificuldade pra manter as famílias lá era muito grande, porque 'ah, aqui não vai dar em nada'. Tinha muita conversa que 'ah, os caras jamais vão ganhar esse prédio'. E nós vinha com aquele debate 'não, mas nós não queremos ganhar o prédio, nós queremos ganhar uma moradia, uma casa, queremos uma vida, uma moradia digna'. E convencemos as famílias a ficar lá" (Pedro, 2014)

Mais de uma vez o fato do movimento ter mobilizado poucas pessoas naquela ocupação foi utilizado pelo Governo como forma de reduzir a importância política daquele ato.

A atividade dos apoiadores

Entre os apoiadores parece haver uma divisão informal entre apoiadores e aliados. As vezes em que Pedro, Bernardo, Naldo, ou qualquer outro militante do movimento buscou ressaltar a importância da relação do B&D com o movimento, utilizou a palavra aliado para fazer essa distinção em relação a outros apoiadores. Além do B&D, o movimento tem 2 ou 3 outros grupos considerados aliados pelo movimento. O número não é exato, pois esse não parece ser um critério claro, mas uma diferenciação informal percebida ao longo do contato com o movimento. Os apoiadores são grupos que apoiam eventualmente o movimento, especialmente durante as ocupações ou protestos. Aliados são grupos que constroem politicamente o movimento, participam das assembleias, ajudam a planejar ocupações e até confraternizam junto aos militantes. Mesmo não fazendo parte da sua estrutura de militantes, compartilham uma identidade de defesa do movimento e até mesmo, com muito cuidado, fazem parte das disputas sobre sua visão política e estratégica do movimento. O B&D começou a relação com o movimento como apoiador,

mas nesse momento era considerado um forte aliado, uma vez que participou ativamente do planejamento dessa ocupação.

Ao longo da ocupação as atividades que foram realizadas pelos apoiadores podem ser divididas em basicamente três: apoio jurídico; articulação política e de comunicação; e um apoio mais relacionado ao cotidiano da ocupação, de recolher doações para o movimento e realizar atividades culturais para as famílias no prédio ocupado. Apesar de termos buscado contribuir em todas as atividades de apoio, o apoio cultural foi o que menos tivemos contato. Segundo Pedro, o nosso apoio especialmente na defesa jurídica e articulação política serviria para que os militantes do movimento pudessem consolidar o acampamento e cuidar dos problemas cotidianos, além de fazer contatos com mais apoiadores (Pedro, 2014).

A ocupação de Taguatinga foi organizada no pavimento térreo do prédio. Assim que o visitante chegava pela entrada principal, se deparava com o vão que era formado pela construção em U. À direita ficavam as barracas de camping ou de lona organizadas em dois corredores que seguiam até o final dessa parte lateral do prédio. Logo no começo de um desses corredores ficava a cozinha comunitária, cercada por tapumes, onde além dos fogões e da geladeira, ficavam os alimentos obtidos através de doações. Todos os dias havia duas ou três refeições no acampamento, geralmente servidas em potes de sorvete que eram reutilizadas. As barracas em determinados lugares se juntavam, formando pequenos condomínios de três ou quatro barracas, às vezes mais, de famílias que se conheciam.

Alguns apoiadores, junto a militantes do movimento, construíram uma sala de cinema, com lonas que protegiam o local da claridade e pedaços de tábuas sobre tijolos que formavam uma arena para os espectadores, em sua maioria crianças. Com um equipamento de projeção emprestado, eram exibidos os filmes de interesse das famílias. Grupos artísticos organizaram saraus de poesia, shows de rap, um samba de roda do grupo samba do peleja, muito conhecido no meio universitário de Brasília. Para esse tipo de atividade não era necessária muita confiança política prévia, qualquer grupo ou artista disposto a contribuir poderia se engajar na programação de eventos, conseguir a estrutura necessária e utilizar o espaço livremente. Muito embora o espaço tivesse atividades constantes, o espaço não conseguiu virar o pólo cultural que se pretendia ao realizar uma ocupação urbana. Os apoiadores do movimento

geralmente eram do Plano Piloto, os coordenadores do movimento tinham pouco contato com lideranças políticas e culturais da própria cidade de Taguatinga. Talvez por isso, nos momentos em que participei desses eventos tive a nítida impressão — compartilhada por outros membros do meu grupo político — do não envolvimento das famílias nos eventos culturais promovidos pelos apoiadores. Dezenas de apoiadores saíamos do Plano Piloto para participar dessas atividades na ocupação, alguns militantes do movimento deixavam as atividades cotidianas para nos acompanhar, mas apenas meia dúzia de acampados se envolviam. A maioria ficava em suas barracas e acompanhava apenas à distância o movimento que geralmente ocorria em um espaço livre de barracas que havia em frente ao cinema. Pedro e Bernardo, ao conversar com os apoiadores, chegaram a afirmar que as famílias não gostam tanto de rap e MPB, gêneros que eram mais tocados nos espaços culturais organizados na ocupação. Segundo eles, as famílias queriam ouvir sertanejo, forró, gêneros com os quais os apoiadores não tinham tantos contatos para mobilizar.

Assessoria Jurídica

As atividades do apoio jurídico foram centralizadas na Assessoria Jurídica Universitária Popular (AJUP), um projeto de extensão da Universidade de Brasília aos quais Miguel, Alice e Júlia eram vinculados. Além dos dois, Henrique, das Brigadas Populares de Minas Gerais, e outros membros da AJUP tiveram uma participação importante ao longo do processo.

O primeiro contato do proprietário do edifício com os militantes da ocupação se deu ainda na madrugada do dia 5, logo depois da ocupação, quando funcionários do empresário foram até o local. Militantes da coordenação do movimento foram até eles e falaram que aquela era uma ocupação pacífica, que buscava pressionar o governo para que construísse casas para as famílias do movimento. No dia seguinte o próprio Abdala Jarjour foi até a ocupação e conversou com Pedro. Disse que não entraria com o processo de reintegração de posse e que esperaria o movimento negociar com o Governo. Ao mesmo tempo o empresário entrou em contato com o Governo para que resolvesse a situação do movimento.

No mesmo dia da ocupação, já prevendo o iminente pedido de

reintegração de posse na justiça, o grupo de advogados iniciou a elaboração de tese para defesa da ocupação. Na terça-feira, dia 08, já havia sido expedida a liminar de reintegração de posse pela terceira vara cível de Taguatinga. Apesar de ter dito que não acionaria a justiça, o proprietário do imóvel entrou com o pedido de reintegração de posse e seus argumentos foram aceitos pela Juíza designada para o caso. De acordo com a liminar, apesar de ter Alvará de construção e ser fato notório que a construção não havia se concretizado, “porque o imóvel hoje tem apenas as pilastras e o teto do que seria construído”, a posse estava comprovada com base na apresentação de documentos de contratação de uma empresa para instalar esquadrias no local, muito embora os contratos comprovados só se referissem aos meses de setembro e novembro de 2012. A liminar dava o prazo de 10 dias para seu cumprimento pelo poder público, podendo solicitar reforço policial. Era o prazo que o movimento e seus apoiadores tinham para elaborar um pedido de reconsideração, apresentando os argumentos pertinentes para a Juíza, e um Agravo de Instrumento para recorrer da decisão da juíza no colegiado do Tribunal.

O processo de construção do material se deu de forma intensa. Henrique, que ao longo do período em Brasília, se hospedou em nossa casa, no Lago Sul, passou noites inteiras com Miguel e Guilherme elaborando teses e estabelecendo as melhores estratégias argumentativas para apresentar ao poder judiciário. A intensidade das discussões presenciais eram refletidas nas trocas de emails com outros advogados e estudantes de direito do grupo. Como morador da casa, pude acompanhar e participar de parte dessas discussões, apesar do pouco conhecimento jurídico que tenho. A cada momento chegava uma informação nova que por vezes nos deixava animado e por vezes preocupado.

Ainda no dia 7, segunda-feira, Júlia mandou para o grupo de emails do B&D uma informação que poderia dar força ao nosso argumento jurídico contra a reintegração de posse. Bernardo havia informado a ela, através de uma mensagem no meio da madrugada, que quatro pessoas moravam no prédio, sendo que um deles havia mais de 15 anos. O argumento que poderíamos utilizar era de que a posse já estava caracterizada e que na noite do dia 5 de janeiro apenas houve um aumento no número de pessoas exercendo a posse. Miguel respondeu ao email entusiasmado, dizendo: "15 anos!!! Então há muito

já tem direito até a usucapião! Prova inequívoca de que o proprietário não estava exercendo a posse”. Segundo Júlia, poderíamos ainda argumentar que, como a posse tinha mais de um ano, o rito processual não deveria ser especial e sim ordinário, o que certamente daria muito mais tempo para a ocupação se consolidar e talvez até fazer uma campanha de solidariedade mais ampla.

No dia 9, quarta-feira, um dia depois da concessão da liminar de reintegração de posse estabelecendo prazo de até 10 dias para desocupação, Pedro ligou para Júlia dizendo que uma repórter lhe havia dito que a polícia estaria preparada para desocupar naquele dia. Segundo o repórter, como a decisão era para cumprimento em até 10 dias, a polícia poderia cumprir a qualquer momento. Essa informação, apesar de alarmante foi uma dentre outras tantas que nos colocava em alerta, mas não procediam.

O grupo de advogados, ao discutir a estratégia para a defesa, definiu que o recurso seria apresentado no final do prazo dado pela juíza. Segundo me informou Miguel em entrevista, isso seria importante para que não desse tempo para o judiciário ser pressionado pelo proprietário do imóvel. Além disso, seria também importante evitar que a ocupação tivesse mais uma notícia desfavorável do judiciário muito antes da decisão ser cumprida, pois desanimaria as famílias acampadas. Assim que os apoiadores responsáveis pela defesa jurídica tiveram uma semana para elaborar bem os documentos para o recurso.

No dia 17 o Agravo estava pronto, Miguel e Henrique tentaram ajuizar ainda naquele dia, mas chegaram no protocolo do Tribunal de Justiça às 19:03, poucos minutos depois do horário de encerramento e não conseguiram. No dia seguinte nos dividiríamos, os dois levariam o Agravo de Instrumento ao Tribunal de Justiça e eu iria junto ao Eduardo, um estudante de direito que também era membro do B&D, ao Fórum de Taguatinga, despachar com a Juíza e pedir a reconsideração de sua decisão. Por volta de meio dia, deixei Miguel e Henrique no Tribunal de Justiça, no eixo monumental em frente ao Palácio do Buriti e fui até o Fórum. Chegando lá encontro Eduardo no estacionamento e partimos em direção ao gabinete da juíza. Ao chegar no gabinete, nos apresentamos como representantes do MTST, que era parte em um processo de reintegração de posse sob responsabilidade da Juíza. No momento em que nos apresentamos, a primeira pergunta que fizeram era se éramos advogados. Talvez estivesse evidente pelo fato de não termos nos identificados como

advogados logo no início, uma vez que aquele era um ambiente em que essa distinção era muito marcante. Havia uma entrada exclusiva para advogados, uma sala exclusiva para advogados, atendimento especial para advogados e a juíza apenas atendia advogados. A Diretora da Secretaria não fez nem questão de se aproximar para conversar com “quem estava pelo MTST”. Gritou, do outro lado do escritório onde trabalhavam uma dezena de servidores, que só atenderia advogados. Ainda que surpresos com a forma de tratamento, já havíamos previsto essa limitação e combinamos com Alice, advogada da AJUP, que fosse nos encontrar no fórum quando saísse do trabalho. O trânsito intenso de veículos na EPTG naquele fim de tarde nos deu mais de meia hora de espera.

Quando Alice chegou, fomos novamente em direção ao gabinete da Juíza que, agora na companhia da advogada, finalmente nos recebeu. Ao chegar nos sentamos Eduardo e eu em duas poltronas à direita da mesa, Alice na cadeira à frente da Juíza, que estava atrás da mesa. Pilhas de papéis estavam em todos os cantos do gabinete. A Diretora da Secretaria acompanhou boa parte da reunião e só saía quando a Juíza solicitava algum documento. Àquele momento a Juíza já tinha em mãos o Agravo de Instrumento com a solicitação de reconsideração de sua decisão mandando a reintegração de posse. Os argumentos reforçavam a ideia de que o prédio estava abandonado e não cumpriam sua função social. O caso das pessoas que viviam lá já há mais de 15 anos era uma prova de que o proprietário sequer exercia posse. A Juíza, contraditando nossos argumentos, reforçou o argumento que já havia utilizado na decisão liminar que não cabe ao movimento decidir se o edifício está cumprindo sua função social, por isso o ato de ocupar não é legítimo. Se o edifício estava abandonado o poder público que deveria instituir o processo de desapropriação, não o movimento “à força”. Alice convidou a juíza a ir até a ocupação para que visse que o movimento é pacífico e em nenhum momento usou a força para denunciar os problemas que aponta. Sua visita seria importante também para que visse que famílias inteiras, incluindo crianças, faziam parte da ocupação e o uso da força policial para fazer a reintegração poderia causar danos irreparáveis nessas pessoas. Para reforçar o caráter pacífico, dissemos que ela poderia ir à ocupação mesmo sem se apresentar como juíza, para que tivesse a percepção real do ambiente ao qual sua decisão afetaria. Nesse momento a Diretora da Secretaria deu uma risada

irônica e afirmou que nem com proteção policial a juíza iria até a ocupação, quanto menos sem. A Juíza, que a todo momento foi extremamente educada, deu uma risada meio sem graça, mas concordando com a Diretora, com quem parecia ter uma forte relação de confiança. Já cientes de que não conseguiríamos a reconsideração da decisão, pedimos que pelo menos a Juíza estabelecesse uma audiência de conciliação, porque assim pelo menos poderíamos conseguir mais tempo para negociar com o Governo. A Juíza disse que, como o Agravo de Instrumento já havia sido protocolado na instância superior, deixaria para o Desembargador responsável decidir.

O posicionamento da Juíza ao longo de todo processo nos pareceu extremamente frio e confiante no papel dos mecanismos institucionais. Seja do Governo, no momento da percepção da necessidade de desapropriação, seja do próprio Judiciário, ao se eximir de assumir um papel ativo na resolução negociada do conflito através de uma audiência, confiando no papel do Desembargador para decidir.

A reunião com o Desembargador aconteceu mais ou menos no mesmo momento em que nos reuníamos com a Juíza. Como me relatou Miguel em entrevista, ele e Henrique haviam protocolado o documento ainda por volta de três horas da tarde e ficaram esperando pelo menos duas horas para serem recebidos pelo Desembargador. Ao entrar, Henrique primeiramente se apresentou como membro da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Minas Gerais, e ao Miguel como pesquisador da Universidade de Brasília e disse que ambos se dispuseram a defender a ocupação temendo que a reintegração de posse levasse a graves violações de Direitos Humanos. Defendeu a tese de que havia uma posse velha no local, caracterizada pela presença de moradores no prédio por mais de um ano e um dia e que por isso a reintegração de posse não deveria ser decidida assim com tanta pressa. O Desembargador ouvia aos argumentos sem expressar nenhuma reação. Miguel argumentou que mesmo que não se concordasse com o mérito do caso, seria importante dar um prazo maior que o prazo decidido pela Juíza, para que os militantes do movimento tivessem oportunidade de negociar com o Governo uma saída pacífica que resolvesse, ainda que provisoriamente seu problema de falta de moradia. Ao sair, Miguel e Henrique argumentaram que seria importante que a decisão saísse ainda aquele dia, pois era o último dia do prazo concedido pela Juíza e se não fosse

revertida poderia ser cumprida a qualquer momento. Foi aí que o Desembargador reagiu pela primeira vez e afirmou que decidiria ainda aquele dia. Essa preocupação em decidir no mesmo dia foi o que deu aos dois a esperança que relataram para os outros apoiadores naquele momento. Miguel e Henrique seguiram direto para a ocupação, onde relatariam a reunião com o Desembargador e tentariam passar alguma tranquilidade às famílias e aos coordenadores do movimento a respeito do fim do prazo (Miguel, 2014).

Foram momentos de grande expectativa. Eu estava em um restaurante naquela noite de sexta e conversava pelo telefone com Júlia que, em sua casa, atualizava de cinco em cinco minutos a página do Tribunal de Justiça para checar se saía o resultado. Nossa esperança era de que o Desembargador concedesse um prazo maior para a reintegração, dando mais tempo para que Governo e Movimento chegassem a um acordo. Até que apareceu uma nova atualização no processo 2013.07.01.000209-6: O Desembargador havia acolhido nossos argumentos e não apenas concedeu prazo maior, mas suspendeu a decisão da Juíza da primeira instância. Comemoramos muito. Alice, que estava na ocupação junto a Henrique e Miguel, deu o informe da decisão do Desembargador na assembleia que foi organizada naquele momento. Ao dar a notícia, Alice ressaltou que aquela vitória não era dos advogados, mas das próprias famílias que estavam ali acampadas, se esforçando para cumprir o direito à moradia (Pedro, 2014; Miguel: 2014). A fala dos advogados populares, nesse momento, serviu para dar ânimo às famílias e fazer verem o sentido do esforço que faziam naquela ocupação (Pedro, 2014). O MTST publicou uma nota afirmando que, com essa decisão, o judiciário dava "esperanças a quem acredita no cumprimento da constituição". Relembrou que, completando naquela semana um ano da desocupação violenta de Pinheirinho pelo Governo do Estado de São Paulo, "estariamos vendo as mesmas cenas de injustiça e violência que vimos um ano atrás, não fosse o desempenho excepcional de nossos advogados que suspenderam a liminar" (Nota pública do MTST, 22/01/2013). E completaram ainda reconhecendo o desempenho da AJUP no processo: "reconhecemos e exaltamos publicamente a brilhante atuação da Assessoria Jurídica Universitária e Popular (AJUP)- Roberto Lyra Filho. O acampamento estar de pé tem parte fundamental destes companheiros e companheiras" (Nota pública do MTST, 22/01/13).

A vitória era significativa e chegou a ter repercussão nacional na rede de

advogados populares. Essa vitória jurídica permitiu pensarmos no estabelecimento da ocupação com mais paciência, inclusive lidando com dificuldades que poderiam aparecer, caso fosse possível ficar mais tempo no local. Uma das preocupações que foram levantadas pelo movimento era a própria manutenção do número de pessoas acampadas. A ocupação já ia para sua segunda quinzena e o conforto no local não era comparado sequer a morar de favor com algum familiar. Taguatinga era distante dos locais onde a maioria daquelas pessoas moravam e trabalhavam. Os militantes do movimento já começavam a perceber que muitas pessoas saíam, deixavam suas barracas montadas na ocupação e voltavam apenas dias depois. Uma das tentativas era mobilizar atividades culturais no acampamento, garantir alimentação e tentar melhorar minimamente o conforto das pessoas que lá ficavam. Mas aquele ainda era momento de celebrar e passamos a tarde do domingo em uma roda de samba do Peleja em confraternização com os militantes do movimento e as famílias acampadas.

No dia 06 de fevereiro, no entanto, o agravo foi apreciado na 2ª turma cível do Tribunal de Justiça. Discutimos, entre o grupo da assessoria, se valeria a pena fazermos algum tipo de mobilização. Sugerimos algo simbólico, como uma vigília ou uma exposição de fotos da ocupação que mostrava crianças brincando, pessoas cozinhando e outras situações comuns da ocupação que não aparecem nos jornais. Os advogados, no entanto, mostraram receio em relação a qualquer forma de mobilização, pois tentativas de pressionar por um resultado geralmente não são bem vistas no meio judiciário. Acabamos não fazendo nenhuma mobilização. Júlia estava presente na reunião e nos repassou a notícia no início da tarde, assim que acabou a reunião. Segundo ela, "o relator, que a princípio havia acolhido nossos argumentos, mudou completamente o voto dele e acolheu todos os argumentos da outra parte. Todos mesmo. Todo mundo votou com ele e foi unânime". Foi assim. Sem mais explicações. Não sabemos por que razão o relator mudou radicalmente seu posicionamento, nem se foi submetido a alguma forma de pressão. O argumento mais detalhado para a mudança de posição do relator foi "examinei com mais profundidade". A falta de informações deu espaço a muitas especulações. No entanto, a batalha no front jurídico havia se encerrado. Todo trabalho jurídico serviria apenas para atrasar o cumprimento da ordem e ganhar mais tempo para negociação do movimento com o Governo, por isso

um dos apoiadores foi ao gabinete da Juíza pedir que ela desse um prazo maior para o cumprimento da decisão. Como o feriado de carnaval já se avizinhava, ela afirmou que não daria andamento ao processo até o fim das festas, o que nos dava um prazo para pressionar pela negociação.

Articulação política

O trabalho de articulação política que ocorreu ao longo da ocupação pode ser analisado em três níveis. Um nível institucional, quando o movimento formalmente era convidado a participar de reuniões e negociar uma solução para o impasse. Um nível público, que basicamente era feito através de notas públicas, tanto do movimento quanto do Governo, e declarações à imprensa, além de campanhas públicas a respeito de algum ponto específico da negociação. Outro nível era informal, contatos que eram feitos entre militantes do movimento e alguns servidores específicos do governo para buscar informações e encontrar uma solução mediada.

O primeiro contato que o movimento recebeu do Governo foi do João Carlos. João era o funcionário da Secretaria de Governo do GDF responsável pelo diálogo com movimentos sociais. Antes de trabalhar no Governo havia sido por vários anos militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, por isso tinha o respeito de diversos militantes de movimentos sociais no Distrito Federal. Assim que o primeiro policial identificou a ocupação, comunicou à Secretaria de Segurança Pública, que comunicou à Secretaria de Governo e João ligou para o celular do Pedro para saber como estava a situação. Inicialmente João reclamou, disse que não precisavam ter ocupado, pois, segundo ele, as negociações estavam sendo encaminhadas. Pedro contestou, dizendo que o Governo estava enrolando e por isso o movimento estava fazendo aquela ocupação. Que o Governo agora teria que receber o movimento para conversar de igual pra igual (Pedro, 2014).

Logo na segunda-feira, 07, dois dias depois da ocupação, o GDF publicou uma nota em que afirmava que o Governo possuía uma política habitacional que não precisava de desapropriação de áreas particulares, como era o caso do prédio ocupado pelo movimento. Afirmava ainda que o cadastro das famílias no programa deveria ser feito pela modalidade individual ou pela modalidade entidades, no entanto a documentação para efetuar o cadastro das famílias do

movimento na modalidade entidades estaria pendente, o que teria impossibilitado seu cadastro. Por fim, o Governo concluía reiterando que o Governo respeitaria "o critério da lista única para convocação dos beneficiários, de forma transparente e imparcial" (Nota pública do GDF, 07/02/2013). Os militantes do movimento demonstraram indignação com essa nota. Bernardo chegou a perguntar à equipe jurídica se valeria a pena processá-los por isso. O problema era que o movimento acusava o Governo de protelar o cadastro, inclusive dizendo que havia perdido documentos necessários para o procedimento. A nota do governo, no entanto, apresentava o movimento como sendo irresponsável. Após a decisão liminar da justiça ordenando a reintegração de posse, que ocorreu no dia seguinte, os jornais estampavam a manchete "GDF diz que não vai negociar com grupo que ocupa prédio em Taguatinga". Na matéria, Pedro, que foi entrevistado pela jornalista na no prédio ocupado, desafiava: "Desde 2010 brigamos por moradia. Foram quatro acordos firmados e descumpridos pelo governo. Não queremos conflito, mas só saímos com algum posicionamento do GDF" (GDF diz que não vai..., Correio Braziliense: 09/01/2013).

A esse momento a ocupação recebia bastante repercussão na mídia. Em um comentário no telejornal Bom Dia DF, da TV Globo, no dia 09 de janeiro, o jornalista Alexandre Garcia confundiu MTST com MST e se perguntava "por que o MST está invadindo um prédio no centro da cidade? Vão plantar alface hidropônica lá dentro? Não tem como!" e exigia uma atitude "firme" das autoridades para impedir aquela ocupação que era uma ameaça à ordem. Esse tipo de repercussão era recebida de forma bem humorada na ocupação e entre nós, apoiadores. Matheus, que era jornalista e membro do B&D, tinha sido designado na nossa divisão de tarefas para assessorar o movimento nas entrevistas e divulgar *releases* informativos para seus contatos na imprensa, entre outras atividades na área de comunicação. Na ocasião ele aproveitou para fazer um meme, instrumento importante de mobilização na internet, como forma de ridicularizar a afirmação do jornalista e diminuir a importância de seu apelo político. O meme era simples, uma imagem do jornalista no estúdio do telejornal, com a citação de sua fala equivocada sobre o movimento. Em pouco tempo a imagem "viralizou", ou seja, foi compartilhada em várias redes sociais entre os militantes e apoiadores do movimento na internet. Apesar da repercussão certamente ser bem mais restrita do que a fala do jornalista no

canal local de maior audiência, a campanha foi importante para dar ânimo à militância, mesmo daqueles que não podiam estar presentes na ocupação, mas de alguma forma se identificavam com o movimento. Essa estratégia de comunicação nas redes sociais seria repetida outras ao longo da ocupação.

É possível dividir os atores principais do nível institucional de articulação entre 1) parlamentares, 2) Governo Federal (Ministério das Cidades e Secretaria Geral) e 3) Governo do Distrito Federal, sob coordenação da Secretaria de Governo, apesar de contar também com a participação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Trabalho (SEDEST) e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Habitacional (SEDHAB).

Desde a ocupação anterior, em abril de 2012, uma importante mudança na conjuntura do Governo do Distrito Federal havia ocorrido, com repercussões na relação do Governo com o movimento. Em junho de 2012, o então Secretário de Governo do Distrito Federal, Paulo Tadeu, foi exonerado do cargo. O argumento para essa mudança, de acordo com a Secretaria de Comunicação do Governo era de que os parlamentares "vão reforçar a bancada do DF no Congresso Nacional em um momento importante em que será discutida a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e também em que o DF está sob alvo de ataques políticos" (Paulo Tadeu e Geraldo Magela reassumem..., Secom-DF, 05/06/2012). Os ataques políticos a que essa nota se refere é a citação do nome do Governador Agnelo Queiroz e também do Secretário Paulo Tadeu em escutas da Polícia Federal que estavam sendo analisadas na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que analisava as relações do contraventor Carlinhos Cachoeira com agentes públicos e privados. Em setembro Paulo Tadeu seria indicado pelo Governo do Distrito Federal para uma vaga no Tribunal de Contas do Distrito Federal, dando início ao que fora apontado como uma "aposentadoria" da sua carreira política. Na Secretaria de Governo foi efetivado o até então Secretário-adjunto, Gustavo Ponce de Leon. Apesar das limitações das negociações com o GDF a respeito de sua política habitacional, Pedro creditava ao diálogo com Paulo Tadeu a solução negociada durante a ocupação de Ceilândia (Pedro, 2014). Bernardo, por sua vez afirmou que Gustavo, pela sua experiência nas negociações anteriores, "era uma pessoa que claramente não queria negociar com o movimento em momento algum" (Bernardo, 2014) e que a saída de Paulo Tadeu piorou a relação do movimento com o Governo.

O Ministério das Cidades também havia tido um papel importante na ocupação anterior, em Ceilândia. O movimento tinha um bom contato com a Coordenadoria de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos do Ministério, que enviou ao GDF e ao Juiz responsável pela reintegração de posse da área ocupada um ofício solicitando o adiamento da reintegração de posse para que fosse possível chegar a um acordo entre movimento e Governo. Segundo o Ministério, “famílias removidas através de liminares de reintegração de posse, usualmente, não conseguem resposta para seu problema de moradia, e diante dessa precária situação habitacional, tendem a buscar outros espaços para alojarem-se, derivando novas ocupações irregulares” (of.174/2012/GAB/SNAPU/MCIDADES), por isso solicitava tempo para que as negociações chegassem a uma solução pacífica que contemplasse também o viés habitacional para as famílias envolvidas. Essa afirmação por parte de autoridade federal teria importância tanto no nosso processo judicial quanto na negociação com o Governo e nosso objetivo inicial era conseguir um ofício similar a esse por parte do Ministério para essa nova ocupação. O contato foi feito pela Júlia, o coordenador da área pediu algumas informações sobre a ocupação e aparentemente preencheu um modelo padrão, uma vez que o ofício era muito parecido com o utilizado na ocupação anterior.

Naquele momento queríamos conseguir uma forma de fazer o Governo entrar na negociação. Como a propriedade ocupada era privada, o GDF se eximia da responsabilidade de negociar e afirmavam que apenas esperariam o prazo para cumprimento da decisão da justiça.

Bernardo marcou uma reunião com a Deputada Federal Erika Kokay, do PT do Distrito Federal. Erika era uma parlamentar com quem tínhamos contato desde quando ela ainda era Deputada Distrital. Como grupo apoiamos sua candidatura e até participamos, na medida do possível. Uma de suas assessoras havia sido, dois anos antes, da mesma gestão de DCE que Bernardo e eu, na UnB. Por ser do mesmo partido do Governador, acreditávamos que ela poderia ter melhor acesso ao processo de decisão.

O gabinete parecia pequeno para a cerca de meia dúzia de servidores que trabalhava ali. Na sala em que a deputada trabalhava, onde nos recebeu, mal cabiam as duas cadeiras nas quais nos sentamos, em frente à sua mesa. A Deputada me pareceu bem receptiva às nossas demandas e até foi pró-ativa

na apresentação de possíveis soluções para o nosso impasse. Ela se comprometeu a protocolar um requerimento de informações no Ministério do Planejamento pedindo a relação dos terrenos da União no DF, para que pudéssemos pressionar o Governo Federal a doar um terreno para o Movimento. Entrou em contato com o Deputado Distrital Chico Leite na nossa frente, e pediu que fizesse o mesmo no âmbito distrital. Disse ainda que faria uma nota pública em apoio à ocupação e pedindo que o movimento entrasse na negociação. Antes de soltar a nota sua assessora ainda nos enviou o texto para que pudéssemos propor alterações. Bernardo então propôs a inclusão de um trecho que criticava a posição do Governo do Distrito Federal em relação à ocupação, a quebra de acordos e à intransigência na negociação, o que foi aceito e publicado pela deputada (Nota de apoio ao MTST/DF, Erika Kokay, 07/02/2013).

Houve três reuniões na Secretaria Geral da Presidência da República. Essa reunião havia sido marcada através das solicitações feitas por Guilherme Boulos ao Bigode, um servidor da secretaria com quem tinha um contato bastante útil. Delas participaram Pedro, Bernardo e Laura pelo movimento, Eduardo e Henrique como assessores jurídicos do movimento e Paulo Maldos, Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral e seus assessores para assuntos urbanos. A primeira reunião foi no dia 15 de janeiro, quando o movimento ainda estava sob a pressão da liminar de reintegração de posse. Nessa reunião, de acordo com o que Henrique relatou, foi apresentada a situação da ocupação e pedida a intervenção do Governo Federal na negociação, ressaltando o risco de uma reintegração de posse violenta. O fato de a Secretaria Geral ter aceitado receber o movimento nos parecia importante, pois colocava os custos políticos de uma ação violenta contra o movimento não só nas mãos do GDF, mas também nas mãos do Governo Federal, que teria que se dedicar mais a resolver o problema. Por isso, na segunda reunião, Eduardo encaminhou a sugestão de a Secretaria convocar uma reunião convidando todas as partes envolvidas até aquele momento. Os servidores da Secretaria apontaram o risco de isso ser visto como ingerência do Governo Federal no Governo local, mas Eduardo argumentou que era responsabilidade do Governo Federal acompanhar a aplicação de sua política habitacional, o Minha Casa Minha Vida, nas unidades federativas, e o Governo do Distrito Federal não estava sendo um bom gestor do programa. Pressionada, a

Secretaria Geral adotou uma posição mais pró-ativa. Convocou uma reunião com os órgãos do GDF e começou a articular uma solução. Na semana seguinte, no dia 30 de janeiro, tínhamos altas expectativas em relação à reunião. Esperávamos uma proposição concreta do Governo para resolução do problema. No entanto, a reunião ocorreu, mas essa proposta não veio, o que frustrou todas nossas expectativas. Nossos esforços de pressionar o Governo Federal a pressionar o GDF surtiram algum efeito. Em entrevista alguns meses depois, João Carlos afirmou que a Secretaria Geral "entrava em contato direto para tentar resolver a situação". Mas a impressão de Bernardo era de que "a nossa movimentação com a Presidência da República, com a Secretaria Geral da Presidência, fez com que o GDF quisesse fazer uma espécie de queda de braço entre eles e nós, para ver se o Governo Federal iria obrigar o GDF a sentar na mesa." (Bernardo, 2014), gerando um efeito inverso na tentativa de fazer do Governo Federal um interlocutor entre movimento e GDF.

O movimento fez uma primeira reunião com a Secretaria de Governo do GDF no dia 17 de janeiro, portanto, dez dias depois da liminar, no dia em que ela foi suspensa pelo Desembargador do Tribunal de Justiça. O Governo apenas prometeu cumprir o que já havia sido acordado no final da ocupação anterior: cadastraria a entidade até o final do mês e enviaria o projeto de lei assim que a CLDF retornasse aos trabalhos depois de seu recesso. Pedro e Bernardo, no entanto, afirmaram que, dado o histórico de quebra de acordos por parte do governo, o movimento ficaria na área ocupada até que esses dois pontos do acordo fossem cumpridos. O máximo que o GDF se dispôs a fazer nesse sentido foi enviar um ofício à Juíza comunicando a disposição em negociar e solicitando uma audiência de conciliação entre as partes para negociar a desocupação da área. No entanto, segundo Eduardo relatou, a Juíza o ignorou por não ter materialidade para resolução do conflito. A desconfiança dos representantes do movimento em relação às promessas feitas pelo Governo se confirmou quando, como Júlia nos lembrou no dia 05 de fevereiro, os trabalhos legislativos da CLDF já haviam voltado e o mês de janeiro já havia acabado e nenhum ponto do ofício enviado para a Juíza havia sido cumprido.

Essa série de acontecimentos que parecem por demais repetitivos e até monótonos expressam bem a impressão que tive desse processo. Chegando

ao dia 06 de fevereiro, o dia em que a 2ª turma cível do Tribunal de Justiça retomou a reintegração de posse, a avaliação que fazíamos era de que havíamos avançado muito pouco ou quase nada na articulação política para facilitar o diálogo entre movimento e o GDF. O Governo seguia uma posição irredutível a respeito da política habitacional. Não aceitava sequer discutir um prazo para incluir o movimento na modalidade entidades do Programa Minha Casa Minha Vida, buscando ao máximo evitar parecer que estava beneficiando o movimento. Além disso, evitava dialogar sobre garantias para cumprimento dos pontos estabelecidos ainda na negociação anterior. Na quinta-feira, dia 14, passado o carnaval, a 3ª Vara Cível de Taguatinga determinou que os manifestantes tinham 48 horas para deixar o local.

Ação direta e negociação

Era quinta-feira, dia 14, e a coordenação do movimento, junto às famílias acampadas no térreo do prédio de Taguatinga tinha passado todo o feriado de carnaval, que acabara no dia anterior, na expectativa da decisão judicial que viria. O movimento realmente parecia sem alternativas. A desocupação naquele momento seria uma grande derrota para o movimento. As famílias não estavam satisfeitas com a hipótese de deixar o local após tanto tempo vivendo precariamente na ocupação, sem nenhum resultado positivo. Era essencial que a ocupação obtivesse alguma conquista para as famílias. Quando eu estava saindo do trabalho fui alertado pelo Pedro que eles travariam o pistão sul de Taguatinga naquele momento. Era por volta de 18 horas e o trânsito estava em horário de pico. Os militantes dispersaram pneus ao longo da pista principal e atearam fogo. A fumaça negra cobria o horizonte da cidade e era vista há quilômetros de distância. Pedro pedia que fosse enviado algum advogado, uma vez que a qualquer momento alguém poderia ser preso ou ferido em uma ação policial. Como seria impossível chegar à Taguatinga saindo do Plano naquele momento, contatamos a Alice, que morava na cidade e poderia chegar em pouco tempo.

Ao comentar a situação, em entrevista, Pedro afirma:

"Primeiro nós deixamos os os apoiadores que começaram a se mobilizar pra conseguir contatos pra puxar uma reunião com o Governo. O grupo não foi muito feliz nessa

questão de conseguir articular uma reunião com o governo, né? O governo não tava nem a fim de nada. Quando o Judiciário deu a favor do proprietário e os advogados disseram que não iam conseguir mais nada, era hora do MTST ir pra rua” (Pedro, 2014).

Em São Paulo, Guilherme Boulos recebia uma ligação do Gilberto Carvalho. Ele perguntava o que está acontecendo que estavam travando vias em Taguatinga?. E Guilherme respondeu "É o pessoal de Brasília, porque o GDF não recebe o pessoal pra negociar. Então eles perderam na justiça e agora é luta, é o povo na rua” (Boulos, 2014). Gilberto Carvalho então ligou para Pedro e falou que ia articular uma conversa com o GDF e o Governo Federal. Quando o movimento destravava a pista e levava as famílias de volta para o prédio, Pedro recebeu a ligação dos servidores do GDF marcando a reunião (Pedro, 2014).

Naquela tarde já havíamos iniciado uma campanha na internet pela página do B&D que pressionava o Governo do Distrito Federal a negociar com o movimento. A ideia era ligar a ação policial que poderia ocorrer na reintegração de posse à posição intransigente do Governador Agnelo. A campanha virtual mostrava fotos das crianças e famílias da ocupação com a *hashtag* #NegociaAgnelo. Um *release* de imprensa foi enviado aos jornais e especialmente a páginas da internet que tinham algum alinhamento político com o Partido dos Trabalhadores contextualizando o problema da ocupação. Com o protesto do movimento, a campanha repercutiu ainda mais.

Na manhã seguinte, bem cedo, o movimento travava a EPTG em direção ao Plano Piloto. O fogo dos pneus, utilizados novamente na manifestação, queimou de sete horas da manhã até quase oito, quando, novamente por meio de negociação o movimento concordou em terminar o ato pacificamente e os bombeiros puderam apagar as chamas e liberar a passagem dos veículos. Nas palavras de Bernardo, ao travar aquelas vias "escolhemos fazer uma ação que de fato fizesse o governo perceber que não era mero discurso, que a gente iria até as últimas consequências"(Bernardo, 2014). Ao longo de toda aquela sexta-feira as imagens do trânsito congestionado de Taguatinga até Ceilândia passaram em todos os telejornais. Jornais noticiaram que o engarrafamento chegara a 10 quilômetros de comprimento (Cerca de 100 integrantes..., R7, 15/02/13). Para Bernardo, esses atos, além de servir para abrir um canal de

negociação com o governo,

"serviram também pra ativar o ânimo do povo. Porque as pessoas mesmo já estavam sentindo falta, elas falavam 'pô, a gente já tá aqui esse tempo todo, não tá mudando, e a gente não fez muito ainda. A gente tinha conseguido angariar apoios de organizações, apoios políticos, idas ao acampamento, visitas, etc. até matérias na imprensa e tal, mas não tinha ainda ido pra luta de fato" (Bernardo, 2014).

Naquela mesma sexta-feira a coordenação do movimento se reuniu para decidir o que faria em relação à decisão da reintegração. Em entrevista Bernardo relatou algumas opções discutidas pelo movimento:

"Ou a gente fazia um ato grande no próprio Palácio do Buriti, pra nós era ruim porque naquele dia era um dia de semana, a gente desmobilizar um acampamento pra ir pra um local longe, como era o Palácio do Buriti, nos colocaria em desvantagem. A gente fazer algum outro tipo de ação, ir na casa do governador, que era ali perto, e tal, possivelmente não significaria nada"(Bernardo, 2014).

Pedro argumentou que se o movimento saísse da ocupação não tinham mais nenhuma garantia e poucos recursos para pressionar o Governo. Ficar e resistir colocava em risco as famílias, os militantes e o próprio movimento, politicamente. Mas dava um forte instrumento de pressão para "arrancar uma conquista" que o Governo não queria dar. Sair do prédio poderia levá-los a ficar vagando sem destino pelas cidades, com muito menos capacidade de pressionar e muito mais desgaste para as famílias, que àquela altura tinha seu número diminuído a cada dia. Em um plano ousado sugerido por Pedro, todas as famílias desmontariam suas barracas e as levariam para o último andar do prédio. Lá ficariam aguardando a ação policial. Nas palavras dele, em entrevista:

"Aí foi onde nós mudamos a estratégia de sair debaixo do prédio, do térreo, porque no térreo eles podiam usar cavalo, podiam usar cachorro, né? E fomos pro terceiro andar do prédio. Travamos as escadas, e começamos a ligar no Direitos Humanos. Falamos 'ó, tamo no terceiro

andar, a polícia vai vir, vai ter confronto, nós não vamos sair daqui, eles vão ter que tirar nós a força', e fomos pro enfrentamento mesmo da pressão psicológica." (Pedro, 2014)

As escadarias que levavam ao último andar não tinham corrimão. Subindo todos os seis lances de escadas, entre ferros retorcidos chegávamos ao andar empoeirado com piso de concreto sem acabamento onde as famílias ficariam. Naquele andar havia três buracos no piso, onde seriam os elevadores do shopping no projeto original, que davam direto no térreo. Minha habilidade para estimar a altura não é boa, mas um tijolo lançado de lá demorava três segundos para atingir o chão e não havia qualquer proteção ao redor daqueles vãos. A primeira coisa que pensei quando ouvi, junto a outros apoiadores, aquela ideia do Pedro, era que uma criança ou algum idoso poderia facilmente cair ali. Essa situação não só seria uma tragédia, mas também algo que traria graves repercussões políticas para o movimento, que seria acusado por irresponsabilidade e negligência na direção do processo de ocupação. Considerando que naquele local não teria para onde dispersar ou fugir de balas de borracha ou gás lacrimogêneo, o movimento seria encurralado pela polícia.

Quando Pedro nos contou o plano, estávamos presentes Samuel, eu e outros membros do B&D. Depois de apresentar o local onde planejava que as famílias ficassem, íamos descendo e nos sentamos à meia altura do último lance das escadas. De lá era possível ver a grandiosidade do prédio por dentro, através daquele imenso vão central onde, se um dia aquela construção tivesse virado de fato um shopping, seria montada a árvore de natal todos os anos. Pedro mostrava firmeza ao falar, mas não falava alto. Muito pelo contrário. Ao mesmo tempo que demonstrava firmeza, demonstrava também muita tranquilidade e até certa frieza. Eu e os outros membros do B&D escutávamos atentamente. Samuelestava de pé de frente para todos nós e repetia os perigos que estavam envolvidos naquela estratégia. Percebi que ele falava olhando para mim e para outros apoiadores que permanecíamos calados, esperando algum tipo de aprovação ou concordância. Pedro, também calado, olhava para o chão. Não havia mais argumento para utilizar. Apesar dos riscos envolvidos, era compreensível que aquela era a possibilidade mais concreta de "arrancarem" conquistas na pressão ao GDF. Em determinado momento, interrompi o Samuele falei que, como apoiadores era importante

apoiarmos a decisão que o movimento já havia tomado. Nosso papel, a partir daquela decisão, era trabalhar para evitar que problemas graves ocorressem e que o movimento conquistasse uma vitória. Esse meu posicionamento de apoio naquele momento foi lembrado duas ou três vezes pelo Pedro em conversas posteriores, como reconhecimento de confiança.

De fato, Pedro é uma pessoa que inspira confiança. De acordo com Guilherme Boulos, "o Pedro é um cara ousado, isso tem um efeito de exemplo incrível, o Pedro inspira confiança nas pessoas, que dizem 'com esse cara eu vou, ele não vai me deixar sozinho no meio da estrada'" (Boulos, 2014). Mas não era só a autoridade de Pedro que contava para que aquela decisão fosse legitimada na ocupação. Por mais que nós apoiadores tivéssemos receio em relação aos riscos de fazer aquela mudança com as famílias para um lugar tão perigoso, para Bernardo, a posição era fortemente legitimada na base de famílias da ocupação. Segundo ele

"Se a gente em algum momento encaminhasse não resistir, ou não ficar, a gente perderia a nossa base, porque todos eles se dispõem a ir pro acampamento, e ficar no acampamento, e enfim, dormir mal, não tomar banho direito, comer da comida feita coletivamente, tal, porque eles tão dispostos a ir até o final pra conquistar a casa. Então se a gente diz que não vai resistir, a gente perde o nosso respaldo como linha organizativa daquelas pessoas" (Bernardo, 2014).

A falta de respaldo entre as famílias poderia levar a consequências políticas graves para o movimento. Como afirmou Guilherme Boulos:

"quando a gente viu que o GDF quis radicalizar com o movimento, que ia ter um despejo, e que se a gente saísse pacificamente a gente se desmoralizaria, chegamos a essa avaliação. Se sai ali com uma mão na frente e outra atrás, nós não temos mais cacife político pra fazer ocupação no DF. Nós vamos ficar descredibilizados com o povo." (Boulos, 2014)

A ideia era resistir, não apenas esperar a ação policial. Portanto, foi armada a resistência. Os militantes do movimento levaram para o último andar todos os tijolos que foram encontrados no prédio e colocados em volta do vão

que dava para a escada que levava ao local onde ficariam as famílias. Também foram feitas bombas de coquetel molotov, enchendo garrafas de vidro com gasolina.

Na articulação jurídica, política e de comunicação, por outro lado, fazíamos contato com todas as autoridades possíveis para alertar para o perigo da iminente ação policial no local. Entramos em contato com parlamentares, com a Defensoria Pública do Distrito Federal e com a ouvidoria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que se dispuseram a ir para o local assim que fosse preparada a ação de reintegração de posse para evitar que fossem cometidas violações de direitos humanos.

O fim de semana se encerrou com um clima pesado para todas e todos nós que estávamos envolvidos na ocupação. A pedido do movimento, Júlia, da AJUP, havia entrado em contato com João Carlos, da Secretaria de Governo e ele havia dito que a reintegração de posse não ocorreria enquanto o Governo não sentasse para conversar com o Movimento. Ao comentar a possibilidade de negociação, ele afirmou que não teria discussão a respeito de nenhum ponto além dos que já haviam sido discutidos na reunião de janeiro. Esse acordo Pedro e Bernardo já haviam expressado na reunião anterior que não aceitariam.

Amanheceu o dia de segunda-feira. Na ocupação tudo parecia tranquilo demais. Havia uma viatura da polícia na rua lateral e outra no pistão sul. Ao longo da manhã a expectativa foi aumentando. Mesmo se não houvesse a reintegração a qualquer momento, a própria reunião com o GDF era motivo para aumentar a ansiedade. Os militantes sabiam que a reunião não seria fácil, uma vez que o Governo não estava disposto a ceder. Por volta de onze horas um militante do movimento se assomou à beira do prédio, onde uma mureta de cerca de um metro fazia proteção. Acendeu o pedaço de pano que estava amarrado no bico da garrafa de vidro e atirou um coquetel molotov no asfalto que tinha em frente ao prédio. O barulho de vidro ecoou, a gasolina se espalhou pelo chão e uma grande bola de fogo subiu, com chamas alaranjadas. A fumaça escura permaneceu subindo ainda por alguns minutos. Do outro lado do asfalto estava uma equipe de um telejornal local. Logo em seguida foi atirado outro. O momento de fazer aquela ação foi estrategicamente calculado justamente para que virasse notícia nos jornais do horário do almoço. A intenção do movimento era divulgar ao máximo o

prognóstico de que a reintegração seria violenta, dada a disposição do movimento de resistir. Deixar essa informação evidente colocava, na visão do movimento, a responsabilidade pela decisão de enviar a polícia militar para cumprir a reintegração — e assumir todas as consequências que pudesse ter — no governador. Quanto mais cores vivas tivesse esse possível cenário trágico, melhor seria para a estratégia do movimento, pois aumentava os custos do Governo em realizar a ação que acabaria com as possibilidades de conquistas do movimento. Ao mesmo tempo que eu também ficava assustado e apreensivo em relação a esses acontecimentos, eu percebia que o objetivo do movimento era fazer com que os custos políticos do Governo ceder para o movimento fossem menores do que os custos políticos de ordenar a reintegração de posse. Se mantivesse a situação, sem demonstrações de resistência, a reintegração de posse e derrota do movimento era certa.

Em determinado momento do dia, depois das notícias sobre o molotov, os contatos que tínhamos no GDF pararam de atender as ligações que Erika e Pedro faziam, o que aumentou o nível de tensão. Mas esse clima durou pouco. Ainda naquela tarde o Secretário de Governo entrou em contato com Pedro e disse que iria convocar uma reunião até o dia seguinte e que até lá não ocorreria a reintegração. Um contato da Secretaria Geral informou à Júlia que haviam passado o dia todo em reuniões e contatos com o GDF e que a pressão sobre eles estava forte.

Na manhã seguinte, no dia 19, as conversas entre Governo Federal e Governo Distrital continuavam. Pedro ligou para Júlia e disse que tinha acabado de chegar a notícia na ocupação de que existia um enorme efetivo policial se concentrando perto da ocupação, em um local chamado Taguá Park. Segundo ele estavam juntando lá cavalaria, viaturas, veículos da Sedest, tratores e etc. Isso acabou por instaurar um clima mais tenso na ocupação. Depois, novamente, Pedro soube que aquela operação que estava sendo organizada não era para a ocupação do prédio, e sim para outra.

O Secretário de Governo entrou em contato com Júlia dizendo que uma equipe da Sedest iria para a ocupação naquela tarde fazer a contagem das famílias e verificar quantas tinham registro nos programas sociais do Governo. Essa iniciativa repentina do Governo deixou o movimento muito desconfiado. Apesar das sinalizações de abertura para o diálogo, o movimento não tinha total confiança de que haveria negociação com o Governo. Muito pelo

contrário. Nas conversas que tinha na ocupação e com outros apoiadores, percebi que boa parte dos militantes do movimento não acreditava que o Governo aceitaria as demandas do movimento, nem cederia o suficiente para chegar a um acordo mediado. Se era possível acreditar que o Governo não ordenaria a reintegração até que fizesse uma reunião, a chance de reunir e não chegar a um acordo ainda era considerada alta pelos militantes. O cenário montado para a resistência a uma reintegração de posse ainda era considerado muito válido pela coordenação do movimento. A presença de servidores da Sedest poderia ser uma forma do Governo ter acesso ao prédio, conhecer as instalações onde se encontrava o movimento, quais os verdadeiros riscos de uma operação policial, qual o potencial de resistência do movimento. Essas informações poderiam atrapalhar a estratégia do movimento e ele negaram a entrada da Sedest no local. Essa decisão gerou uma reação do GDF através de uma nota pública. A nota informava que o Governo havia enviado servidores da Sedest com o objetivo de verificar quais delas têm acesso aos programas sociais hoje disponíveis, mas que o movimento não permitiu "o acesso do poder público ao local". A nota completava

"Apesar de mais este impasse, o GDF reafirma seu compromisso com o diálogo permanente com os movimentos sociais e convida os representantes do MTST para uma nova rodada de negociação, na tarde desta quarta (20/02/2013), em horário e local a serem confirmados. O objetivo é explicar as medidas tomadas em benefício das famílias e incentivá-las a cumprir, espontaneamente, a decisão que determina a desocupação da área privada, evitando o desgaste de uma retirada com uso da força policial, conforme já solicitado pela Justiça. Além disso, o Governo do Distrito Federal vai, pela terceira vez, abrir a oportunidade para que o MTST possa se cadastrar no Programa Morar Bem Entidades, possibilitando que o Movimento venha a atuar de forma regular, pleiteando moradia para as famílias que representa dentro da legalidade."

O tom da nota foi considerado por Bernardo, Júlia, Pedro, entre outros

militantes e apoiadores, como uma afronta ao movimento. Um dos questionamentos feitos por Júlia era de que o governo afirmava que se colocava em permanente diálogo com os movimentos sociais, mas apenas naquele momento, 45 dias depois da ocupação e às vésperas de uma possível ação policial, se dispunha a visitar o lugar. A nota de resposta do MTST foi escrita por mim, por Matheus e por dois advogados da AJUP. Apresentada a Bernardo e aprovada, foi publicada da seguinte forma:

Com o objetivo de esclarecer alguns fatos que envolvem a ocupação Novo Pinheirinho em Taguatinga, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto vem a público informar que:

1) Apesar de em nota o Governo do Distrito Federal afirmar seu compromisso com o diálogo permanente junto aos movimentos sociais, no decorrer de 47 dias de ocupação o GDF se dispôs a fazer apenas uma reunião com o Movimento, na qual não ofereceu nenhuma proposta além da mesma promessa que não foi cumprida desde a ocupação realizada pelo movimento no ano passado, em Ceilândia.

2) Sob ameaça real de despejo violento pela polícia e com o objetivo de articular um desfecho pacífico para o conflito, o MTST iniciou uma campanha pública solicitando a participação do Governo do Distrito Federal nas negociações, nas quais fossem garantidas conquistas reais para as famílias acampadas no prédio abandonado. Somente após a pressão de apoiadores, artistas e autoridades sensíveis à causa das famílias Sem Teto, o GDF aceitou sentar à mesa de negociação com o Movimento.

3) Em sua nota, o Governo do Distrito Federal dá a entender que o MTST não teria aproveitado as oportunidades abertas para que nossa entidade fosse cadastrada no Programa Habitacional do Governo, mas omite o fato de que, segundo explicação do próprio Governo, os documentos do Movimento teriam sido perdidos por seus servidores no trâmite do processo, o

que, de fato, impossibilitou que em mais de um ano de tentativas a entidade fosse cadastrada.

4) Ao longo desses 47 dias de ocupação, o MTST convidou e esteve aberto para receber os agentes das diversas secretarias do Governo do Distrito Federal para encontrar soluções para o problema de falta de moradia das famílias. Apesar da abertura, o Governo não visitou o local. Agora, sem ter feito qualquer proposta concreta para o Movimento e às vésperas de uma operação policial programada para despejar as mais de 400 famílias acampadas, o Governo exige entrar no local. Por entendermos que a visita não terá nenhum efeito prático sem que hajam sido apresentadas propostas concretas para a resolução do problema, nos comprometemos a receber os agentes do Governo assim que as negociações forem reabertas e as demandas atendidas. Por fim, o MTST reitera sua total disposição em encontrar solução pacífica e efetiva para as famílias. A solução, no entanto, depende do Governo. Nossa luta é pelo direito à moradia. Resistiremos se preciso for.

Era nesse clima pouco amigável que a reunião aconteceria no dia seguinte.

Não participei dessa reunião, mas entrevistei Pedro, Bernardo e João Carlos e utilizei relatos que a Júlia enviou por email e mensagens de celular para analisar como a reunião transcorreu. Às duas da tarde do dia 20 de fevereiro, Júlia, Pedro, Bernardo e Eduardo haviam estacionado o carro e entravam na porta principal do Palácio do Buriti. Subiram a escada que havia logo atrás do detector de metais e entraram no grande salão onde eventualmente ocorriam os eventos públicos no palácio. De um lado da sala havia um palco de cerca de 30 centímetros de altura e ao centro uma grande mesa de madeira. Como é comum na arquitetura brasiliense, a sala tinha a parte da frente coberta por janelas de vidro que permitiam ver o eixo monumental e a praça que havia em frente ao palácio, dando a sensação que a sala, enorme, se abria para o espaço exterior. Eles tiveram que esperar

quase uma hora para que a reunião começasse. Quando o Secretário de Governo chegou, cumprimentou cada um dos militantes, no que foi seguido por seus auxiliares. Logo que o Secretário-adjunto de Habitação chegou, Pedro faz piada com ele, que já conhecia de outras negociações, dizendo que era filhote do antecessor. O Secretário, por sua vez, fez piada com o fato de Bernardo morar em região nobre da cidade e ser filho de um funcionário de alto escalão do próprio GDF. João Carlos estava sentado nomeio da mesa, entre o Secretário-adjunto de Habitação e Pedro, Bernardo e Júlia ao lado de Pedro, o Secretário de Governo na cabeceira e os servidores do Governo Federal do outro lado. Nesse ambiente a reunião começou.

Foram apresentadas as propostas já conhecidas, cadastro do movimento no programa e envio do projeto de lei à CLDF. No entanto, o movimento exigia que o Governo estabelecesse um prazo para que a Lei fosse aprovada e sancionada para que as famílias pudessem passar a receber o auxílio aluguel. Era preciso dar uma resposta urgente para as famílias que haviam passado já quase dois meses ocupando o prédio em condições precárias. O Governo do Distrito Federal estava irredutível, argumentando que não teria como estabelecer prazo, pois dependia da CLDF para aprovação da Lei e não poderia se comprometer pelos Deputados. Pedro gritava, Bernardo batia na mesa. Todos os pontos da relação entre movimento e Governo ao longo desse período, cada acusação ou insinuação feita através de notas públicas, foi levantada naquela mesa. De acordo com o que João Carlos relatou, Pedro falava “ah, você quer que eu leve o pessoal lá pra sua casa?” e alguém respondia, “então leva pra casa do Bernardo, ele mora do meu lado ali”. De tempos em tempos Pedro saía da sala para falar ao telefone. Ligava para o Boulos e discutia com ele estratégias para pressionar. Decidiu ligar para o próprio Ministro Gilberto Carvalho para reclamar que a Secretaria Geral estava defendendo o posicionamento do GDF na reunião. Na ligação ele disse que, se o Governo Federal não tomasse nenhuma atitude, a responsabilidade sobre um massacre cairia todo no PT. Não só no Governo de Agnelo Queiroz, mas também no Governo Dilma. Ligações eram feitas de tempos em tempos e os assessores e Secretários saíam da mesa a todo momento. Recados eram escritos e passados entre si.

Em determinado momento, eu, que não estava na reunião, recebo a seguinte mensagem do Pedro: "Nao vai sair nada aqui, na reuniao. nos vamos

travar o pistão sul hoje. Depois da reunião, espera aí que eu aviso a hora". Pedro havia organizado um protesto que travaria as duas avenidas próximas à ocupação, o Pistão Sul e a EPTG⁵. E ligou para o Guilherme Boulos, dizendo "Olha, Guilherme, falei com o Gilberto Carvalho, ele falou que vai resolver. Mas se não resolver nós vamos travar. É bom você ficar alerta pra divulgar isso, ou até você vir aqui, porque a partir do momento que eu falar pode travar o Pistão... o GDF não ia deixar eu sair de dentro da sala" (Pedro, 2014). Nesse momento, já estava no meu carro em direção à ocupação, quando recebo outra mensagem dizendo: "Acordo fechado: entidade cadastrada + três meses de auxílio + encaminhamento da lei pra CLDF + garantia de que o movimento fica no prédio até o encaminhamento + albergue caso a lei não seja aprovada após esses três meses". O movimento podia fazer o que precisava desde o início dessa fase mais tensa da ocupação: declarar vitória.

Pouco tempo depois, em uma decisão interlocutória, a Juíza escrevia nos autos do processo, justificando o atraso no cumprimento da reintegração de posse, que possibilitou que o movimento tivesse tempo para negociação com o Governo:

"A Secretaria deste Juízo, por orientação desta magistrada, adotou todas as providências necessárias com vistas à requisição de reforço judicial. Por se tratar de uma desocupação de imóvel de grande área, envolvendo mais de 300 famílias, evidente que o mandado não seria cumprido com a mesma celeridade que os que envolvem diligências semelhantes em imóveis pequenos e com poucos ocupantes, sendo imprescindível conceder tempo para que a Polícia Militar pudesse adotar a melhor estratégia no cumprimento da ordem judicial, de modo a minorar risco de dano à integridade física dos ocupantes, dentre eles mulheres e crianças.

Registro, portanto, que enquanto o mandado esteve com os Oficiais de Justiça, esta magistrada orientou que seguissem a estratégia definida pela Polícia Militar, até porque se tratava de uma ordem judicial que só poderia

⁵ Como Pedro relatou em entrevista: "Quando eu saí do acampamento, eu deixei montado no acampamento já uma luta. Se a reunião não desse certo, nós ia travar a EPTG e o Pistão, né? Com poucas (pessoas), mas nós ia colocar fogo nas duas." (Pedro, 2014).

ser cumprida com esse auxílio.

Nesse período, chegou ao conhecimento desta magistrada, conforme certificado à fl. 344, que o Governo do Distrito Federal colocou a questão na agenda do dia e começou a realizar seguidas reuniões com representantes do movimento para tentar negociar uma saída pacífica. Ao mesmo tempo, esta magistrada era informada pelo Comandante da Polícia Militar responsável pela operação que a via pacífica seria a melhor, porque havia informações acerca de possível porte de armas de fogo por integrantes do movimento, e a disposição de resistir foi manifestada pelos integrantes do movimento com o uso de bloqueio da via pública e remessa de coquetel molotov, como certificado à fl. 344.”

Nessa decisão a juíza demonstra a importância que a resistência demonstrada pelo movimento teve para evitar a reintegração de posse e conseguir tempo para negociar com o Governo.

Depois da vitória do movimento, era tempo de esperar o prazo solicitado pelo Governo para cadastrar a entidade, pagar benefícios e enviar o projeto de lei. No dia 02 de março, 57 dias após a entrada no edifício e muitos meses após o início do planejamento daquela ação, o movimento deixava o prédio. Alugaram uma caminhonete para levar fogão, geladeira, colchões, fizeram uma enorme fogueira com lonas, colchonetes e outras coisas que não seriam levadas. Era um momento de alegria e exaustão.

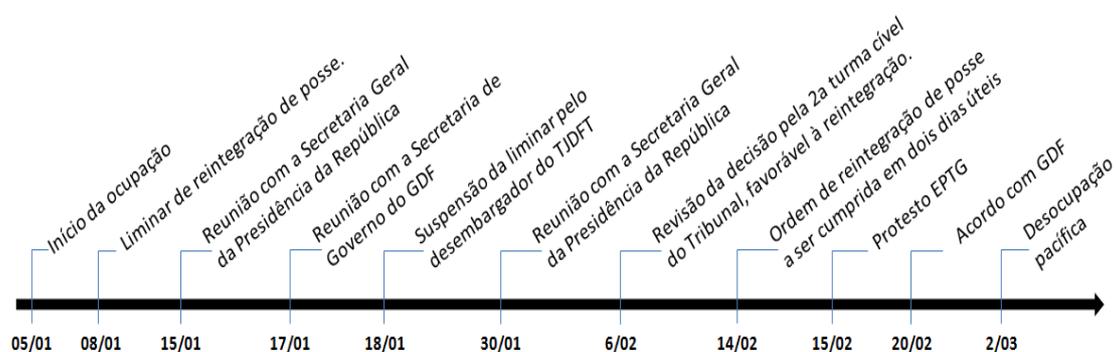


Figura 3. Linha do tempo dos principais eventos descritos neste capítulo

Ao longo de quase toda a ocupação de Taguatinga, o movimento "deixou na mão dos apoiadores" - como afirmou Pedro, a relação com o Estado. Os militantes do movimento se focaram em organizar a estrutura e resolver os conflitos da ocupação. A coordenação do movimento conferia ao grupo de apoiadores autonomia e confiança para, dialogando com o movimento, estabelecer estratégias para conseguir uma reunião com o Governo. Parecia haver nessa relação do movimento com os apoiadores uma confiança de que jovens de classe média teriam mais facilidade para dialogar com as instituições e atores políticos institucionais. Os contatos para articulação política eram feitos especialmente pelos apoiadores e por Bernardo e se limitavam reuniões e ligações por telefone para apresentar a situação e pedir uma intervenção a deputados federais e distritais e assessores dos Governos Federal e Distrital. O trabalho de advocacia teve um importante papel para ganhar tempo e atrasar a reintegração de posse, mas também não foi capaz de garantir uma vitória e evitar a reintegração. No momento em que a juíza deu o prazo para a reintegração de posse, o movimento percebeu que a confiança no poder simbólico de apoiadores não resolveria o problema de falta de espaço na agenda do Governo. Era preciso mais poder. O movimento, então, "foi pra rua" e intensificou suas estratégias de "criação de poder popular", através de ações transgressivas, desafiando o poder institucional. A ação transgressiva, nesse caso a interrupção de vias importantes da cidade, são fruto do "espaço vivido". Nesse caso notamos que o espaço vivido, ao diferentes formas de apropriação do espaço, como afirmou Lefebvre (1991), também gera poder ao desafiar a ordem estabelecida. No entanto, esse desafio em nenhum momento significou a recusa em dialogar com o Estado e suas instituições. Pelo contrário, a ação transgressiva de ocupar o prédio em Taguatinga tinha como objetivo justamente reativar o diálogo sobre as demandas do movimento com o GDF. O movimento busca, então, influenciar o Estado através do poder criado por suas próprias ações, não por um poder concedido pelo Estado, como o voto ou a participação em um fórum participativo de decisão de políticas públicas. A estratégia utilizada pelo MTST depende da negociação com o Estado da mesma forma que a negociação efetiva com o Estado depende da ação coletiva transgressiva, na concepção do movimento.

Capítulo 5 - Protesto da copa confederações. Um relato pessoal.

Quando participei da primeira reunião do Comitê Popular da Copa ele já existia em Brasília havia mais de um ano. Seguindo um padrão que começou a surgir em todas as cidades sede, que receberiam jogos da copa do mundo de 2014 no Brasil, militantes de Brasília, especialmente de movimentos sociais urbanos, começaram a se reunir para acompanhar o processo de realização da copa na capital do país. A Júlia, militante do grupo Brasil e Desenvolvimento, já participava do Comitê desde que morava em Natal, antes de se mudar para Brasília. Na capital do país, continuou acompanhando e encaminhando relatos para o nosso grupo de como era a organização na cidade. Recebia periodicamente notícias sobre resistências feitas por moradores pobres às remoções que estavam sendo realizadas para grandes obras de infra-estrutura planejadas para a copa. Ampliação de vias, construção de metrô, faixas exclusivas para ônibus, várias obras públicas que tinham grande efeito sobre a vida da população nas cidades. Da mesma forma, eu acompanhava notícias sobre a criação de leis que beneficiavam à FIFA na realização do evento no país. Algumas regras chamavam atenção, como a proibição de venda de produtos que não fossem dos patrocinadores em um perímetro dos eventos oficiais, a proibição de manifestações em uma determinada área de segurança, inserções fiscais, entre outras. Mas como grupo não priorizamos a participação no comitê e eu, pessoalmente, não acreditava que essa campanha teria peso político importante.

Em Brasília, diferentemente de outras cidades-sede da copa, não havia casos de remoções de comunidades para realização de obras de infraestrutura. Nas outras cidades-cede pareciam ser essas comunidades que mais davam volume às mobilizações, como Belo Horizonte, Fortaleza, Natal e Rio de Janeiro. Sabia que tinha problemas graves que deveriam ser expostos, como o financiamento do Estádio ter sido feito exclusivamente pela Terracap, através da privatização de terrenos públicos que poderiam ser destinados para construção de habitações populares. Mas em Brasília o comitê era basicamente composto por estudantes, militantes de partidos políticos de esquerda que faziam de oposição ao Governo, militantes de movimentos pela mobilidade urbana. Não havia uma base numerosa para realizar protestos de

rua que chamassem atenção para esses problemas.

Além disso, depois da intensidade da ocupação do MTST de Taguatinga, tanto o MTST quanto o B&D diminuimos nosso ritmo e focamos em questões internas. O B&D decidiu se filiar ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e iniciamos um curso de formação política sobre concepção de organização que nos tomava bastante tempo. Eu pedi exoneração do cargo que tinha como assessor da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República para me dedicar exclusivamente à pesquisa e escrita da dissertação do mestrado, uma vez que não era possível conciliar a carga horária das duas atividades. O MTST também focava em questões internas e administrativas da sua entidade que, agora cadastrada pelo GDF, começava a funcionar regularmente também no Distrito Federal. Desde a ocupação de Taguatinga até junho eu havia participado de duas assembleias do movimento, quando fui levar informações sobre a tramitação da lei na Câmara Legislativa do DF. Uma conquista obtida na ocupação de Taguatinga que dependia da aprovação dos parlamentares e que eu acompanhava em contato com a assessoria do Dep. Chico Leite (PT). Participei também de um protesto do movimento, que ocorreu no prédio do Touring, onde atualmente funciona a Sedest, órgão do Governo responsável pela destinação do auxílio aluguel e que havia deixado de enviar os benefícios quando completou três meses da ocupação. O acordo com o Governo para a desocupação do prédio de Taguatinga garantia que neste momento as famílias já receberiam o aumento garantido pela nova Lei, mas como o Projeto ainda não havia sido aprovado, foi preciso pressionar para conseguir o auxílio pelo quarto mês seguido. Após o movimento ser recebido pelo Secretário, ele garantiu que o auxílio seria entregue às famílias no dia 14 de junho. Elas deveriam voltar à Sedest para receber.

O MTST fazia parte, nacionalmente, da campanha nacional de movimentos sociais que ficou conhecida pelo “Copa pra quem?”, organizada pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. Em Brasília, Samuel, apoiador de longa data do movimento, foi responsável por articular a participação do MTST no Comitê Popular da Copa em Brasília. A primeira manifestação que eles participaram junto com o Comitê Popular da Copa foi em um sábado, 18 de maio de 2013, no dia da inauguração do Estádio Mané Garrincha, e reuniu cerca de 150 pessoas.

A primeira reunião de que participei no Comitê Popular da Copa foi duas

semanas antes da abertura da copa das confederações, que seria realizada em Brasília. Havia quatro participantes e dois deles discutiam sobre alguma atividade que um tinha se comprometido a fazer e não havia feito. O movimento administrava os recursos de um edital do Fundo Brasil de Direitos Humanos no que haviam sido selecionados para elaborar atividades em escolas secundárias para tratar dos impactos sociais da copa do mundo. Essa atividade parecia tomar bastante tempo daqueles poucos militantes. Da reunião, participava um militante do MTST representando o movimento. Ele repassaria as informações para o movimento. Nessa reunião, passadas as questões administrativas, foram apresentadas duas propostas de manifestações. Uma das preocupações que o Comitê tinha em relação aos protestos, era o reforço na segurança, que poderia impedir sua realização no dia da abertura da copa. Por isso, a ideia era fazer um ato no dia anterior sem divulgação pública, para surpreender os órgãos de segurança, em frente ao Estádio Mané Garrincha e divulgar a pauta de reivindicações para pautar a mídia. Outro protesto seria convocado publicamente para o dia da abertura, mas sem nenhuma certeza de que ele aconteceria de fato. A pauta de reivindicações já estava pronta e envolviam uma grande diversidade de temas, desde proteção contra exploração de crianças e adolescentes até o compromisso de não privatizar o estádio, passando por construção de passarelas para pedestres em pontos específicos da cidade. No momento não dei importância para esse documento, que refletia a diversidade de participantes e a falta de foco da estratégia do Comitê, mas que eu acreditava que seria boa para ser divulgada para a imprensa. Das reuniões que participei, nenhuma teve discussão sobre os pontos da pauta de reivindicações.

Para o protesto do dia anterior à copa, como não seria convocado publicamente, a mobilização dependeria quase que exclusivamente do MTST. Como o movimento tinha ampla experiência de organização de ocupações, conseguia mobilizar um grande número de pessoas de forma discreta. Eu e o Matheus, do B&D, ficamos encarregados de articular com a AJUP e com a Organização de Comunicação Universitária Popular (OCUP), assessorias jurídica e de comunicação, para fazer a defesa dos manifestantes e filmar, fotografar para divulgar depois o protesto. Caberia também à OCUP responder às entrevistas dos repórteres, para que o MTST cuidasse da mobilização da sua base. Outro grupo de militantes ficou responsável por organizar, junto ao

MTST, o transporte das famílias do movimento até o local.

Assim, na manhã de sexta-feira, dia 14 de junho, acordei cedo e fui em direção ao ponto de encontro que havíamos combinado, em frente à Torre de TV, na conhecida feirinha da torre. Eu estava um pouco atrasado, mas encontrei lá alguns dos membros do Comitê Popular da Copa, embora naquele momento ainda não houvesse ninguém do MTST. Matheus, que morava comigo, também já havia chegado e estava lá para cobrir o protesto e dar entrevistas para jornalistas. Passando pela feira, pude perceber a estrutura da polícia militar que havia sido montada ao lado da torre. Lá aparentemente é onde ficaria o Batalhão de polícia montada, mas não parecia ter muita movimentação no local. Estávamos conversando sobre como deveria ser o protesto do dia seguinte quando percebemos que havia fumaça saindo de trás das árvores, na avenida em frente ao estádio. Alguém veio gritando de lá dizendo que o movimento já estava lá. Fomos correndo. Os pneus, estendidos linearmente, de fora a fora as seis faixas da pista, já ardiavam em chamas. Encontro os militantes do movimento, que gritavam “Criar, criar, poder popular”, repetidamente. Há um clima de animação, como de costume em protestos de rua. Alguns militantes do MTST parecem ter sido designados para a tarefa de entreter as famílias. Outros seguravam faixas e bandeiras do movimento. A manifestação era praticamente completamente composta pelo MTST, o que confundia os jornalistas que começavam a chegar. O ato era organizado pelo Comitê Popular da Copa e o MTST participava, mas o fato de quase a totalidade da manifestação ser militantes do movimento fazia parecer um ato do MTST com a participação dos outros movimentos do comitê.

A polícia chegou e a Alice, nossa advogada da AJUP, foi conversar com eles. Disse que aquele era um ato pacífico e que se o Governo recebesse o movimento juntamente ao Presidente da Terracap o movimento desocupava a pista pacificamente. O Batalhão de Choque fazia sua formação à frente da manifestação. Um grande caminhão do corpo de bombeiros chegou e se iniciou um momento de tensão, uma vez que os manifestantes queriam impedir que os Bombeiros apagassem o fogo dos pneus e o Bombeiros ameaçavam fazê-lo à força. Militantes sentaram em frente à viatura para que ela não avançasse. Eu tentava mediar a discussão entre militantes e a Comandante do Corpo de Bombeiros. De longe era possível avistar um homem engravatado descendo a avenida pelo asfalto em direção ao movimento. Era João Carlos,

assessor da Secretaria de Governo que vinha dizer que o movimento seria recebido pelo Secretário. Diante da demanda de se reunir com o Presidente da Terracap, disse que não seria possível, pois para isso era necessário marcar com mais antecedência. Como o movimento não teria condições de sustentar a mobilização por muito mais tempo, muito menos enfrentar uma ação policial, aceitou sentar com o Governo para apresentar suas demandas. João pediu a pauta de reivindicações e a levou até o Secretário.

Quando chegamos em frente ao Palácio do Buriti já havia outra manifestação de trabalhadores da área de saúde pública, que estava dentro da praça, perto de um carro de som. Os assessores da Secretaria perguntaram quem iria à reunião, Pedro apontou para Zezé, representante do assentamento do MTST em Planaltina, Matheus, Alice, Samuele e eu, indicando que nós seríamos os representantes do movimento. Atravessamos o eixo monumental e entramos no palácio, que nesse momento já estava cercado por um cordão de isolamento policial. Entrando na mesma sala de reuniões onde ocorreu a reunião em que foi selado o acordo do MTST para desocupação do prédio de Taguatinga, Pedro parecia confortável no ambiente, como quem entra em um lugar conhecido. Os assessores pediram para esperar enquanto o Secretário analisaria e reuniria informações sobre a pauta de reivindicações.

A estratégia que combinamos rapidamente Pedro, Samuel, Matheus e eu, era apresentar a pauta de reivindicações ampla, colocar três ou quatro demandas como prioritárias e chegar a um acordo sobre duas delas. Queríamos que o acordo fosse sobre a aprovação da lei que ainda tramitava na CLDF e a ligação de energia elétrica no assentamento do movimento em Planaltina. No entanto, quando o Secretário chegou e nos perguntou quais seriam as pautas, começamos falando justamente dessas e ele se recusou a discutí-las, pois não estavam incluídas na pauta de reivindicações do ato. Como o MTST também não havia sugerido a inclusão desses pontos específicos na pauta, o Governo não queria colocá-las em negociação. Essa posição gerou um grande impasse, pois tudo o que o MTST queria e os únicos pontos específicos que consideravam como conquistas possíveis de se obter na negociação eram aqueles. Com esse posicionamento do Secretário, Pedro se retirou da sala sem falar nada com ninguém. Ficamos na reunião falando sobre os outros pontos, no entanto sabíamos que naquela reunião, depois de um ato com 500 pessoas, não conseguiríamos a garantia de construção de 150

mil casas populares em dois anos — número referente ao valor da construção do Estádio revertido em unidades habitacionais. Para isso era preciso maior correlação de forças e até mesmo melhor conhecimento técnico para fazer o debate de forma qualificada. Pedro me liga e fala que estão pensando em fechar novamente a avenida. Fico aguardando algum posicionamento dele a respeito disso que não veio. De qualquer forma, pedi que Alice fosse até eles para acompanhar o protesto, caso ocorresse.

Nesse momento o Secretário já estava falando sobre os procedimentos de segurança do dia seguinte, abertura da copa. Disse que eles estariam a disposição caso quisessem ser recebidos a qualquer momento pelos órgãos do Governo e que, "o que pudesse ser feito", fariam para atender às demandas. Mas que o protesto seria garantido desde que fosse avisado com antecedência, "como manda a constituição" - ressaltou, e que garantisse o direito de ir e vir das pessoas que não participariam dos protestos. O tom das respostas que Samuel, Matheus e eu demos era que o Movimento preservaria sua autonomia, estabelecendo sua estratégia e seus objetivos de forma independente do Governo, justamente porque eram elas que mudavam "o que pode ser feito" pelo Governo. Como havia aprendido nas atividades de apoio ao MTST, são as manifestações que ampliam o campo de possibilidades que o poder público concede aos movimentos sociais. Por isso, não abriríamos mão da rua como espaço político fundamental.

Como não havia mais o que negociar, demos por encerrada a reunião, fomos encontrar o movimento, que estava na praça, do outro lado da avenida. Pedro chama as famílias para um canto da praça, faz um discurso inflamado contra o GDF, que não quis discutir suas demandas. Depois, os manifestantes pegaram o ônibus e foram até a Sedest, onde cada família recolheria seu benefício que havia sido acordado em reunião com o Secretário no dia 6 daquele mês. Matheus foi para o trabalho e eu fui para casa, onde planejava escrever meu projeto de dissertação para qualificação. Havia me comprometido com minha orientadora de entregá-lo na segunda-feira seguinte e ainda tinha avançado muito pouco. Contava com trabalhar o fim de semana todo para cumprir o prazo⁶.

⁶ Ao comentar a manifestação da copa, Guilherme Boulos afirmou em entrevista "Cara, eu acho que foi um ato extremamente vitorioso, puta ousado. Nós estávamos fazendo no mesmo período um ato na Avenida Paulista que também teve uma ousadia importante, porque um dia antes foi o dia da grande repressão que depois gerou a massificação dos protestos em São

Cheguei em casa e comecei a escrever. De vez em quando lia algumas notícias que saíam sobre os protestos, que havia acontecido em Brasília e também em São Paulo. Também lia notícias e repercussões da violência policial que ocorreu no protesto do MPL, no dia anterior, em São Paulo. Recebi mensagens de colegas do meu antigo trabalho fazendo piada com uma foto que saiu em um jornal, em que eu aparecia de camisa social e óculos escuros, vestido de forma bem diferente dos outros manifestantes do protesto. Diziam que fui vestido de playboy pra manifestação do MTST. Uma amiga ainda reclamou que tinha visto a fumaça dos pneus queimados do outro lado da cidade e que, apesar de ter achado muito legal o objetivo do protesto, ficava triste com tanta poluição gerada pela queima. Outros amigos reclamaram do engarrafamento que o protesto tinha feito.

O dia seguiu tranquilo até que, por volta de 18 horas, Duda, militante do MTST entrou em contato para dizer que o motorista que havia transportado os pneus tinha sido preso pela polícia. O movimento pedia que entrássemos em contato com algum advogado para acompanhar o caso. Falei com Alice e ela se dispôs a ir. Eu, preocupado com minha dissertação, arrumei minhas coisas para ir até a biblioteca tentar concentrar para escrever. Quando saía de carro, recebi uma mensagem pelo grupo do B&D no celular, dando informações sobre uma coletiva de imprensa do Secretário de Segurança Pública, Sandro Avelar, sobre a manifestação. Um irmão de um amigo, membro do B&D, trabalhava em um jornal e acompanhava a coletiva de imprensa. De repente, uma mensagem dizia:

“Tão dizendo que a manifestação foi paga”,

“Tão atrás do Gabriel”.

O relógio marcava 20:57. Nesse momento meu coração parou, ou começou a bater muito aceleradamente, impossível diferenciar. Senti como se puxasse todo o ar que pudesse para os pulmões, prendendo a respiração, como fazemos antes de mergulhar. A diferença é que sentiria essa respiração presa nos pulmões por pelo menos uma semana. A pressão sanguínea fazia parecer que a cabeça inchava. Meus músculos se contraíram. Comecei a tremer.

Paulo, e que o foco dessa repressão era não deixar a manifestação chegar na Avenida Paulista. E nós tínhamos no dia seguinte um ato marcado na Avenida Paulista, e nós fizemos e fechamos a Avenida Paulista. Sei lá, uma mil pessoas, bem menos do que tinha nos dias anteriores lá dos atos do passe livre. Então fizemos aquele ato, no mesmo dia a turma fez aqui, correu muito legal." (Boulos, 2014).

"Advogados do grupo pra proteger o gabriel. Dizem q foi demitido da presidência e que por isso pagou a manifestação", nosso informante continuava.

Nesse momento era difícil decidir o que fazer. Dei meia volta com o carro e fui em direção à minha casa. No caminho para casa, quando passava pela ponte JK, recebo uma ligação do Guilherme Boulos⁷, da coordenação nacional. Ele ligava de São Paulo dizendo que haviam prendido duas militantes, sendo que... A ligação falhava muito. Parecia que o sinal estava ruim, o som da voz alternava entre um som distante e mudo. Era impossível ouvir até que finalmente caiu. Quando ele liga de novo continuou o que tava falando, que uma delas estava com o filho pequeno na delegacia, que havia sido levado junto com elas pela polícia. Falei que tinha acabado de ficar sabendo que estava... A ligação caiu de novo. A essa altura já imaginava que meu telefone estava grampeado e essa poderia ser a causa da péssima qualidade da ligação. Ele liga de novo e eu falo que tinha acabado de ficar sabendo que a polícia estava atrás de mim. Por isso ele deveria entrar em contato com o Matheus, que poderia passar o contato das advogadas que estavam cuidando do caso.

Chegando em casa, escrevo para o grupo de mensagem do B&D no celular:

"Pessoal, estou em casa. Preciso de orientações gerais rápido e o contato de um advogado que esteja a disposição. O que faço se vierem aqui em casa?"

Júlia respondeu dizendo:

"Gabriel, saia de casa. Prenderam as pessoas nas casas delas em Ceilândia".

Ela me passa o telefone de um advogado para quem ligo do telefone de Danniell, que morava comigo, enquanto saio novamente de casa junto ele e vamos em seu carro em direção a um restaurante no Lago Sul onde ficaríamos até ter outras orientações. O advogado informa que estavam querendo acusar os militantes detidos por crime de incêndio e dano qualificado ao patrimônio público, confirma a orientação de sair de casa enquanto eles verificam a

⁷ Guilherme disse, em entrevista, "Quando nós estávamos saindo do ato em São Paulo, chegou pra nós a informação das prisões, e tal, e aí nós tivemos que tomar uma decisão rápida. A gente falou "não, os meninos não podem ser presos", né? A gente começou a ter informações, as informações chegavam meio desencontradas, tavam entrando na casa das companheiras, tinham levado companheiras, que não sabiam se tinham levado pra delegacia. Aí liguei para o Pedro e peguei seu telefone." (Boulos, 2014)

situação na delegacia. Chegando no restaurante, Danniell me incentivava a escolher algo para comer, mas eu não conseguia nem pensar nisso naquele momento. Ainda tinha a respiração presa nos pulmões e isso dificultava até a falar, quanto menos comer. Ele pede alguma coisa que poderíamos dividir. Enquanto isso recebo uma ligação da minha namorada. Considerando que eu podia estar com o telefone grampeado e falando nele poderia passar a minha localização, não atendo. Ela manda mensagens dizendo que estava na porta da minha casa e perguntando porque eu não atendia. Perguntava onde eu estava e, se eu não estava em casa, por que meu carro estava lá. E continuava ligando, repetidamente. Respondo apenas “não estou em casa, liga para o Matheus”. A resposta dela, três minutos depois, mostrava que, conversando com ele, havia entendido a gravidade da situação. Ela diz “Meu Deus, amor. Que isso”. E “To muito preocupada. Quando puder me manda notícia”. Só poderia mandar notícia no dia seguinte. Essa situação me fez pensar imediatamente nos meus pais. Em como faria para contar para eles. Se contava ou não naquele momento. Mas essa era apenas uma das milhões de coisas em que pensava naquele momento. No grupo de mensagens do celular os militantes do B&D discutiam para onde eu deveria ir. Quem iria me buscar. O que deveria fazer. Um professor Direito da UnB foi à delegacia e deu a orientação, sobre mim: “Sumir. Sem contato com o grupo, outros círculos de amizade, sem amigos comuns.” Com isso Júlia sentenciou: “Parem de falar sobre ele aqui, sobre onde ta e onde vai”.

Matheus então manda uma mensagem dizendo:

"Precisamos de uma reunião urgente. Assunto seríssimo. Ligaram da direção nacional do MTST com uma bomba que precisamos resolver e tem que ser agora"

O tom alarmista a respeito de informações que não podiam ser passadas na hora gerava um clima de ansiedade motivado pela desinformação, especialmente em um momento de total fragilidade pessoal tão marcante. Esse clima de agir na clandestinidade se repetiria diversas vezes ao longo da semana.

Combinamos que iríamos à casa de uma militante do grupo, no setor Sudoeste. Danniell e eu chegamos um pouco atrasados, dada a distância do Lago Sul em relação ao Sudoeste. Ao chegar e ver todo o grupo olhando para mim sem saber como reagir, minha voz (ainda que não estivesse falando nada)

embargou e tive que fazer força para segurar o choro. Nos computadores e celulares recebia notícias sobre matérias de jornais que eram publicadas na internet sobre o tema. A manchete de uma delas dizia: "Ex-Assessor da Secretaria de Relações Institucionais organizou protesto, diz polícia" (G1, 14/06/2013). O lead da matéria era "Gabriel Santos Elias foi exonerado no último dia 17; grupo incendiou pneus e interditou o Eixo Monumental". A tese da polícia, reproduzida no jornal, era de que havia uma relação entre a minha saída da Presidência da República e a minha participação no protesto, mesmo que a nota pública divulgada pela Secretária de Relações Institucionais e reproduzida na matéria deixasse claro que eu tinha sido exonerado à pedido. De acordo com a matéria, "A polícia desconfia que o grupo tenha recebido dinheiro (R\$ 30 por pessoa) para participar do protesto e tenta identificar quem financiou a manifestação. A suspeita é que tenha sido um político interessado em criar confusão". Outra matéria da Folha de São Paulo focava no grupo Brasil e Desenvolvimento como um dos grupos organizadores da manifestação e mencionava que quatro outros membros do Grupo teriam participado da manifestação. Nenhum dos que foram citados haviam participado. A coincidência era que todos trabalhavam ou já haviam trabalhado na Presidência da República (Funcionários do Governo são... 15/06/2013). Quando começamos a reunião, desligamos os celulares e tiramos as baterias e microchips.

A "bomba" a que o Matheus se referia era um possível acordo que estava sendo costurado pelo Guilherme Boulos, de São Paulo, com intermediação da Secretaria-Geral da Presidência, para libertar os militantes que estavam presos. O acordo seria que, se o MTST se compromettesse a não participar dos protestos marcados para a abertura da copa do mundo no dia seguinte, os militantes seriam soltos. Se o MTST participasse dos protestos, todas as lideranças, tanto do MTST quanto do B&D seriam presas. Guilherme Boulos relatou, em entrevista, da seguinte forma o processo de construção do acordo:

"Liguei lá no gabinete, liguei no celular que eu tinha dele, a secretária dele atendeu, eu falei olha, só avisa pra ele que é sobre a abertura da Copa das Confederações amanhã. Acabou, deu cinco minutos ele me ligou. A tática deu certo, ele mordeu a isca. Deu cinco minutos, ele me ligou, eu falei 'Gilberto...' Em tese ele falou que não sabia,

no começo, aí eu expliquei pra ele o que tinha acontecido. Ele falou 'espera que eu vou ligar pro Agnelo e te retorno'. De fato, em dez minutos ele me ligou novamente, com a versão do Agnelo. Ele 'pô, cê não me contou a história toda, os companheiros de vocês foram lá e disseram que iam estourar tudo amanhã, e não sei o quê, o pessoal ficou assustado'... Aí eu coloquei pra ele 'não, isso aí é bravata. O movimento fala, mas não vai ter nada amanhã da nossa parte se vocês convencerem ele a soltar os meninos', ele 'cê me dá garantia?', - 'eu garanto pra você, se você quiser eu vou até aí. Garanto que se soltar o pessoal, acabar com essa coisa das prisões, o MTST não vai fazer nada amanhã na abertura da copa. Podemos dizer pelo MTST, não podemos dizer pelos outros grupos'. Aí ele falou: 'então espera um pouquinho'. Aí me deu mais uns vinte minutos e me retornou novamente dizendo que ia soltar todo mundo, que tinha feito o acordo com o Agnelo de soltar o pessoal, e que era isso. Aí terminou, terminou desse jeito essa ocasião" (Boulos, 2014).

A dúvida era se o B&D deixaria ou não de participar do protesto. Matheus e eu eramos organizadores dos eventos que haviam sido criados no facebook para a manifestação no dia seguinte⁸. Nesse momento se iniciou uma discussão sobre a importância do momento de manifestações que ocorria em São Paulo e, dada a quantidade de confirmações no evento da internet, poderia se espalhar por Brasília. Nessa discussão, defendi que não fôssemos à manifestação. Disse que o número de confirmados em um evento na internet não era garantia de que seria um protesto numeroso e importante. Diante da situação, defendi que, como o MTST e agora também nós estávamos sob forte ataque do Governo, deveríamos cuidar das pessoas perseguidas do movimento e nossas. Nos expor em uma manifestação daquela podia nos colocar ainda mais como alvo da repressão do Governo. A maioria do grupo,

⁸ Articulando pelo Comitê Popular da Copa, entramos em contato naquela sexta-feira com o estudante secundarista que criou um evento na rede social para um debate antes da manifestação que o Comitê da Copa havia criado. Nosso evento tinha três mil pessoas confirmadas e o criado por ele tinha mais de dez mil. No dia anterior que os atos haviam sido unificados e os administradores dos dois eventos seriam administradores de ambos, mutuamente.

por outro lado, defendeu que aquele era um momento político importante, não devíamos nos amedrontar ante as ameaças do governo e que deveríamos pelo menos acompanhar, tentar se colocar como referência nas discussões que ocorressem, evitando de toda forma possível a repressão policial.

O acordo foi fechado com o governo pelo Guilherme Boulos, todos que haviam sido presos foram soltos às 2:30 da manhã. Matheus e eu, que havíamos participado da manifestação, iríamos para a casa de outra militante passar a noite sem que ninguém soubesse. Saímos de carona, entramos no prédio pela garagem e fomos para o apartamento enquanto ela novamente saía pois já tinha uma viagem marcada para o fim de semana. Ficaríamos naquele apartamento até as coisas se acalmarem.

Já eram quatro horas da manhã e eu deitei no sofá. Estava novamente preocupado com meus pais, pois todo o tempo meu celular estava desligado. Contrariando as orientações de segurança, liguei ele rapidamente para ver se registrava alguma chamada não atendida. Para meu alívio não tinha. Tentei dormir.

Na manhã seguinte os jornais já faziam inserções sobre a abertura da copa. No jornal local o Secretário de Segurança Pública aparece ao vivo dizendo que eles tinham provas de que a manifestação de sexta teria sido paga. Novamente a sensação de pressão, respiração presa e músculos contraídos. Reajo com um riso nervoso. Já havia passado as 24 horas da manifestação, prazo em que os policiais haviam dito que poderiam prender em flagrante. Liguei para minha mãe e expliquei que o Governo estava nos usando de bode expiatório, mas que tudo ficaria bem. Segurei novamente o choro.

Vimos a manifestação pela TV. Dilma vaiada. Uso intenso de violência policial contra os manifestantes depois que os torcedores entraram para o Estádio. Uma nuvem de gás. Manifestante atropelado por uma moto. Choveu em pleno período de seca em Brasília. Vários helicópteros sobrevoavam a cidade. Pelo celular do Matheus, recebíamos as notícias dos nossos militantes que àquela altura já não estavam na manifestação. Disseram que foi legal por ter conhecido o menino que criou o evento da manifestação. No mais, a manifestação estava totalmente desorganizada. Torcemos pela seleção. Comemoramos os gols. O pôr do sol deixou o céu estranhamente vermelho.

Depois do jogo, fizemos uma reunião na casa onde estávamos. Outros militantes do grupo vieram e falamos sobre o que poderíamos fazer nos dias

seguintes. Mobilizar apoio de movimentos sociais, parlamentares, partidos, encontrar alguém que pudesse advogar, caso fosse necessário. Podíamos deixar o “aparelho” e voltar para nossas casas. Encontrei minha namorada. Tentei ter um momento de paz. Mas não consegui dormir naquela noite também. No domingo fui para a biblioteca tentar estudar, mas a ansiedade não permitia. A cada hora chegava notícia de uma nova matéria de jornal sobre a manifestação.

Na segunda-feira, 17, precisava conseguir escrever. Tinha até aquele dia para apresentar meu projeto para minha orientadora. Minha intenção era escrever ao longo da tarde e entregar até à noite.

Mas na hora do almoço fizemos uma nova reunião do grupo, Matheus, eu e outros membros do B&D, para discutir o que fazer. Na manhã de segunda-feira o Governador Agnelo deu entrevista a um telejornal reverberando a tese da manifestação paga. Jornalistas continuavam a me ligar e eu não atendia. O Governo Federal, através da Secretaria Geral, chamava uma reunião com os movimentos sociais para tentar entender as demandas. Fomos convidados e precisávamos decidir o que fazer. Até aquele momento eu tinha me fechado totalmente. Meus amigos que foram citados nos jornais, escreveram diversas textos na internet, se posicionando, esclarecendo fatos. Eu, desde que havia recebido a mensagem falando que a polícia estava atrás de mim, não havia respondido nem escrito nada. Queria que aquela história acabasse logo e simplesmente caísse no esquecimento. Mas isso não estava funcionando.

Na reunião decidimos que era hora de mudar de estratégia. Respondi à primeira ligação da jornalista e afirmei que não havia contribuído financeiramente com a manifestação e sim com assessoria jurídica e de comunicação, coisa que o B&D já fazia há muito tempo com o MTST. Havia, sim, trabalhado na Presidência da República, mas que havia saído para me dedicar ao mestrado. Por fim, afirmava que as acusações eram infundadas e visavam apenas a perseguição de militantes políticos (Polícia investiga..., 17/06/2013) Nessa mesma matéria, a polícia ainda mencionava minha participação anterior nas ocupações do MTST "Segundo a polícia, Elias teria feito contato com o MTST para a participação no protesto e também estava presente na invasão do MTST a uma área em Ceilândia que ficou conhecida como Novo Pinheirinho." (Idem) e agora informava que cada manifestante teria recebido até 300 reais para participar do ato.

Fomos para o Palácio do Planalto, onde fomos recebidos no prédio Anexo e subimos até o quarto andar do prédio principal. Quando chegamos, o Ministro Gilberto Carvalho já nos esperava, além de outros movimentos sociais e servidores da assessoria da Secretaria Geral. Além de denunciar a perseguição policial, apontamos as críticas que já havíamos formulado sobre o Governo. Ao término da reunião ele perguntou se iríamos à manifestação que estava marcada para aquele dia. Respondi que tinha que escrever um projeto de dissertação ainda aquele dia. O cenário cada vez mais caótico, se complementa com uma matéria da Agência Brasil, órgão público de comunicação, que dizia que eu fora preso na madrugada de sábado por tentar sabotar um semáforo. Na saída do Palácio demos uma coletiva de imprensa, a pedido da assessoria de comunicação da Secretaria Geral, onde defendemos o direito ao protesto. Antes de ir embora, passei na sala onde trabalhava para cumprimentar meus antigos colegas de trabalho.

Quando voltava para casa, dezenas de viaturas passavam pelo gramado do canteiro central da via L4 sul com as sirenes ligadas. No caminho recebo a ligação do repórter da Agência Brasil pedindo desculpas pelo erro da matéria que escreveu. Segundo ele, na coletiva de imprensa que ocorreu naquela manhã, o diretor do Detran não entendeu a pergunta que ele fez, ou ele não entendeu a resposta do diretor do Detran, e acabou saindo a informação errada, uma vez que quem havia sido preso sabotando um semáforo em plena madrugada foi outra pessoa. Aquele pedido de desculpas me comoveu mais do que eu esperava. Tive que segurar o choro novamente. Foi como se fosse um pedido de desculpas por tudo que estavam fazendo contra mim. Agradei muito ao repórter por aquela atitude.

Recebo novamente uma ligação de outra repórter, dessa vez da Rede Globo de televisão. Ela queria checar algumas informações sobre uma matéria que estavam fazendo. No grupo de mensagens do celular, recebia a informação de que os outros militantes do grupo que apareceram na reportagem da Folha de sexta-feira também receberam ligação da Globo. Sairia uma matéria no Jornal Nacional. Liguei para Rebecca, minha orientadora, e expliquei que não conseguiria entregar meu projeto aquele dia. Avisei meus pais que uma matéria sairia no Jornal Nacional, para que não se assustassem quando vissem e fui assistir ao jornal.

Segundo o repórter, logo na primeira matéria do Jornal, havia mais de 100

mil pessoas nas ruas do Rio de Janeiro, outras 50 mil em São Paulo e em Brasília a multidão tomou a plataforma superior do Congresso Nacional produzindo as mais belas imagens em muito tempo da história política nacional. Ao invés de denunciar os manifestantes como vândalos, o jornal celebrava a manifestação como uma festa da democracia. Em meio a esse enquadramento, foi exibida a matéria que repercutia o protesto de sexta-feira. A matéria mostrava documentos com fotos e dados pessoais e mencionava o nome completo de cinco membros do B&D, que teria sido produzido pela Secretaria de Segurança Pública do DF. Como mencionava que eu fui assessor da presidência, a matéria exibe um trecho da entrevista que havia dado no Palácio em que eu afirmava que independente de ter trabalhado ou não no Governo, todo servidor tem os direitos civis e políticos garantidos. Em seguida apresentava uma fala do Governador Agnelo Queiroz dizendo que a manifestação teria sido paga. E uma fala do Matheus, afirmando que não tínhamos nenhum envolvimento com nenhum tipo de financiamento. Diante de toda a situação que estava vivendo naqueles dias, eu esperava que a matéria fosse pior. O enquadramento geral do jornal, favorável às manifestações que ocorriam naquele dia, reduziram o clima de denúncia da reportagem. Quando acabou cheguei a ficar um pouco aliviado. A sensação de aparecer no Jornal Nacional pareceu muito estranha, especialmente quando comecei a receber centenas de mensagens pelo celular e redes sociais parabenizando por aquilo. Tudo que eu não queria passar por aquilo naquele momento e as pessoas sentiam orgulho de mim por aquilo. Subi para o quarto e, dessa vez não deu mais para segurar, comecei a chorar.

Por muito tempo ainda fiquei acuado, tive dificuldades imensas de escrever sobre os fatos ocorridos. Desde então tenho refletido sobre como o medo afetou minha posição política naquele momento. De fato, tenho clareza de que não conseguia raciocinar muito bem sobre toda aquela pressão. A completa falta de informações fazia de qualquer posição um tiro no escuro, mas inúmeras vezes me penalizei pessoalmente por não ter, na minha avaliação, lidado bem com a pressão naquele momento. Ao participar de movimentos sociais essa pressão é recorrente. Pedro, quando teve de decidir sobre a estratégia a seguir para enfrentar a reintegração de posse do prédio em Taguatinga, assumia para si uma enorme responsabilidade, e com ela uma enorme pressão. E essa é uma situação com a qual, na minha cabeça, um

militante ou ativista deveria estar preparado. Eu estudei ao longo de quase toda a graduação e um ano de mestrado diversas teorias dos movimentos sociais, havia pesquisado movimentos sociais do Distrito Federal, havia lido e elaborado algumas reflexões sobre a importância da pressão dos movimentos sobre os governos para avançar sobre suas pautas. Além disso, me gabava por ter participado diretamente de três ocupações de prédios públicos, diversas passeatas — até falava com um certo orgulho sobre um golpe de cacete que tinha levado de um policial em uma manifestação que me deixou um grande, embora superestimado, roxo nas costas. Naquele momento em que precisava opinar sobre participar ou não da manifestação no dia da abertura da copa, me senti completamente despreparado para lidar com a situação que me era colocada exatamente sobre o tema que desde muito tempo me interessava tanto intelectualmente: a relação entre Estado e Movimentos Sociais.

Ao longo dessa minha experiência senti que o peso do Estado é muito grande. E os agentes políticos que se responsabilizam por ele podem utilizar seu poder de diferentes formas. No meu caso, por exemplo, o poder do Governo de pautar a mídia através do seu órgão de segurança pública foi suficiente para me colocar em uma situação de apuro que limitou minha capacidade de agir politicamente e, por consequência neste caso, também academicamente. Ao longo de quase todas as manifestações de Junho estive ausente da organização de manifestações e protestos.

E isso deve ser colocado sob a perspectiva de classe que opera o sistema penal brasileiro, que pune muito mais os pobres do que os ricos. Pelos contatos que tínhamos na Universidade de Brasília, conseguimos que um criminalista famoso e próximo de políticos de Brasília nos defendesse de forma gratuita. Ele entrou em contato diretamente com o Governador e o Secretário de Segurança Pública para argumentar sobre o erro daquela situação. O Presidente do PSol e candidato do partido ao Governo do Distrito Federal nas eleições anteriores, Antônio Carlos de Andrade, deu entrevista em defesa da nossa participação no ato e condenando as tentativas de criminalização. Diversos movimentos e até outros partidos políticos publicaram notas de apoio a mim e ao grupo⁹. Por fim, meu nome nem foi incluído no inquérito que

⁹ A nota da executiva do PSol, por exemplo, afirmava " Repudiamos a tentativa fascista das autoridades policiais (PMDF e Polícia Civil) , a mando de Agnelo Queiroz, de tentarem criminalizar os militantes do agrupamento Brasil e Desenvolvimento (B&D), que temos orgulho de anunciar que são filiados ao PSOL-DF, e de serem jovens militantes, combativos e

investiga a manifestação do dia 14 de junho. Todo esse apoio, especialmente de militantes do B&D, foi importante para que eu voltasse a sentir segurança para, mesmo com as limitações de comunicação, seguir atuando politicamente e até mesmo seguir com minhas pesquisas. Voltei a participar de atividades de apoio ao MTST e do MPL, participei de uma audiência pública no Senado Federal representando o movimento para falar sobre Tarifa Zero e as manifestações de junho. Inclusive, por causa dessa experiência, me animei a participar da construção do Comitê pela Desmilitarização da Polícia e da Política no DF, onde denunciemos a violência policial e política por parte do Estado.

No entanto, apesar do apoio e de uma superação daquele episódio o peso do Estado é uma sensação constante desde aquele dia. Certo dia, já no final do ano de 2013, estava conversando com o Pedro por telefone para marcar uma entrevista para essa pesquisa. Aproveitei para comentar com ele sobre uma conversa que tivemos na primeira vez que nos conhecemos. Na ocasião levei ele e dois militantes do MTST para várias regiões de Brasília, entre elas o Pontão do Lago Sul, onde conversamos sobre a possibilidade de organizarmos uma "excursão" das famílias do MTST para aquele lugar, fazer um piquenique, ou algo do tipo. No final de 2013 havia um fenômeno chamado rolezinho, em que jovens da periferia se organizavam para se divertir em shoppings, o que causava grande repercussão na mídia. Comentei com ele por telefone que aquilo parecia muito similar ao que havíamos planejado naquela época da nossa primeira conversa. No dia seguinte, quando estava na casa do Pedro, gravando a entrevista para esta pesquisa, recebi uma ligação de um jornalista da Folha dizendo que a Polícia Militar tinha me apontado como um dos organizadores dos Rolezinhos que estavam sendo organizados em Brasília aquela semana. Mesmo não tendo participado de organização de nenhum desses eventos, a polícia, muito provavelmente através de escutas telefônicas deve ter interceptado a minha conversa com o Pedro e chegou a essa

comprometidos com a construção de uma nova sociedade, a sociedade socialista! Expressamos aqui nossa irrestrita solidariedade a esses jovens e combativos militantes do PSOL, que diferente do que a Polícia de Agnelo tenta mostrar, são pessoas que lutam por um ideal e por um país justo, fraterno e solidário. Participam ativamente do sonho de construir em nosso país uma sociedade socialista! Expressamos nossa gratidão aos companheiros Gustavo Capela, Mayra Cotta, Daniel Gobbi, João Victor, Gabriel Elias pela coragem e disposição que demonstraram ao enfrentar as tropas de choque do governador Agnelo Queiroz, juntamente com centenas de outros militantes." (Nota da executiva do PSol, 18/06/2013).

conclusão equivocada.

Desde junho de 2013 troquei o número de telefone três vezes. Informei aos membros do B&D que, devido a esse monitoramento constante, não poderei ficar sabendo antecipadamente de nenhum plano de ocupação ou protesto que a polícia não possa saber, situação que limita minha capacidade de atuação operacional no apoio ao MTST em ocupações urbanas, por exemplo. Essa sensação de estar sendo observado a todo instante me lembrou um relato de militantes da nova esquerda dos Estados Unidos que foram alvo de perseguição no programa COINTELPRO, do FBI entre as décadas de 1960 e 1970. Eles afirmavam que essa situação gerava uma sensação de exaustão, por se sentir vigiado e não saber em quem confiar (Cunningham, 2003:64). Essa exaustão, um cansaço físico pelo sentimento de estar sendo observado e vigiado, foi uma sensação recorrente ao longo deste último ano.

Relembrar todo esse processo, no momento da escrita deste trabalho, ainda me deixa com aquela sensação que senti na noite do dia 14, de um suspiro preso nos pulmões, como se estivesse mergulhado naquela experiência sem condições de respirar. Sem nunca ter escrito sobre isso anteriormente, passei meses em frente ao arquivo da dissertação para conseguir expor esses acontecimentos para além de anotações esparsas em um arquivo do computador. Esse processo de escrita chegou a me deixar com fortes dores musculares, pois tremia enquanto escrevia, me lembrando dos momentos de tensão. Para agravar essa situação, nos dias em que escrevia esse texto, recebi a informação de que um homem estava visitando as casas de militantes do Comitê Popular da Copa de Brasília. Mesmo não participando há muito tempo de reuniões do Comitê, ele foi também à minha casa perguntar por mim. Se apresentando como servidor do Tribunal Regional Eleitoral, ele fez perguntas sobre a minha rotina e dos demais militantes sob o pretexto de atualizar os cadastros: onde trabalha? esse é o único endereço? a que hora sai para trabalhar? O estranhamento gerado pelas perguntas feitas, fez os militantes entrarem em contato com a ouvidoria do TRE, que negou que o Tribunal fizesse qualquer procedimento desse tipo e que não havia ninguém que trabalhasse lá com o nome com o qual aquele senhor se apresentou (Integrantes do Comitê Popular..., Agência Brasil, 10/06/2014). Até hoje essa sensação de constante vigilância permanece.

Esse é um relato pessoal e de um caso muito específico. Não é possível,

com base nele, generalizar para outros casos em que a repressão do Estado a uma ação política é percebida como um custo para a ação coletiva conflituosa. O "peso" do Estado na relação conflituosa a que me refiro aqui é o peso que eu senti e como eu senti e minhas reflexões são sobre como isso afetou as minhas escolhas políticas e capacidades de reflexão e produção acadêmica. Vários aspectos devem influenciar a forma como a pessoa sofre esse "peso" do Estado, como a classe social, gênero e cor - determinantes para o seletivismo penal, as redes de relacionamentos, filiação partidária ou a alguma organização política que lhe dê suporte, posição na rede de movimentos sociais e ONGs, capacidade de liderança e de suportar e agir sobre pressão, entre vários outros. O que me parece claro é que toda ação conflituosa com o Estado tem o potencial de desencadear uma repressão estatal à ação política e esse é um custo que é avaliado pelos movimentos sociais ao adotar uma estratégia de pressão conflituosa.

Conclusão

A literatura sobre conflito político tem grande relevância nas teorias dos movimentos sociais. Essa literatura recebeu críticas consistentes por restringir a compreensão dos movimentos sociais ao focar nas demandas direcionadas ao Estado, ao restringir a política dos movimentos sociais aos espaços institucionalizados e por circunscrever as relações entre Estado e movimentos sociais a interações conflituosas, desprivilegiando interações cooperativas, como vimos anteriormente com Euzenéia Nascimento (2012: 40). A literatura do conflito político, no entanto, me pareceu adequada para analisar o caso aqui relatado. Ainda que haja momentos de cooperação e especialmente pessoas específicas dentro do Governo com quem o movimento pode cooperar em maior medida, a interação entre o Governo do Distrito Federal e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto parece operar sob uma lógica de conflito. Isso ocorre tanto pelo fato de o Governo não reconhecer o MTST como aliado político e por isso evitar fortalecê-lo (Boulos, 2014; Bernardo, 2014), quanto pelo fato de o movimento buscar manter sua autonomia em relação ao projeto político do Governo. A autonomia, aqui, não é mero fetiche acadêmico, como apontado por Hellman (1992: apud Abers e Tatagiba, no prelo) ou uma afirmação normativa, como apontado por Marcelo Kunrath Silva (2010). A

autonomia, no caso da relação do MTST com o GDF, é necessária para a construção de um projeto político próprio, uma vez que é um movimento social que ao mesmo tempo é organização política, ao mesmo tempo que tem uma reivindicação específica, tem também um projeto político mais geral (Boulos, 2014). Ao fazer política de forma autônoma, o movimento social precisa utilizar estratégias próprias para obter suas conquistas, sem depender do apoio dos grupos políticos no governo.

Ao longo de quase toda a ocupação de Taguatinga, o movimento "deixou na mão dos apoiadores" - como afirmou Pedro, a sua relação com as instituições do Estado. Os militantes do movimento se focaram em organizar a estrutura e resolver os conflitos da ocupação. O movimento conferia ao grupo de apoiadores autonomia e confiança para, dialogando com o movimento, estabelecer estratégias para conseguir uma reunião com o Governo. Parecia haver nessa relação do movimento com os apoiadores uma confiança no poder que jovens de classe média, formados em uma boa universidade teriam para dialogar com as instituições.

Os contatos para articulação política eram feitos especialmente pelos apoiadores e por Bernardo e se limitavam a reuniões e ligações telefônicas para apresentar a situação e pedir uma intervenção a deputados federais e distritais, além de assessores dos Governos Federal e Distrital. O trabalho de advocacia teve um importante papel para ganhar tempo e atrasar a reintegração de posse, mas também não foi capaz de garantir uma vitória e evitar a reintegração.

No entanto, o trabalho de articulação política não foi capaz de conseguir uma reunião de negociação entre o MTST e o GDF. Esse fato corrobora a análise de Tarrow (2009:22), que identifica uma falta de recursos estáveis - dinheiro, organização, acesso ao Estado - controlados por grupos de interesses e partidos políticos. Da mesma forma, Ingram e Ingram já apontaram que a influência dos movimentos sociais no sistema político, mesmo quando participam de audiências e conferências públicas, é restrita e que eles permanecem excluídos do processo de elaboração de políticas públicas que ocorrem atrás das portas fechadas da burocracia (Ingram e Ingram, 2005 apud Abers e Tatagiba, no prelo). Por isso, no momento em que a juíza deu o prazo final para a reintegração de posse, o movimento "foi para a rua" e intensificou, então, suas estratégias para "criar poder popular" e, assim, negociar com o

Governo.

O ato de "criar poder popular", para o movimento, está diretamente ligado ao conflito político que o movimento mantém com o Estado. Essa perspectiva pode ser explicada por Tarrow (2009:19), ao afirmar que o poder da ação coletiva contenciosa está no desafio aos detentores de poder, especificados por ele como elites ou autoridades. Esse desafio é realizado pelo MTST através de ações transgressivas, como foi a própria ocupação do prédio abandonado em Taguatinga e como foram os travamentos de pistas importantes da cidade. Essas ações transgressivas, no caso do MTST têm ainda um papel importante ao gerar o "espaço vivido", como teorizado por Lefebvre (1991: 36-44), que é capaz de gerar, não só diferentes formas de apropriação do espaço, mas também é capaz de gerar mais poder através dessas novas formas de apropriação, como vimos neste trabalho. Através dessas ações, o movimento busca "fazer a reforma urbana com as próprias mãos" (Boulos, 2014:67).

No entanto, o fato do "poder popular" no qual se baseia o MTST depender das ações transgressivas em desafio ao Governo, não significa que o movimento não busca dialogar com o Estado para atingir seus objetivos. Pelo contrário. A prática do movimento é pressionar para que as instituições estatais atendam às suas demandas para cumprir seus objetivos. Mas o movimento busca influenciar o Estado através do poder criado por suas próprias ações, não por um poder concedido pelo Estado, como o voto ou a participação em um fórum participativo de decisão de políticas públicas. A estratégia do MTST depende da negociação com o Estado da mesma forma que a negociação com o Estado para ser efetiva depende da ação transgressiva.

O método da ação transgressiva em desafio às autoridades estatais, no entanto, envolve seus riscos, que devem ser medidos na definição da estratégia dos movimentos sociais. Uma ação direta, se não utilizada com propósitos claros e uma agenda definida a ser apresentada em uma negociação com o Estado, perde efetividade.

O conflito político é uma relação e por isso as ações dos movimentos sociais podem gerar reações por parte do Estado. A repressão à uma ação transgressiva pode diminuir a capacidade de ação dos seus militantes e, conseqüentemente, a ação do movimento social como um todo. Como militante, pude sentir o "peso do Estado" ao ser perseguido publicamente por

minha participação no protesto às vésperas da Copa das Confederações.

Esse peso do Estado percebido por mim decorreu da capacidade de exposição pública midiática, da sensação de perseguição e constante vigilância (sobre ligações telefônicas e atividades na internet), além da necessidade de me esconder no período posterior ao protesto. Como David Cunningham (2003: 48) analisou, a repressão acobertada pode reduzir o potencial de protestos por meio da restrição de recursos disponíveis e também por quebrar laços de solidariedade. Hirsch (1990) já havia identificado a importância da solidariedade para o empoderamento coletivo dos movimentos sociais em meio a uma escalada de conflito. No entanto, as atividades de contra inteligência, como analisadas por Cunningham, levam os militantes a um estado de desconfiança que quebra, ao invés de fortalecer, os laços de solidariedade e desagrega a ação coletiva.

Esse peso de enfrentar o Estado dificultou minha capacidade de reagir àquela situação. Enquanto o Brasil estava tomado por protestos nas ruas e eu e militantes do MTST poderíamos ter tido uma atuação política mais pró-ativa, tivemos que nos preocupar em resguardar nossa segurança. A repressão do Estado é constante em movimentos que utilizam a ação transgressiva como estratégia na relação conflituosa com o Estado, como o MTST. Seus dirigentes sofrem perseguição cotidianamente e já sofreram até mesmo atentados contra suas vidas. Eu, através de contatos políticos do B&D, da Universidade e do partido político ao qual sou filiado, tive apoio e suporte para garantir minha segurança de forma que muitos militantes de movimentos sociais não têm.

Como pesquisador também senti os efeitos da perseguição no momento da realização da pesquisa, desde o momento de reflexão sobre os acontecimentos até - e principalmente - o momento de escrita dos resultados. Essa limitação e os riscos envolvidos devem ser considerados também no momento de definir a etnografia engajada como metodologia na pesquisa de movimentos sociais em conflito com o Estado.

As ações transgressivas são uma importante ferramenta para os movimentos sociais na negociação com os Governos. A utilização dessa ferramenta, no entanto, envolve custos que são considerados pelos movimentos sociais ao definir suas estratégias. Enfrentar esses custos exige uma enorme coragem e cada pessoa responde de forma diferente a essa exigência, por mais comprometida que seja com a causa que defende. Pude

sentir na pele, ao participar como apoiador do MTST e atuar em ações transgressivas junto ao movimento, como pode ser difícil enfrentar situações desse tipo. O relato aqui apresentado me ajudou a compreender melhor as dificuldades que muitos militantes políticos de movimentos sociais precisam enfrentar cotidianamente e a valorizar ainda mais suas lutas.

Bibliografia

ABERS, Rebecca Neaera, and Luciana Tatagiba. no prelo. "Institutional Activism: Mobilizing for Women's Health from Inside the Brazilian Bureaucracy." In *Social Movement Dynamics: New Perspectives on Theory and Research from Latin America*, edited by Rossi, Federico M. and Marisa von Bülow. Ashgate.

ABERS, Rebecca; VON BÜLOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo entre o Estado e a sociedade? *Sociologias* (UFRGS. Impresso), v. 13, p. 52-84, 2011.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n.76, p. 49-86, 2009.

ALVES, C. Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. *Revista Democracia Viva*, Rio de Janeiro, n. 18, 2003. Entrevista concedida a Alfredo Boneff, Elaine Ramos, Geni Macedo, Iracema Dantas, Jamile Chequer e Marcelo Carvalho.

ANDERSON, Perry. *Considerations on Western Marxism*. Londres: New Left Books. 1976.

Após protesto, Dilma recebe MTST em São Paulo. Portal Terra, 08/05/2014. Disponível em <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/apos-protesto-dilma-recebe-mtst-em-sao-paulo,cb688d93d7cd5410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html> Acessado em 22/06/2014.

AUYERO, J. *Contentious lives: two Argentine women, two protests, and the quest for recognition*. Durham, North Carolina: Duke University Press. 2003.

BAIOCCHI, Gianpaolo e Brian T. Connor. "The Ethnos in the Polis: Political Ethnography as a mode of Inquiry." *Sociology Compass* 2(1): 139-55. 2008

BAIOCCHI, Gianpaolo, and Brian T. Connor. *The Ethnos in the Polis: Political Ethnography as a Mode of Inquiry*. *Sociology Compass* 2(1):139-155. 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BENOIT, H. O assentamento Anita Garibaldi: entrevista com lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Revista Crítica Marxista. São Paulo, n.14, p. 134-149, , 2002.

BETTIN, Gianfranco. Los sociólogos de la ciudad. Tradução para o espanhol de Mariuccia Galfetti. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1982.

BOURDIEU, P. and WACQUANT, L. An invitation to reflexive sociology. Chicago: University of Chicago Press. (1992).

BOURDIEU, Pierre. Outline of a theory of Practice. Cambridge: Cambridge University Press. 1977

BURAWOY, Michael. The extended case method. Sociological Theory. 16. 1998

CAPELA, Gustavo. O Direito à Resistência: O Embate entre Legalidade e Legitimidade na Ocupação da Reitoria. Monografia de graduação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. 2009.

CARDOSO, Raul. A ocupação da Câmara legislativa e a formação do movimento fora arruda. Monografia de graduação apresentada ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. 2011.

CASSAB, C. Mudanças e permanências: novos desafios aos movimentos urbanos: uma aproximação ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) 195 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

Cerca de 100 integrantes do MTST fecham EPTG em protesto, Portal R7, 15/02/13. Disponível em <http://noticias.r7.com/distrito-federal/noticias/cerca-de-100-integrantes-do-mtst-fecham-eptg-em-protesto-20130215.html>.

Cerca de 1500 pessoas ocupam terreno próximo ao estádio Itaqueroão. Agência Brasil, 05/05/2014. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/05/05/cerca-de-1500-familias-ocupam-terreno-proximo-ao-estadio-itaquerao.htm> Acessado em 22/06/2014.

CLANCE, Pauline Rose, e Imes, Suzanne. "The Imposter Phenomenon in High Achieving Women: Dynamics and Therapeutic Intervention," Psychotherapy Theory, Research and Practice Volume 15, #3, Fall 1978.

CLOUX, Raphael Fontes. O Movimento dos Sem Teto de Salvador e a Mídia: trajetória, mobilização social e conflitos. Disponível em: http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/sc_scp-raphael.pdf. Acessado em: 05 jul. 2010.

CORREA DO LAGO, Luciana. Autogestão da moradia na superação da periferia urbana: conflitos e avanços. emetrópolis No 05, ano 2. Rio de Janeiro. Junho de 2011.

COSTA, Lucio. O Relatório Plano Piloto de Brasília. Módulo 8. 1957.

COSTA, Lucio. Sobre Arquitetura. Porto Alegre: Centro dos Estudantes de Arquitetura, 1962. FREITAG, Bárbara. Teorias da Cidade. Campinas, SP: Papyrus, 2006.

CUNNINGHAM, David. State versus Social Movement: FBI counterintelligence against the new left. In: Goldstone, Jack. States, Parties and Social Movements. Cambridge, UK. Cambridge University Press. 2003.

DELLA PORTA, Donatella. Social Movements, Political Violence, and the State: A Comparative Analysis of Italy and Germany. Cambridge: Cambridge University Press. 1995.

DF: Governo anuncia implosão de prédios abandonados. Portal G1, 17/01/2007. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,AA1423624-5598,00-DF+GOVERNO+ANUNCIA+IMPLOSAO+DE+PREDIOS+ABANDONADOS.htm>
| Acessado em 5 de junho de 2014.

DINERSTEIN, Ana. Marxism and Subjectivity: searching for the marvellous (Prelude to a Marxist notion of action). Common Sense 22, 1997

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl, Manifesto do Partido Comunista, 7ª Edição – Editora Vozes

FRASER, Nancy. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na era Pós-Socialista. In: Souza, Jessé org. Democracia Hoje: Novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora UnB, 2001, páginas 245-282.

Funcionários do Governo são ligados a grupo que protestou em frente ao estádio do DF. Folha de São Paulo, 15/06/2013.

<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/folhanacopa/2013/06/1295637-funcionarios-do-governo-sao-ligados-a-grupo-que-protestou-em-frente-ao-estadio-do-df.shtml>

GDF diz que não vai negociar com grupo que ocupa prédio em Taguatinga, Correio Braziliense, 09/01/2013.

GEERTZ, Clifford. “Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura”. In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989. p. 13-41.

GOLDMAN, Marcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. Rev. Antropol., São Paulo , v. 46, n. 2, 2003 .

GOULART, Débora Cristina. O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto - MTST. Tese (doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília, 2011.

Governo Federal cede à pressão e atende reivindicações do MTST. O Globo, 09/06/2014. Disponível em <http://oglobo.globo.com/brasil/governo-federal-cede-pressao-atende-reivindicacoes-do-mtst-12780230> Acessado em 22/06/2014.

GRAEBER, D. (2009) ‘Direct Action: An Ethnography’. Oakland, CA: AK Press

GRAMSCI, Antônio. The prison notebooks. Nova York. International. 1971.

HABERMAS, Jürgen. Era das transições. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HIRATA. Francine (2010). Os movimentos de moradia em São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

HIRSCH, Eric. Sacrifice for the cause: Group Processes, Recruitment, and Commitment in Student Social Movement. American Sociological Review, vol. 55, No. 2. 1990.

HOLSTON, James. A cidade modernista: Uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. (2005) Economia informal urbana: ENCIF 2003. Rio de Janeiro: IBGE.

Integrantes de movimentos sociais contra a copa denunciam perseguição policial. Agência Brasil, 10/06/2014. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/es/node/918219>, acessado em 22/06/2014.

JASPER, J. (2010) 'Social Movement Theory Today: Toward a Theory of Action?'. *Sociology Compass*, 4 (11): 965-976.

JEAN, Cohen; ARATO, Andrew. *Civil Society and political theory*. Cambridge, MA: MIT. 1992.

JURIS, Jeffrey S. *Practicing Militant Ethnography with the Movement for Global Resistance (MRG) in Barcelona*, in *Constituent Imagination: Militant Investigation, Collective Theorization*, Stephen Shukaitis and David Graeber, eds. Pp. 164-176. Oakland, Calif.: AK Press. 2007.

KENISTON, K. *Young Radicals*. New York: Hartcourt Brace. 1968.

KLANDERMANS, B. and Staggenborg, S. (2007) 'Methods of Social Movement Research'. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.

KORNHAUSER W. *The Politics of Mass Society*. New York: Free Press. 1959.

LAGALISSE, E. 'The Limits of "Radical Democracy": A Gender Analysis of "Anarchist" Activist Collectives in Montreal' [online]. 2010. Disponível em: http://www.alterites.ca/vol7no1/pdf/71_Lagalissee_2010.pdf

Le CORBUSIER (Charles Edouard Jeanneret). *La Charte d'Athenes* [1941]. Paris Editions de Minuit, 1957.

LE CORBUSIER. *The Radiant City: Elements of a doctrine of urbanism to be used as the basis of four machine-age civilization* [1933]. Nova York: Orion Press, 1967.

LEFEBVRE, Henri. *Writings on Cities*. Seleção, tradução e introdução por Eleonore Kofman e Elizabeth Lebas. Malden, Massachusetts: Blackwell Publishers, 1996.

LICHTERMAN, Paul. 1996. *The Search for Political Community: American Activists Reinventing Commitment*. New York: Cambridge University Press.

LICHTERMAN, Paul. *Risking inconvenience. States and societies: Newsletter of the Political Sociology Section of the ASA*. 2005.

LICHTERMAN, Paul. "Ethnography and Social Movements." em David Snow, Donatella Della Porta, Bert Klandermans, and Doug McAdam, *The Blackwell Encyclopedia of Social and Political Movements*. Oxford and Cambridge, MA: Blackwell. 2012.

LIMA, S. L. R. de. *Metamorfoses na luta por habitação: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)*. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

LIMA, Sonia Lucio Rodrigues de (2004). *Metamorfoses na luta por habitação: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)*. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LINS RIBEIRO, Gustavo. *O Capital da Esperança*. Brasília: Estudo sobre uma grande obra da construção civil. Tese de mestrado, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1980.

LOUREIRO, Isabel. *Rosa Luxemburg e os movimentos sociais contemporâneos: O caso do MTST*. *Revista Crítica Marxista*. São Paulo, n. 35.

MAECKELBERGH, M. (2009) 'The Will of the Many: How the Alterglobalisation Movement is Changing the Face of Democracy'. London: Pluto Press.

MAGALHÃES, Frederico. *Terra indígena do bananal: Territorialização Tapuya. A Materialização da presença indígena no Distrito Federal*. Monografia de especialização apresentada ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. 2009.

Manifestantes invadem Câmara do DF e quebram porta. Portal R7, 02/12/2009. Disponível em <http://noticias.r7.com/brasil/noticias/manifestantes-invadem-camara-do-df-e-quebram-porta-de-vidro-20091202.html> Acessado em 21 de junho de 2014 às 12:30.

MARX, Karl (1978) O manifesto do partido comunista. Rio de Janeiro: Zahar.

Marx, Karl. El Capital. México: Siglo XXI. 1983.

MCADAM, Doug, John D. McCarthy, and Mayer N. Zald. 1996. Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings. Cambridge University Press.

MCADAM, Doug; Sidney Tarrow; e Charles Tilly. Dynamics of Contention. New York: Cambridge University Press. 2001.

MELUCCI, Alberto. A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

MEYER, David. Protest and Political Opportunities. Annual Review of Sociology. Vol. 30. 2004.

MIAGUSKO, Pedro (2008). Movimentos de moradia e sem-teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

MINKOFF, D. (2003) 'Macro-Organisational Analysis'. American Journal of Sociology, 101:1592- 1627.

Movimentos Sociais ocupam sedes de três construtoras em São Paulo. Agência Brasil, 08/05/2014. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-05/movimentos-sociais-ocupam-sedes-de-tres-construtoras-em-sao-paulo> Acessado em 22/06/2014.

MTST faz ato de protesto em área do Novo Pinheirinho, no DF. Notícia do Portal G1, disponível em <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2012/08/mtst-faz-ato-de-protesto-em-area-do-novo-pinheirinho-no-df.html>

MTST ocupa Ministério da Justiça e Ministério do Planejamento. Brasil de Fato, <http://www.brasildefato.com.br/node/4486>

MTST ocupa terreno no Morumbi, na Zona Sul de São Paulo. Portal G1, 21/06/2014. Disponível em <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/06/mtst-ocupa-terreno-no-morumbi-na-zona-sul-de-sao-paulo.html> Acessado em 22/06/2014.

Nota de apoio ao MTST/DF. Erika Kokay, 07/02/2013. Disponível em http://www.erikakokay.com.br/portal/artigo/ver/page/23/id/2713/nome/Erika_se_solidariza_com_o_MTST

Nota do MTST sobre a posição do GDF. MTST, 04/05/2012. http://www.mtst.org/index.php?option=com_content&view=article&id=504:nota-do-mtst-sobre-a-posicao-do-gdf&catid=37:destaques&Itemid=53 Acessado em 5 de junho de 2014.

Nova sede da CLDF é invadida pelo Movimento Fora Arruda. Correio Braziliense, 21/04/2010. Disponível em http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/04/21/interna_cidadesdf,187838/index.shtml acessado em 21 de junho de 2014, às 12:30.

Novo Pinheirinho/DF conquista importante vitória! MTST, 26/05/2012. <http://www.mtst.org/index.php/37-mtst/destaques/603-novo-pinheirinhodf-conquista-importante-vitoria> Acessado em 5 de junho de 2014.

OLIVEIRA, Nathalia Cristina (2010). Os movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo (1995-2009). Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

OLIVER, Myers, (2002) 'Formal models in studying collective action and Social Movements'. In: Klandermans, B. and Staggenborg, S. (Eds) 'Methods of Social Movement Research'. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.

OLSON, Mancur. A Lógica da Ação Coletiva. Trad. Fabio Fernandez. São Paulo. Edusp, 1999.

PARKIN. F. Middle-class radicalism: the social bases of the British Campaigning for Nuclear Disarmament. Manchester University Press. 1968.

PEIRANO, Mariza. "Etnografia, ou a teoria vivida". PontoUrbe, ano 2, versão 2.0, fevereiro de 2008.

PM reprime protesto contra Arruda em Brasília. Veja online, 09/12/2009. Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/pm-reprime-manifestacao-brasilia> acessado em 21 de junho de 2014, às 12:30.

Polícia investiga financiamento de 30 mil para manifestação no DF. G1, 17/06/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito->

federal/noticia/2013/06/policia-investiga-financiamento-de-r-30-mil-para-manifestacao-no-df.html Acessado em 22/06/2014.

RAMOS, Acilda. "Ethnology Brazilian Style" . Universidade de Brasília: trabalhos em Ciências Sociais, Série Antropologia, 89: 1-38. 1990.

Representantes do MTST ocupam Ministério das cidades em Brasília. Agência Brasil. 23/09/2010. Disponível em: <http://www.abril.com.br/noticias/brasil/representantes-mtst-ocupam-ministerio-cidades-brasilia-598883.shtml>

SANTARÉM, Paulo Henrique. Relatório final de projeto de iniciação científica. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2009.

SANTOS, Fabiane. O revisit de "Sociedade de Esquina", de William Foote Whyte, e a crítica etnográfica contemporânea. Ponto Urbe - Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, número 11. 2012.

SARAIVA, A. Movimentos em Movimento: uma visão comparativa entre dois movimentos sociais no Brasil e Estados Unidos. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2010.

SARAIVA, Adriana. A Ocupação da Câmara Legislativa do DF: um estudo de caso com foco no ativismo autonomista brasiliense. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. 2011.

Sem Teto prometem 'junho vermelho' se reivindicações não forem atendidas, Folha de São Paulo, 22/05/2014. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/05/1458637-sem-teto-prometem-junho-vermelho-se-reivindicacoes-nao-forem-atendidas.shtml> Acessado em 22/06/2014.

Sem Teto Prometem Junho Vermelho se reivindicações não forem atendidas. Folha de São Paulo, 22/05/2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/05/1458637-sem-teto-prometem-junho-vermelho-se-reivindicacoes-nao-forem-atendidas.shtml> acessado em 22/05/2014, às 22:00.

SINGER, Paul. (2000). Trabalho Informal: Origens e Evolução. In: JAKOBSEN, K.; MARTINS, R. e DOMBROWSKI, O. (Orgs.). Mapa do Trabalho Informal. São Paulo: CUT/Perseu Abramo, p. 11-12.

SUTHERLAND, N. (2012) 'Activist Ethnography and Social Movements: Opportunities and Potentialities'. Presented at the 7th Ethnography Symposium, Liverpool, England, 29-31st August 2012.

TARROW, Sidney. Poder em Movimento. São Paulo. Editora Vozes. 2010.

TATAGIBA, Luciana. 2007. Movimentos sociais e sistema político - Um diálogo (preliminar) com a literatura, texto apresentado no 6º Encontro da ABCP, Campinas.

TILLY, Charles. From mobilization to revolution. Addison-Wesley Pub. Co. Minnesota. 1978

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. Revista Brasileira de Ciência Política, nº3. Brasília, 2010.

URIARTE, Urpi M. . Podemos todos ser etnógrafos?. Redobra, v. 10, p. 171-189, 2012.

Vitória em Brasília: Justiça anula liminar de despejo. MTST, 22/01/2013. Acessível em: <http://www.mtst.org/index.php/inicio/916-vitoria-em-taguatinga-df.html>

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “ Etnologia brasileira” , in MICELI, S. (org.), O que ler na Ciência Social brasileira (1975-1995), vol. I, Antropologia, São Paulo, Sumaré/Anpocs, p. 109-223. 1999.

WACQUANT, Loic. Body and Soul: Notebooks of the apprentice boxer. New York: Oxford University Press.

WHYTE, William Foote. Sociedade de esquina: A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005

WHYTE, William Foote. “Instruction and research: a challenge to political scientists”. The American Political Science review. 37 (4): 692-697, 1943.